

SOFLUSA - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.

Relatório de Gestão & Contas 2021

Ficha Técnica

Soflusa, Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.
Rua da Cintura do Porto de Lisboa, 1249-249 Lisboa
Número único de matrícula e de pessoa coletiva: 503 010 936
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa
Capital Estatuário: €59.500.000,00 (a 31 de dezembro 2021)
Contacto Institucional: sec@transtejo.pt
Site institucional: www.ttsl.pt
Relatório produzido por: Direção de Gestão Financeira

Índice

Mensagem do Conselho de Administração 6
1. Introdução 7
1.1. Síntese histórica da empresa 8
2. Factos relevantes ocorridos em 2021 10
2.1. Painel de Indicadores 13
2.2. Impacto da Pandemia Covid-19 e medidas de apoio 14
3. O Modelo de Gestão 15
3.1. Estrutura Acionista e de Capital 15
3.2. Conselho de Administração 15
3.3. Estrutura organizacional da Empresa 15
3.4. Identidade Corporativa 16
4. Evolução do negócio 18
4.1. Atividade Transporte 19
4.2. Atividades Complementares 25
5. Gestão Corporativa 27
5.1. Segurança e Vigilância 27
5.2. Gestão Ambiental 29
5.3. Gestão de Recursos 30
5.4. Gestão de Risco e Auditoria Interna 33
5.5. Gestão da Marca 34
5.6. Relações Internacionais 35
6. Gestão de Recursos Humanos 36
6.1. Gestão do Efetivo 36
6.2. Desenvolvimento de competências e formação 40
6.3. Indicadores de Prestação de Trabalho 41
7. Situação Patrimonial, Económica e Financeira 42
7.1. A Soflusa como Entidade Pública Reclassificada 42
7.2. Adoção do SNC-AP 42
7.3. Análise sobre as Contas 43
7.3.1. Fluxos Financeiros 43
7.3.2. Modelo de Financiamento 44
7.3.3. Gestão de Risco Financeiro 45
7.3.4. Esforço Financeiro do Estado 45
7.3.5. Investimento 46
7.3.6. Estrutura Patrimonial 48
7.3.7. Resultados Globais 49
7.3.7.1. Evolução de Resultados 49
7.3.7.2. Evolução dos Rendimentos Operacionais 49
7.3.7.3. Evolução dos Gastos Totais por Natureza 51
8. Governo Societário 56
9. Cumprimento das Orientações Legais 57
10. Notas Finais 69
10.1. Agradecimentos 69
10.2. Proposta de aplicação de Resultados 69
10.3. Eventos subsequentes 69

Índice de tabelas gráficos e ilustrações

Tabela 1 - Conselho de Administração 15
Tabela 2 – Caracterização da Oferta (2021) 19
Tabela 3 - Indicadores de Oferta (2019-2021) 19
Tabela 4 – Taxa de Ocupação (2019-2021) 19
Tabela 5 – Taxa de Regularidade (2019-2021) 19
Tabela 6 – Supressão de carreiras (evolução 2019-2021) 20
Tabela 7 – Taxa de Pontualidade (2019-2021) 20
Tabela 8 - Indicadores de Procura (2019-2021) 21
Tabela 9 –Procura por tipo de título de transporte (2019-2021) 21
Tabela 10 - Reclamações por motivos (2019-2021) 24
Tabela 11 - Rendimentos de Atividades Acessórias (2019-2021) 25
Tabela 12 – Higiene e Segurança no trabalho (2019-2021) 28
Tabela 13 - Indicadores de Sinistralidade e outras ocorrências (2019-2021) 29
Tabela 14 – Principais indicadores ambientais (2019-2021) 29
Tabela 15 - Gastos de Manutenção por navio da Soflusa (€) 31
Tabela 16 - Gestão do Efetivo (2019-2021) 36
Tabela 17 - Variação do número de efetivos (2018-2021) 36
Tabela 18 - Remunerações pagas por género, em 2021 39
Tabela 19 - Gastos com Pessoal e Massa Salarial (2019-2021) 40
Tabela 20 – Formação (Horas, ações e participações) na SL (2019-2021) 40
Tabela 21 - Evolução da Taxa de Absentismo (2019-2021) 41
Tabela 22 - Horas Trabalhadas (2019-2021) 41
Tabela 23 - Síntese dos Rendimentos e Gastos Operacionais (2019-2021) 43
Tabela 24 - Variação de caixa e seus equivalentes (2019-2021) 44
Tabela 25 – Endividamento (2019-2021) 44
Tabela 26 – Stock da Dívida 45
Tabela 27 – Rendimentos de Subsídios à Exploração (2019-2021) 46
Tabela 28 –Investimentos – Ótica económica (2019-2021) 46
Tabela 29 – Indicadores de Execução PAO - Investimento (2021) 47
Tabela 30 – Financiamento recebido FA (PEES) 47
Tabela 31 – Evolução da situação Patrimonial (2020-2021) 48
Tabela 32 – Resultados (2019-2021) 49
Tabela 33 – Rendimentos Operacionais (2019-2021) 50
Tabela 34 – Síntese de Gastos (2019-2021) 52
Tabela 35 – Detalhe CMVMC (2019-2021) 52
Tabela 36 – Indicador de consumo de Gasóleo na Exploração (2019-2021) 52
Tabela 37 – Detalhe de FSE (2019-2021) 53
Tabela 38 – Detalhe de Gastos com Pessoal (2019-2021) 54
Tabela 39 – Gastos de Financiamento (2019-2021) 55
Tabela 40 – Grelha-resumo das boas práticas de governação 56
Tabela 41 – Indicadores de Execução PAO (2021) 59
Tabela 42 – PMP (2020-2021) 60
Tabela 43 – Atrasos nos Pagamentos (2021) 60
Tabela 44 – Remunerações da Mesa da Assembleia Geral 61
Tabela 45 – Identificação dos membros do Conselho de Administração 61
Tabela 46 – Acumulação de Funções dos membros do Conselho de Administração 61
Tabela 47 – Estatuto do Gestor Público 61
Tabela 48 – Remunerações do Conselho de Administração 61

Tabela 49 - Benefícios Sociais do Conselho de Administração 62
Tabela 50 - Encargos com Viaturas 62
Tabela 51 - Gastos anuais associados a deslocações em serviço 62
Tabela 52 - Identificação do Revisor Oficial de Contas / Fiscal Único 62
Tabela 53 - Remuneração do Revisor Oficial de Contas / Fiscal Único 62
Tabela 54 - Identificação do Auditor Externo (exercício de 2020) 62
Tabela 55 -Remuneração do Auditor Externo 63
Tabela 56 - Identificação do Auditor Externo (exercício de 2021) 63
Tabela 57 - Gastos com Comunicações 63
Tabela 58 - Gastos com Viaturas 63
Tabela 59 - Medidas de otimização da estrutura de Gastos Operacionais 65
Tabela 60 - Avaliação do cumprimento do PRC (2021) 66
Tabela 61 - Cumprimento Princípio UTE 66
Tabela 62 - Informação divulgada no SEE 67
Tabela 63 - Resumo do Cumprimento das Orientações Legais (2021) 68

Gráfico 1 - SL - Número de supressões por motivo (2021) 20
Gráfico 2 - Evolução da estrutura de procura (passageiros transportados) por tipo de título SL (2020-2021) 21
Gráfico 3 - Receitas Tarifárias por tipo de título SL (2019-2020) 22
Gráfico 4 - Evolução da estrutura de receita por tipo de título (2020-2021) 22
Gráfico 5 - Evolução da estrutura dos Rendimentos não tarifários da SL (2020-2021) 26
Gráfico 6 - Evolução do número de efetivos médio (2017-2021) 36
Gráfico 7 - Distribuição % do efetivo, por faixa etária, género e área de atividade a 31 de dezembro de 2021 37
Gráfico 8 - Distribuição % do efetivo de cada área de atividade, por grupo etário e género a 31.12.2021 37
Gráfico 9 - Distribuição de efetivos, por regime de horário de trabalho a 31 de dezembro de 2021 41
Gráfico 10 - Causas do absentismo - 2021 41
Gráfico 11 - Evolução dos Juros Suportados 2013-2021 45
Gráfico 12 - Evolução dos Rendimentos Operacionais (2012-2021) 50
Gráfico 13 - Estrutura de Rendimentos (2021) 51
Gráfico 14 - Estrutura de Gastos (2021) 51
Gráfico 15 - Evolução do custo anual médio (€/L) de Gasóleo consumido (2011-2021) 52
Gráfico 16 - Estrutura de FSE (2021) 53

Ilustração 1 - Diagrama de rede 8
Ilustração 2 - Estrutura Organizacional em vigor a 31 de dezembro de 2021 15
Ilustração 3 - Frota da Soflusa, em 31-12-2021 30

Mensagem do Conselho de Administração

O ano 2021 assinalou o início de um novo ciclo económico, marcado pelo compromisso assumido com o Estado, através da celebração de Contrato de Serviço Público com a Transtejo (subcontrato para a ligação fluvial do Barreiro) que vigorará nos próximos 5 anos. O novo modelo de financiamento da atividade de exploração, através das compensações financeiras regulares, refletiu-se já nos resultados operacionais, não obstante as dificuldades orçamentais decorrentes da sujeição à disciplina imposta às entidades publicas reclassificadas.

Para além do cumprimento dos níveis de serviço contratados, importará zelar pelo foco na nossa Missão, promovendo a melhoria contínua da oferta, em termos de qualidade, comodidade, regularidade e informação aos nossos clientes. Nesse âmbito, incorporámos as medidas de consolidação do Programa de Apoio à Redução Tarifária e demos passos significativos no desenvolvimento de novas plataformas de comunicação ao público.

Destaca-se o alinhamento com a política ambiental, através da continuidade do desenvolvimento de projetos de investimento, no âmbito da promoção da mobilidade sustentável, possibilitados pelo apoio do PEES – Programa de Estabilização Económica e Social – coordenado pelo Fundo Ambiental.

É inevitável reconhecer e necessidade de reforçar o quadro de efetivos, condição essencial para alcançar o sucesso em todos os desafios que temos pela frente.

Anima-nos cada pequena conquista e cada dificuldade superada, só possível porque contamos com a dedicação, empenho e ambição de todos os que acreditam que melhores dias virão.

Aos passageiros que diariamente transportamos, às Câmaras Municipais do Barreiro, Lisboa e AML, às Autoridades marítimas e Reguladoras, o nosso reconhecimento pelo apoio e confiança que depositam na Soflusa.

Aos trabalhadores da Soflusa, aos nossos colaboradores e fornecedores, uma palavra final de apreço e gratidão pelo esforço, lealdade e competência, com que contribuíram para os exigentes desafios com que nos confrontámos.

A todos, o nosso muito obrigado.

O Conselho de Administração,



Marina João da Fonseca Lopes Ferreira,
Presidente



José Ricardo Figuerola Henriques da Silva,
Vogal



Luís Filipe Dias Carvalho Maia,
Vogal

1. Introdução

Apresenta-se neste documento o Relatório de Gestão e Contas, referente ao ano de 2021, da empresa Soflusa, Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. (**Soflusa ou SL**).

> *A Soflusa, Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. é uma sociedade anónima de capitais públicos, detida a 100% pela Transtejo - Transportes Tejo, S.A. (**Transtejo**), registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 503 010 936, que tem por objeto*[1] *"a exploração de transportes fluviais e, bem assim, o exercício de quaisquer outras atividades comerciais ou industriais conexas ou complementares da referida, designadamente atividades marítimo-turísticas".*

O processo de elaboração do presente Relatório teve a participação de toda a macroestrutura de gestão.

O Relatório, que agora se apresenta, foi elaborado observando as orientações e legislação seguintes:

- Código das Sociedades Comerciais (na sua versão atualizada), nomeadamente o Capítulo VI relativo à apreciação anual da situação da Sociedade;
- Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, referente ao Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (RJSPE), nomeadamente na alínea h) do nº 1 do seu artigo 44.º o qual estabelece que as empresas públicas estão obrigadas a divulgar os documentos anuais de prestação de contas;
- As Instruções sobre o processo de prestação de contas referentes ao exercício de 2021, transmitidas através do Ofício n.º 359, de 20 de janeiro de 2022 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF);
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal, com a aplicação do sistema de Normalização Contabilísticas para as Administrações Públicas (SNC-AP), em cumprimento do nº 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de outubro, em virtude de ser uma Entidade Pública Reclassificada (EPR).

O presente documento é objeto de aprovação por parte do Conselho de Administração e apreciado pelo órgão de fiscalização (Fiscal Único), que, em conformidade com as disposições legais e estatuárias estabelecidas, respetivamente, nos artigos 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e nos termos do artigo 23º dos seus estatutos, emite o seu parecer.

Este Relatório de Gestão referente ao exercício findo em 31.12.2021, engloba a informação relativa à atividade da Soflusa, bem como, informação sobre as suas contas individuais, em cumprimento das obrigações legais.

Engloba ainda divulgação de informação de caráter não financeiro, visando enquadrar a evolução dos principais indicadores de performance e analisar o modelo de gestão da atividade da empresa. Relativamente à informação não financeira, refira-se que a estrutura da Soflusa, não excedeu o número médio de 500 trabalhadores durante o exercício em apreço, pelo que não se aplica a obrigatoriedade de apresentação do anexo "Demonstração não Financeira ou Relatório de Sustentabilidade" [2], conforme definido no artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, revisto pelo Decreto-Lei n.º 89/2017.

O ano de 2021, à semelhança de 2020, continuou a ser assinalado pela pandemia COVID-19 e todos os impactos das medidas de adotadas para mitigar a propagação do vírus na população.

---

[1] *Vide* Artigo 3.º dos Estatutos da Entidade, pulicados no site institucional https://ttsl.pt/empresa/governo-societario/

[2] *Vide* o n.º 1 do *Artigo. 66.º-B relativo à Demonstração não financeira do CSC: "As grandes empresas que sejam entidades de interesse público, que à data de encerramento do seu balanço excedam um número médio de 500 trabalhadores durante o exercício anual, devem incluir no seu relatório de gestão uma demonstração não financeira, nos termos do presente artigo".*

À data de finalização do presente documento, continuamos a viver tempos de grande incerteza, devido ao contexto geopolítico na União Europeia, e ao desenrolar de uma guerra na Ucrânia, com grande impacto ao nível social e económico, nomeadamente, com o aumento generalizado dos preços dos bens, e em especial dos bens energéticos, mas, também, a uma retoma tímida da atividade ao estado de pré-pandemia.

1.1. Síntese histórica da empresa

A Soflusa, foi constituída em 11 de novembro de 1992, no âmbito de um projeto subjacente à intenção do Estado de individualizar a exploração da travessia fluvial [Lisboa (Terreiro do Paço) - Barreiro], integrada na rede ferroviária nacional, que conduziu à criação do "setor fluvial" da Caminhos de Ferro Portugueses, E.P., hoje designada por CP - Comboios de Portugal, E.P.E., tendo iniciado a sua atividade de transporte fluvial em junho de 1993.

Em 31 de dezembro de 2001, a CP alienou à Transtejo, a totalidade do Capital Social da Soflusa, sendo que com a publicação do Decreto-Lei n.º 137/2009, de 12 de junho, que aprovou os novos estatutos da CP, foi expressamente extinta a base legal que previa o poder/dever de assegurar a exploração da ligação fluvial [Lisboa (Terreiro do Paço) - Barreiro], por parte da mesma.

Conforme representado no diagrama seguinte, a Soflusa assegura o serviço de transporte de passageiros no rio Tejo, na travessia fluvial referida, com recurso a navios de passageiros, de tipo catamarã, utilizando para o efeito, 2 terminais fluviais (Barreiro e Terreiro do Paço).

Diagrama de rede do serviço prestado pela Soflusa

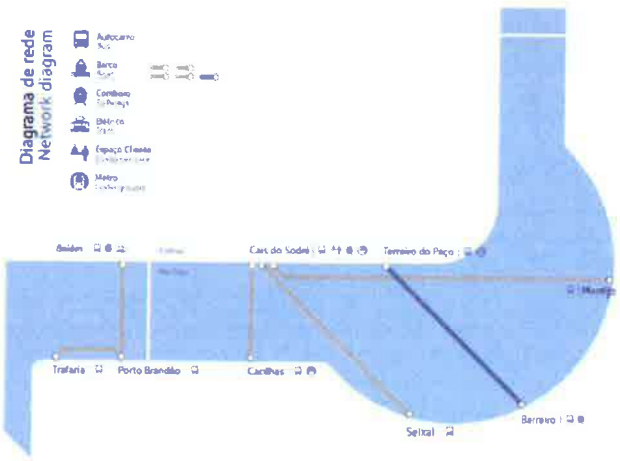


Ilustração 1 - Diagrama de rede

Em complemento da atividade de prestação de serviços de transporte fluvial de passageiros a Soflusa desenvolve um conjunto de atividades acessórias, contemplando a cedência de espaços para a exploração comercial por terceiros (espaços publicitários, espaços comerciais e um parque de estacionamento no Barreiro), procurando oferecer aos seus clientes serviços complementares ao transporte.

No dia 7 de outubro de 2020, foi celebrado, entre o Estado Português e a Transtejo, o Contrato de Serviço Publico (CSP), pelo período de 5 anos, com efeitos a 1 de janeiro de 2021, o qual prevê a subcontratação da ligação fluvial Lisboa (Terreiro do Paço) - Barreiro, serviço prestado pela Soflusa.

Conforme previsto no referido CSP foi, ainda, celebrado em 14-07-2021, entre a Transtejo e a Soflusa, o contrato de subcontratação de Serviço Público de Transporte Fluvial, referente à exploração da ligação fluvial Barreiro – Terreiro do Paço (Lisboa), o qual obteve visto prévio do Tribunal de Contas em 20-08-2021. Por se tratar de um compromisso plurianual (vigência de 5 anos) encontra-se suportado pela Portaria n.º 203-A/2021, publicada a 15-07-2021, a qual autoriza a Transtejo - Transportes Tejo, S. A., a proceder à repartição dos encargos financeiros associados a esta prestação de serviços.

Este CSP (subcontrato) prevê as obrigações de prestação de serviços (níveis de oferta), bem como, as compensações financeiras a atribuir pelo cumprimento dessas obrigações de serviço público (OSP) e pela disponibilização de infraestruturas, em condições de segurança e qualidade e operacionalidade estabelecidas (DI).

Em dezembro de 2021, com vista a prestar apoio à gestão e monitorização do referido contrato, foi adjudicada uma prestação de serviços externa, a qual tem como objetivo, numa primeira fase, em estruturar toda a informação de reporte prevista, analisando os KPIs existentes por forma a reorganizar a informação com as necessárias desagregações e produzir os KPIs em falta. Numa segunda fase, ajustar a informação (proveniente das diversas bases de dados) e automatizar todos os cálculos necessários à produção dos KPIs no âmbito do contrato.

Apresenta-se em seguida os principais indicadores do ano de 2021:

Categoria	Indicador do CSP	Unidade	2021
Regularidade	**Taxa de execução dos serviços - Bruto**	%	90,85%
	Taxa de execução dos serviços - Líquido de supressões por força maior	%	99,88%
	Número de ligações Suprimidas	Número de ligações	4 144
	Número de ligações Suprimidas por não disponibilidade de infraestruturas	Número de ligações	n.a.
	Número de ligações Suprimidas por força maior (*)	Número de ligações	4 085
	Número de supressões sujeitas a penalização	Número de ligações	n.a.
Pontualidade	**Taxa de cumprimento de horários - Atrasos**	%	0,2%
	Taxa de cumprimento de horários - Atrasos - Líquido de supressões por motivos de força maior	%	0,2%
Procura	**Número de passageiros transportados**	Passageiros	5 774 462
	Número de passageiros transportados-km	Passageiros-km	53 835 309
Oferta	**Número de viagens realizadas**	Número de viagens	41 085
	Números navios.km realizados (viagens.km oferecidas)	navios.km	383 035
	Número de lugares.km oferecidos	lugares.km	185 201 395

(*) Motivos de força maior considerados no apuramento: Nevoeiro/Mau tempo, Greve/Plenário, Avaria (atraso no pagamento atempado da compensação PART com impacto na tesouraria), Ocorrências com Passageiros, Falta de operacionais (ausência de resposta da Tutela para contratação de pessoal), Ajuste Feriados, Ajuste Oferta, Eventos, Ajuste Oferta Covid-19.

2. Factos relevantes ocorridos em 2021

Ao longo do ano 2021, a Soflusa procurou cumprir a sua Missão, assegurando a oferta do serviço de transporte fluvial na travessia entre o Barreiro e o Terreiro do Paço.

Destacam-se os principais factos ocorridos e diretamente relacionados com o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2021:

- O **Plano de Atividades e Orçamento referente a 2021**, incluindo o plano plurianual de investimentos e respetivas fontes de financiamento para o período de 2021-2023, foi aprovado pelo Conselho de Administração em 24.09.2020. Após submissão na plataforma SIRIEF e analisado pela UTAM, foi alvo do despacho n.º 593/2021 de 07.07.2021, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, comunicado através de ofício nº 1834 de 09.07.2021, tendo o Senhor Secretário de Estado da Mobilidade, tomado conhecimento e remetido para os devidos efeitos à Soflusa, através de ofício n.º 6091. de 15.07.2021.

- A Soflusa apresentou pedido de excecionamento do cumprimento do **Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (UTE)** relativo aos anos de **2020 e 2021** a 09.01.2020, tendo o mesmo sido autorizado a 02.11.2020, pela Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP)[3] através de ofício n.º 1688.

- Em 06.10.2020, a Soflusa formalizou junto da Tutela o **pedido de exceção do cumprimento dos limites financeiros** estabelecidos no despacho nº 395/2020 – SET – Limites financeiros de referência para o triénio 2021 – 2023 (PAO2021), o qual obteve despacho favorável do Senhor Secretário de Estado da Mobilidade a 12.10.2020, tendo sido remetido à consideração do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, através do ofício nº 9371, de 19.10.2020.

- Ao longo do ano de 2021 houve ainda a necessidade de efetuar diversos **pedidos de alteração orçamental**, destacando-se:

    - Proposta, de 03.02.2021, para descativação de verbas no montante de €1.648.235,00, valor destinado à manutenção da frota, imprescindível ao desenvolvimento da atividade de serviço público de transporte fluvial, a qual foi autorizada por despacho do Senhor Secretário de Estado da Mobilidade, através da informação n.º 3888, de 08.02.2021 comunicada através do Ofício n.º 1177 de 11.02.2021, tendo posteriormente, sido autorizada por despacho n.º 378 de 07.04.2021 da Senhora Secretária de Estado do Orçamento, a descativação integral do valor solicitado.
    - Proposta, de 22.02.2021, para a aplicação parcial do Saldo de Gerência, no montante de €85.764,00, valor destinado à conclusão do "Projeto de Otimização da Frota da Soflusa - Aumento de lotação de 600 para 700 lugares" previsto no Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira entre o Fundo Ambiental e a Soflusa, assinando em 28.08.2019, bem como a utilização temporária de Saldo de Gerência no montante de €346.087,36 para operações de tesouraria, a qual foi autorizada através de despacho do Senhor Secretário de Estado da Mobilidade a 03.03.2021, constante na informação nº 5878.2021 de 24.02.2021 – Operação que não mereceu despacho da SEO.
    - Proposta, de 22.02.2021, para utilização de Saldo de Gerência, no montante de €3.368.269,87, valor destinado à aplicação em operações de tesouraria e à assunção de compromissos de projetos do Programa PEES (€3.011.456,00). – Operação que não mereceu despacho da SEO.
    - Proposta de medidas urgentes para fazer face às necessidades orçamentais do 2º semestre de 2021: Utilização da Reserva orçamental no montante de 365.047 € para aplicação direta em Conservação da

[3] A Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. abreviadamente designada por IGCP, E.P.E., é a nova designação do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P.

Frota e utilização parcial do Saldo de Gerência de 2020 para aplicação em despesas, no montante de 311.453 €. Este pedido mereceu despacho do Senhor Secretário de Estado da Mobilidade em 09-08-2021, através de informação n.º 19690, tendo posteriormente sido autorizado por despacho n.º 1239 de 28.09.2021 pela Senhora Secretária de Estado do Orçamento.

Destacam-se, ainda, os seguintes acontecimentos:

- **Protocolo Fundo Ambiental – PEES**

  Para assegurar a gestão do programa PEES, foi estabelecido um protocolo de colaboração técnica e financeira, entre a Soflusa e o Fundo Ambiental, visando regular os termos e condições de financiamento da referida medida e acompanhar a execução dos projetos de investimento inscritos pela Soflusa.

  Este protocolo, assinado em 23.09.2020 visou estabelecer as condições de atribuição de financiamento, no montante de 3.638.301,00 €, destinando-se às seguintes medidas:

  1) 3.628.301,00 € (616.845,00 € em 2020 | 3.011.456,00€ em 2021) - Intervenções diversas em navios e infraestruturas, com o objetivo de promoção de uma mobilidade sustentável;
  2) 10.000 € (em 2020) - Instalação de equipamentos de estacionamentos de bicicletas em interfaces.

  Em 22.02.2021 foi assinado o 1º aditamento ao protocolo n.º 23 de colaboração técnica e financeira no âmbito do financiamento das medidas previstas no Programa de Estabilização Económica e Social, através do qual foi alterado o modelo de pagamento do subsídio referente ao ano 2021, no montante de 3.011.456,00 €.

  Em 28.12.2021, foi celebrado o 2º Aditamento do supramencionado protocolo n.º 23, o qual prevê na sua cláusula quarta relativa às obrigações do beneficiário, a elaboração do relatório final de execução das atividades e/ou projetos desenvolvidos durante a vigência do presente Protocolo, o qual deve ser submetido aos órgãos de direção do Fundo Ambiental, até 31 de dezembro de 2022. Esta aditamento teve em consideração nomeadamente as circunstâncias totalmente excecionais que decorrem da situação de pandemia por COVID-19, obrigando a ajustamentos permanentes no âmbito das ações necessárias à boa prossecução dos objetivos dos projetos, daí resultando atrasos não imputáveis à Soflusa, S.A.

  A execução financeira destes projetos encontra-se apresentada no capítulo deste Relatório referente a Investimentos.

- **Reforço do quadro de pessoal**

  Neste período houve também a necessidade de efetuar pedidos de **autorização de recrutamento,** ou dar continuidade a pedidos anteriores para fazer face à necessidade de Recursos Humanos na empresa.

  - Pedido de 27.02.2020 - Autorização para contratação de 8 trabalhadores marítimos, imprescindível ao desenvolvimento da atividade de serviço público de transporte fluvial - Foi carregado em SIRIEF a 28.02.2020, e mereceu a aprovação e autorização para contratação , no final do ano de 2020, através de Despacho n.º 840/202 – SET , de 11.12.2020, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, referente ao Plano de Atividades e Orçamento 2020 da Soflusa e do Despacho n.º 928/2020- SET, de 29-12-2020. Considerando que a aprovação apenas foi obtida no final de 2020, o processo de recrutamento só teve seguimento no início de 2021.
  - Pedido de 17.03.2021 - Autorização para contratação de trabalhadores para a Soflusa: 2 Maquinistas Práticos de 1.ª Classe, imprescindível ao desenvolvimento da atividade de serviço público de transporte fluvial, dirigido ao Senhor Secretário de Estado da Mobilidade, Foi carregado em SIRIEF a 18/03/2021, e obteve aprovação através do despacho n.º 401/2021 - SET, de 12 de maio de 2021, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, tendo a mesma sido comunicada através de ofício n.º 1221/2021, de 13 de maio, pelo gabinete do Senhor Secretário de Estado da Mobilidade.

Relativamente ao **desenvolvimento da atividade de prestação de serviço público** e níveis de desempenho, apresentam-se, no Painel de Indicadores, os principais indicadores de monitorização, evidenciando de forma sistematizada os resultados alcançados em 2021 nas dimensões **Oferta**, **Procura**, **Qualidade do Serviço**, **Frota**, **Recursos Humanos** e **Resultados**, contextualizados numa série histórica homóloga referente ao período 2019-2021.

Nos capítulos específicos deste relatório será efetuada análise mais aprofundada sobre o desempenho no exercício.

Principais destaques na evolução 2021-2020 - Soflusa:

- Aumento da Procura em 1,73%;
- Aumento da Oferta em 4,22%, valor aferido pelo n.º de Lugares. Km Oferecidos (LKO);
- Aumento do número de efetivos a 31 de dezembro + 3 (7 entradas e 4 saídas);
- Aumento da Massa Salarial com variação de +9,3%;
- Total de Investimento efetuado = 1.645 mil € (ótica capitalização);
- Passivo Remunerado = 7.202 mil € (salientando-se um aumento de 38 mil € no período);
- PMP = 17 dias (redução face ao período anterior);
- EBITDA positivo = 2.005 mil € (variação de -47,1%);
- Rendimentos Operacionais = 14.787 mil € (variação de +6,62%, +918 mil €).

2.1. Painel de Indicadores

Painel de Indicadores Atividade		Var.2021/2020		Var.2021/2019	2021	2020	2019
Procura							
PT (Passageiros Transportados)	Un.	1,73%	98 104	-36,64%	5 774 852	5 676 748	9 114 520
PKT (Passageiros x Km)	Un.	1,76%	931 654	-36,62%	53 838 945	52 907 291	84 947 326
Oferta							
Navios.km (CSP)	Un.	-2,85%	-11 244	-3,03%	383 035	394 279	395 016
Viagens Realizadas	Un.	-2,85%	-1 206	-3,03%	41 085	42 291	42 370
LKO (Lugares x Km)	Un.	4,22%	7 506 880	-21,83%	185 201 395	177 694 515	236 933 040
Qualidade de Serviço							
Taxa de Regularidade	%	-2,69 pp		-7,60 pp	90,85%	93,54%	98,45%
Taxa de Ocupação	%	-0,70 pp		-6,78 pp	29,07%	29,77%	35,85%
Recursos Humanos							
Nº de efetivos a 31.DEZ	Un.	2,22%	3	0,00%	138	135	138
Número médio de efetivos	Un.	1,47%	2	1,47%	138	136	136
Massa Salarial	Milhares€	9,30%	292	9,79%	3 432	3 140	3 126
Indemnizações por Rescisões	Milhares€	-100,00%	0	-100,00%	0	0	4
Estrutura Acionista							
Total do Capital Social	Milhares€	0,00%	0	0,00%	59 500	59 500	59 500
Cap. Social detido pelo Estado	%	0,00%	0	0,00%	100	100	100
Situação Patrimonial							
Ativo não corrente	Milhares€	-4,02%	-491	-14,73%	11 725	12 216	13 751
Ativo corrente	Milhares€	-21,92%	-2 487	39,11%	8 855	11 341	6 365
Total Ativo	**Milhares€**	-12,64%	-2 977	2,31%	20 580	**23 557**	**20 116**
Património Líquido	Milhares€	-18,40%	-2 729	0,61%	12 102	14 832	12 029
Passivo	Milhares€	-2,84%	-248	4,83%	8 478	8 725	8 087
Total Capital Próprio e Passivo	Milhares€	-12,64%	-2 977	2,31%	20 580	23 557	20 116
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS							
EBITDA[1]	Milhares€	-47,10%	-1 785	95,17%	2 005	3 789	1 027
RESULTADO OPERACIONAL[2]	Milhares€	-205,47%	-1 977	-37,30%	(1 015)	962	(1 619)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	Milhares€	-214,18%	-1 984	-36,22%	(1 057)	926	(1 658)
RESULTADO LÍQUIDO	Milhares€	-222,28%	-1 925	-36,17%	(1 059)	866	(1 659)
INVESTIMENTOS							
Frota - Navios e Pontões (Material Circulante)	Milhares€	-60,53%	-590	-70,50%	385	975	1 304
Infraestruturas (ILD's)	Milhares€	340,00%	731	568,13%	946	215	142
Outros Investimentos Correntes	Milhares€	209,06%	212	30,59%	314	102	240
Total INVESTIMENTO	Milhares€	27,36%	353	-2,44%	1 645	1 292	1 686
INDICADORES DE ESTRUTURA							
Passivo Remunerado	Milhares€	0,54%	38	17,54%	7 202	7 164	6 128
Autonomia Financeira %	%	-4,15 pp		-0,99 pp	59%	63%	60%
Solvabilidade %	%	-27,22 pp		-5,98 pp	143%	170%	149%
INDICADORES FINANCEIROS							
Prazo médio de pagamentos (PMP)	Dias	-18,84%	-4	10,60%	17	20	15
Volume de Negócios	Milhares€	8,12%	687	-8,86%	9 139	8 453	10 028
EBITDA *(ajustado)*[1]	Milhares€	-47,31%	-2 006	141,36%	2 234	4 240	926
Margem do EBITDA *(ajustado)*	%	-25,72 pp		15,21 pp	24%	50%	9%
Rendimentos Operacionais [2]	Milhares€	6,62%	918	13,86%	14 787	13 868	12 987
Gastos Operacionais *(sem indemnizações por rescisão)*[3]	Milhares€	22,44%	2 896	8,22%	15 802	12 905	14 601
Gastos Operacionais por Passageiro Transportado	€	20,36%	0	70,80%	2,74	2,27	1,60
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais	%	-13,88 pp		4,64 pp	93,58%	107,46%	88,94%

1) Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos
2) Resultado antes de gastos de financiamento e impostos
3) = (1)/(2)

2.2. Impacto da Pandemia Covid-19 e medidas de apoio

O ano de 2021 foi marcado pela persistência da crise pandémica declarada pela Organização Mundial da Saúde a 11 de março de 2020, causada pela infeção por SARS-CoV-2 (COVID-19). Esta situação teve um grande impacto na economia, particularmente nas necessidades de mobilidade e ao nível comportamental da população, com destaque para o desemprego no sector terciário e a necessidade de adaptação das empresas à nova realidade económica e social.

Para fazer face à situação pandémica, o Governo foi promovendo, através de legislação específica, a implementação de medidas orientadas para a contenção dos impactos sociais e económicos, nomeadamente prestando apoio às empresas, aos trabalhadores e à sociedade em geral.

O serviço de transporte público prestado pela Soflusa foi considerado no Despacho do Ministro do Ambiente e da Ação Climática n.º 3547-A/2020, de 22 de março publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 57 -B, 1.º suplemento, como sendo um serviço essencial e indispensável à mobilidade e liberdade de circulação das pessoas, tendo suscitado a adoção de medidas excecionais de proteção da saúde pública emanadas pela Direção-Geral da Saúde. O Estado, reconhecendo os impactos desta situação na oferta e na procura e a necessidade de adoção de medidas específicas pelos operadores de transportes, nos termos do artigo 3.º da Decreto-Lei n.º 14 -C/2020, de 7 de abril, determinou que as verbas já disponíveis em Orçamento de Estado para o Programa de Apoio à Redução Tarifária nos transportes públicos (PART) pudessem ser pagas de acordo com o histórico, de forma a que esses montantes apoiassem financeiramente as empresas para fazer face à sua falta de liquidez.

Conforme já referido, foram ainda aplicadas medidas de apoio à recuperação da atividade económica, designadamente, no que respeita a estas empresas, promovendo a mobilidade sustentável, enquadradas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020 de 6 de junho, que aprovou o Programa de Estabilização Económica e Social (PEES).

Em síntese, o serviço de transporte público prestado pela Soflusa, continuou em 2021 a sofrer efeitos significativos decorrentes da pandemia Covid-19, refletindo-se na alteração dos níveis de mobilidade dos clientes, pelo que se verificou uma redução da procura em -36,64%, face a 2019, com consequente constrangimento na tesouraria da empresa.

A perda de receita da Soflusa, decorrente do impacto da pandemia foi de 2.944.904 €, tendo existido, ainda, a necessidade de prevenção e mitigação da propagação do vírus SARS-CoV2, e de suportar gastos adicionais por forma a garantir a desinfeção de todas as instalações e frota e segurança dos clientes e dos trabalhadores, no montante de 29.682€, (valores sem IVA).

Informação com maior detalhe no Anexo às Demonstrações Orçamentais.

3. O Modelo de Gestão

Na sequência da aquisição do Capital Social da Soflusa pela Transtejo, ocorrida em 2001, o Conselho de Administração da Soflusa passou a ser integrado pelos elementos do Conselho de Administração da Transtejo, em regime de acumulação de funções.

3.1. Estrutura Acionista e de Capital

Em 31 de dezembro de 2021, o **Capital Social da Soflusa**, no montante de **€59.500.000,00** (cinquenta e nove milhões e quinhentos mil euros), encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo constituído por 11.900.000 (onze milhões e novecentas mil) ações com o valor nominal de €5,00 (cinco euros), mantendo-se integralmente detido pela Transtejo - Transportes Tejo, S.A.

Sendo uma sociedade de capitais públicos que age sob a tutela do Estado Português, a atividade da empresa é ainda desenvolvida em articulação com a rede de transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa.

3.2. Conselho de Administração

Em 2021, o Conselho de Administração da Soflusa era constituído por três membros, apresentando a seguinte composição:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma	Data
(2020-2022)	Presidente	Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	DUE	02.06.2020
(2020-2022)	Vogal	Luís Filipe Dias Carvalho Maia	DUE	02.06.2020
(2020-2022)	Vogal	José Ricardo Figuerola Henriques da Silva	DUE	02.06.2020

Tabela 1 - Conselho de Administração

3.3. Estrutura organizacional da Empresa

No final de 2021 a estrutura organizacional, comum à Transtejo e à Soflusa, encontrava-se sintetizada no seguinte organograma:

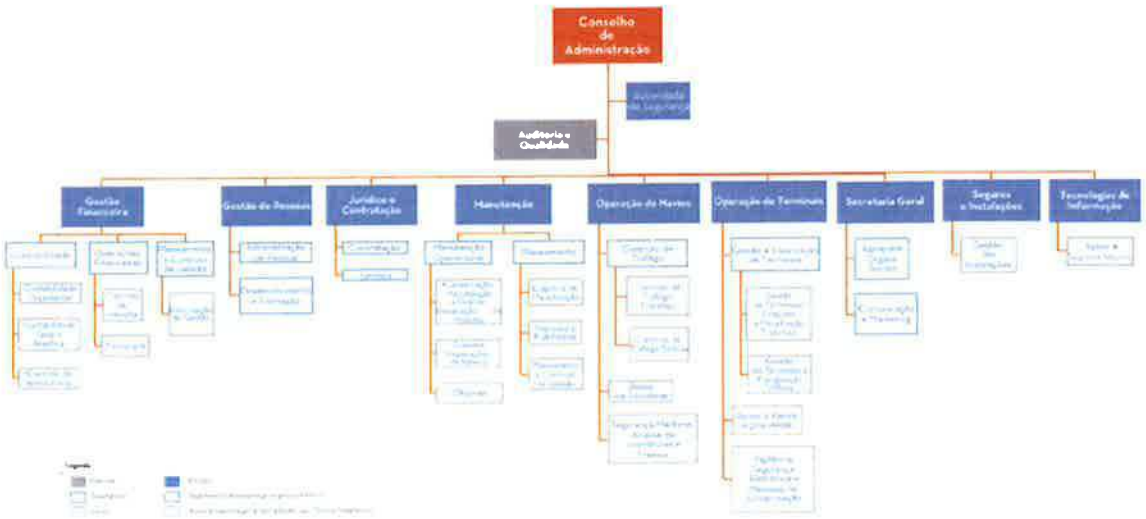


Ilustração 2 - Estrutura Organizacional em vigor a 31 de dezembro de 2021

3.4. Identidade Corporativa

Considerando que o Capital Social da Soflusa é totalmente detido pela Transtejo e que se mantém o projeto de Gestão conjunta das duas sociedades, implementado desde 2002, é inevitável destacar o alinhamento de objetivos e o esforço de aproximação de um padrão de valores organizacionais, sob a mesma visão do negócio, subjacente ao cumprimento de uma Missão que decorre das atividades económicas desenvolvidas, com características e especificidades muito semelhantes, tendo em comum o foco na prestação de um serviço de transporte fluvial de passageiros, integrado num projeto de mobilidade entre as duas margens do rio Tejo.

Missão (O que fazemos?)

Prestar um serviço público de transporte fluvial de passageiros entre as duas margens do rio Tejo, promovendo a mobilidade sustentável no quadro de uma estratégia integrada de transportes para a Área Metropolitana de Lisboa.

Visão (Que tipo de Organização queremos ser?)

Reconhecida pelo seu bom desempenho em termos de regularidade, segurança, economia de tempo e qualidade do serviço orientada para a satisfação das necessidades de mobilidade das pessoas, com impacto no desenvolvimento das pessoas e da economia, suportado num modelo de gestão evoluído e em energias limpas.

Valores (Quais os nossos princípios fundamentais?)

Excelência - Porque estamos comprometidos em cumprir uma missão pública consistente com elevados padrões de qualidade de serviço.

Accountability - Porque valorizamos a responsabilização com ética, transparência, rigor e eficiência nas práticas de governação dos fundos públicos.

Confiança - Porque queremos construir uma base de confiança com todos os nossos *stakeholders* através de uma comunicação aberta, uma postura flexível e adaptativa.

Responsabilidade ambiental e social - Porque nos preocupamos com o desenvolvimento sustentável, adotamos comportamentos éticos e responsáveis pela satisfação de necessidades de mobilidade da comunidade, favorecendo o bem-estar social, criando emprego e facilitando o dia a dia dos nossos passageiros.

Código de Ética

A necessidade de observância e respeito por valores de natureza ética que regem a atuação da Empresa e dos seus colaboradores encontra-se enquadrada no **Código de Ética** em vigor, publicado em 2008, documento que reforça o foco na adoção de padrões de conduta tendo por base princípios de crescimento sustentável, regras de rigor e transparência.

Nos termos previstos no artigo 47.º, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o código de ética da Empresa encontra-se disponível para consulta no site institucional[4].

[4] https://ttsl.pt/wp-content/uploads/2018/01/codigo_etica_min.pdf

Política de Gestão de (Qualidade, Ambiente e Gestão de Energia)

Documento que define os princípios de ação a implementar na Organização em matéria de qualidade, ambiente e gestão.

Conhecendo a importância crescente dos Transportes Públicos em geral e a do Transporte Fluvial, em particular, na articulação de um Sistema de Mobilidade Sustentável, na área Metropolitana de Lisboa, e reconhecendo que as atividades inerentes à atividade podem ter impactes ambientais menos positivos, a Empresa compromete-se a adotar princípios de ação que traduzem a sua Política de Gestão[5], em vigor, vertida em documento publicado em 2017.

1. A satisfação do cliente como objetivo central
2. Uma liderança empenhada e comprometida
3. Responsabilidades partilhadas e claramente definidas
4. O envolvimento e qualificação dos trabalhadores
5. A Gestão da Empresa como um sistema composto por processos interrelacionados
6. A melhoria contínua do desempenho
7. A tomada de decisões de forma sustentada
8. O estabelecimento de relações de parceria com fornecedores
9. A gestão dos impactes ambientais
10. O cumprimento integral dos requisitos aplicáveis
11. A inovação como fator diferenciador da qualidade do serviço prestado

Regulamento relativo às Condições Gerais do Transporte Fluvial da Soflusa

Documento[6] que define as Condições Gerais da prestação de serviço de transporte público fluvial de passageiros, volumes portáteis, animais de companhia e bicicletas, caraterísticas do serviço público de transporte.

Além das caraterísticas do serviço público de transporte fluvial, o regulamento no seu artigo 4.º refere os Deveres dos seus Clientes e no seu artigo 5.º os Deveres da Empresa, dos quais se destacam:

a) Garantir a oferta adequada dos serviços de transporte;
b) Praticar preços controlados administrativamente, nos termos da legislação aplicável;
c) Garantir adequadas condições de operacionalidade, disponibilidade, permanência, qualidade, comodidade, acessibilidade, rapidez e segurança da exploração do serviço;
d) Realizar a exploração do serviço público de transporte, respeitando os princípios de equilíbrio, eficiência, transparência e rigor na questão dos recursos públicos, por forma a assegurar a sua sustentabilidade económico-financeira;
e) Manter a frota de navios e os restantes meios de exploração em bom estado de funcionamento e conservação e em condições adequadas à prestação de serviço público, por forma a garantir a sua operacionalidade, a segurança do tráfego e os níveis de qualidade compatíveis com uma exploração eficiente;
f) Disponibilizar aos clientes toda a informação necessária a uma fácil utilização e acesso ao serviço do Operador, desmobilizando os locais adequados, os meios de informação visual e/ou sonoros adequados a assegurar o respeito dos direitos dos passageiros;
g) Assegurar a acessibilidade dos passageiros com mobilidade condicionada, nos termos da Lei;
h) Cumprir as disposições legais aplicáveis ao exercício da sua atividade.

[5] https://ttsl.pt/wp-content/uploads/2019/11/Politica-de-Gestao_junho-2017_TTSL_2018_VF.pdf
[6] https://ttsl.pt/wp-content/uploads/2018/09/TTSL_contrato_transporte-_soflusa_1agosto-2018.pdf

4. Evolução do negócio

Desenvolvimentos do Ano

Ao longo do exercício de 2021, a Soflusa, manteve como objetivo contribuir para a implementação e desenvolvimento de um novo e dinâmico modelo empresarial, com foco na melhoria da intermodalidade, eficiência e aumento da qualidade dos serviços prestados, mantendo como desafio permanente, ser uma alternativa de valor ao transporte individual, diferenciando-se pela crescente qualidade do serviço prestado e pela melhoria do seu desempenho ambiental.

No que diz respeito ao serviço prestado ao Cliente, o ano 2021 continuou a ser marcado pelos efeitos da crise pandémica causada pela Infeção por SARS-CoV-2 (COVID-19).

Em 2021, a empresa continuou a receber dotações através do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), instituído com o objetivo de compensar as empresas pela perda de receita com a adoção do novo tarifário +simplificado e +acessível instituído na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

Em destaque, no ano de 2021, os principais factos, com impacto no Cliente da Soflusa, foram:

a. Aumento das plataformas de comunicação com o cliente nomeadamente a criação da página de Facebook da TTSL a 04.02.2021 e perfil de Instagram da TTSL a 13.02.2021;
b. Disponibilização de Cacifos no terminal do Terreiro do Paço;
c. Lançamento, a 17 de maio, do novo site planeador multimodal da associação Transporlis, formada por operadores de transporte (incluindo a TTSL - Transtejo Soflusa), "Lisboa Viagem";
d. Criação de novo título gratuito "Passe Antigo Combatente" - implementado em novembro de 2021.
e. Abertura de nova bilheteira assistida no Terminal fluvial do Terreiro do Paço a 15.09.2021, na sequência da reabertura da Estação Fluvial Sul e Sueste;
f. Reparação e beneficiação do Terminal fluvial do Barreiro entre fevereiro e setembro de 2021, projeto financiado pelo Fundo Ambiental, ao abrigo do Programa de Estabilização Económica e Social;

Mas, também:

g. Redução de oferta, por ajuste de horário temporário, na ligação do Barreiro (redução de 6 para 5 navios a operar) de 23.11.2020, até de 06.09.2021;
h. Permanência do limite de lotação máxima para 2/3 dos lugares disponíveis até 09.08.2021.

Em seguida, será efetuada análise mais aprofundada sobre a evolução do negócio da empresa.

4.1. Atividade Transporte

4.1.1. Oferta

A Soflusa continuou a assegurar ao longo do ano 2021, o cumprimento do Serviço Público na ligação Barreiro – Terreiro do Paço. Para realizar o Plano de Oferta a ligação carece de disponibilidade permanente de 6 navios operacionais em dia útil.

Ligação fluvial	Distância entre cais (Km)	Plano de Oferta a 31.12.2021	Necessidade de n.º de navios DU
Barreiro – Terreiro do Paço	9,323	DU 151; SAB 66; DOM 60.	6

Tabela 2 – Caracterização da Oferta (2021)

Em 2021, registou-se uma redução no número de viagens realizadas, justificada pela redução de oferta, por ajuste temporário de horários. A reposição da lotação máxima a partir de 09.08.2021 teve impacto no número de lugares quilómetro oferecidos (LKO), registando este indicador uma variação anual de +4 %, face ao ano de 2020.

Empresa	Ligação Fluvial	Indicador de oferta	Var. 2021/2020		2021	2020	2019
SL	Barreiro - Terreiro do Paço	Navios.km (Viagens.km oferecidos)	-2,85%	-11 244	383 035	394 279	395 016
		N.º Viagens Realizadas	-2,85%	-1 206	41 085	42 291	42 370
		Horas de Serviço	-3,13%	-716	22 113	22 828	23 219
		LKO - Lugares Km oferecidos	4,22%	7 506 880	185 201 395	177 694 515	236 933 040

Tabela 3 - Indicadores de Oferta (2019-2021)

4.1.1.1. Taxa de ocupação

Os navios em operação na ligação fluvial Barreiro - Terreiro do Paço, contam com uma lotação de 600 lugares sentados. Contudo as variações obtidas neste indicador, durante os anos de 2020 e 2021, refletem as medidas de contingência Covid-19, que conforme recomendações da Direção Geral de Saúde (DGS), implicaram a limitação a 1/3 da lotação dos navios, por forma a garantir o distanciamento social entre os passageiros nos transportes públicos até o dia 09.08.2021. As alterações dos padrões de mobilidade por efeito da pandemia, também se fizeram sentir do lado da procura (com a recuperação lenta de passageiros transportados) o que resultou numa redução da taxa de ocupação, de -0,7 pontos percentuais, face ao ano anterior.

Empresa	Ligação Fluvial	Indicador de oferta	Var. 2021/2020	2021	2020	2019
SL	Barreiro - Terreiro do Paço	Taxa de Ocupação da Frota (PKT/LKO)	-0,7 pp	29,07%	29,77%	33,12%

Tabela 4 – Taxa de Ocupação (2019-2021)

4.1.1.2. Taxa de regularidade

A taxa de regularidade, no ano de 2021, foi de 90,85%, este índice que reflete, principalmente, o ajuste de oferta por ajuste de temporário de horário.

Empresa	Ligação Fluvial	Indicador de oferta	Var. 2021/2020		2021	2020	2019
SL	Barreiro - Terreiro do Paço	Número de Viagens Realizadas	-2,85%	-1 206	41 085	42 291	42 370
		Número de Viagens Planeadas	0,02%	11	45 223	45 212	43 039
		Taxa de Regularidade	-2,69 pp		90,85%	93,54%	98,45%

Tabela 5 – Taxa de Regularidade (2019-2021)

O indicador de viagens suprimidas apresentou, em relação a 2020, um aumento, justificado, essencialmente, pelas supressões relativas a ajustes temporários de horário.

Empresa	Ligação Fluvial	Indicador de oferta	Var. 2021/2020		2021	2020	2019
SL	Barreiro - Terreiro do Paço	Assistência passageiro	-58,33%	-7	5	12	9
		Indisponibilidade de Frota - Avaria	-21,88%	-21	75	96	132
		Condições climatéricas	-100,00%	-2	0	2	74
		Passageiros - distúrbios	-50,00%	-2	2	4	2
		Plenário /greve com paralisação	3555,00%	711	731	20	826
		Falta de Pessoal operacional	200,00%	4	6	2	942
		Outros motivos (inclui acidente)	5800,00%	58	59	1	12
		Ajustes COVID19	-100,00%	-1 815	0	1 815	0
		Ajustes programados	232,93%	2 285	3 266	981	0
		Total Supressões	41,29%	1 211	**4 144**	**2 933**	**1 997**

Tabela 6 – Supressão de carreiras (evolução 2019-2021)

Durante o ano de 2021, foram suprimidas na Soflusa um total de 4.144 viagens programadas, o que representa um aumento de supressões de 41,29% face a 2020, sendo os "ajustes programados" o principal motivo de supressão de viagens, seguida de supressões por motivo de greve/plenário.

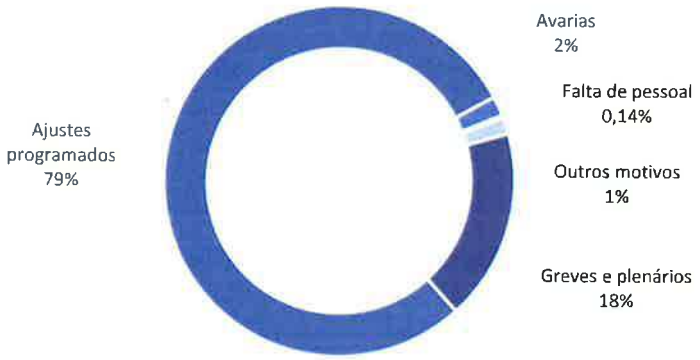


Gráfico 1 – SL - Número de supressões por motivo (2021)

No total das supressões ocorridas estão incluídas em "outros motivos" situações de força maior que impedem o cumprimento do serviço, nomeadamente, situações relacionadas com passageiros e acidentes.

4.1.1.3. Pontualidade

A Soflusa, não dispõe de mecanismos que permitam a aferição do indicador de pontualidade no destino, contudo, através do sistema de bilhética e com o fecho da sala de embarque para a partida da viagem respetiva é possível analisar de forma global se as partidas estão a ser realizadas dentro do intervalo aceitável e recuperável em viagem.

O resultado obtido dessa avaliação foi o que se apresenta em seguida:

Empresa	Ligação Fluvial	Indicador de oferta	Var. 2021/2020	2021	2020	2019
SL	Barreiro - Terreiro do Paço	**Taxa de pontualidade**	0,15 pp	99,86%	99,71%	99,66%

Tabela 7 – Taxa de Pontualidade (2019-2021)

Os registos evidenciam que os fechos das salas de embarque foram realizados dentro do horário estipulado em 99,86% das viagens realizadas e que existiu uma melhoria face a 2020.

4.1.2. Procura

No ano em análise, a procura (número de passageiros transportados) na ligação servida pela Soflusa (Barreiro - Terreiro do Paço) registou um acréscimo de -+1,73% (+98 mil passageiros) relativamente ao ano anterior. esta variação reflete, essencialmente as medidas oficiais tomadas nos diferentes estados de exceção - ditados pelas variações do contexto pandémico, as quais tiveram implicações diretas nas necessidades e opções de mobilidade da população da área da Grande Lisboa, nomeadamente, confinamentos obrigatórios, contenção social, teletrabalho obrigatório e recomendado, ensino à distância, limitação de 2/3 das lotações dos navios (até agosto), limitação da mobilidade territorial e do turismo externo.

Embora tenham ocorrido períodos de desconfinamento temporário, a procura manteve-se em números muito baixos, justificados, também, pelas novas dinâmicas e rotinas laborais, destacando-se a flexibilidade de horário laboral, regime de trabalho híbrido e uma maior utilização do transporte individual.

Empresa	Ligação Fluvial	Indicador da Procura	Var. 2021/2020		2021	2020	2019
SL	Barreiro - Terreiro do Paço	Passageiro Transportado (PT)	1,73%	98 104	5 774 852	5 676 748	9 114 520
		Passageiro.km Transportado (PKT)	1,76%	931 654	53 838 945	52 907 291	84 947 326

Tabela 8 - Indicadores de Procura (2019-2021)

4.1.2.1. Procura por tipo de título

Em 2021, verificou-se na ligação Barreiro – Terreiro do Paço, um aumento de passageiros transportados com títulos regulares de 0,24%, bem como, de passageiros ocasionais (Bilhetes e Zapping) de 18,94%, face ao ano anterior.

Estes dados decorrem da análise da estrutura de procura por tarifário, apresentada na tabela seguinte:

Empresa	Indicador da Procura	Var. 2021/2020		2021	2020	2019
	TÍTULOS	**1,73%**	**98 104**	**5 774 852**	**5 676 748**	**9 114 520**
	Títulos Próprios	**16,53%**	**83 077**	**585 634**	**502 557**	**1 236 602**
	Bilhetes	17,22%	43 817	298 249	254 432	624 082
	Bilhetes *(Zapping)*	21,13%	41 995	240 750	198 755	387 796
SL	Passes	-5,54%	-2 735	46 635	49 370	224 724
	Combinados	**0,00%**	**0**	**0**	**0**	**1 446 318**
	Intermodais	**0,00%**	**0**	**0**	**0**	**460 726**
	Navegante	**0,18%**	**9 291**	**5 112 852**	**5 103 561**	**5 870 599**
	Outros (1)	8,12%	5 736	76 366	70 630	100 275

(1) Inclui validações, apoio ao cliente e gratuitos

Tabela 9 -Procura por tipo de título de transporte (2019-2021)

Em 2021, foi mantida a estrutura de procura (passageiros transportados) por título, conforme se demonstra no gráfico seguinte.

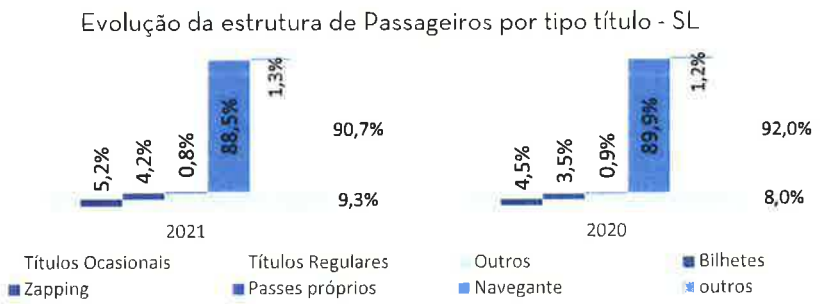


Gráfico 2 - Evolução da estrutura de procura (passageiros transportados) por tipo de título SL (2020-2021)

Destaca-se, na evolução da estrutura da procura por título a diminuição da quota de passageiros que recorreram aos títulos regulares, que passou a ser de 90,7%, em 2021, com destaque para o peso (88,5%) dos passageiros utilizadores do título Navegante e respetivo aumento da quota de títulos ocasionais com destaque para o título Zapping que passou a ser de 5,2%. A preferência do passageiro continua a recair sobre o título Navegante, criado em abril 2019, em substituição dos restantes títulos do sistema.

O período de confinamento social, no início do ano 2021, as novas dinâmicas e rotinas laborais - flexibilidade de horário laboral, regime de trabalho híbrido que alia o teletrabalho com a presença desfasada nas empresas - e maior utilização do transporte individual, frutos da resposta individual e coletiva à pandemia COVID-19, resultaram numa redução de utilização dos títulos regulares, dando vantagem aos títulos ocasionais.

4.1.2.2. Receitas tarifárias

A receita tarifária global apresentou um incremento de 1% em resultado do aumento da procura de passageiros.

Conforme ilustra o gráfico seguinte, face a 2020, verifica-se em todas as naturezas de títulos uma subida, destacando-se o passe Navegante (49%)

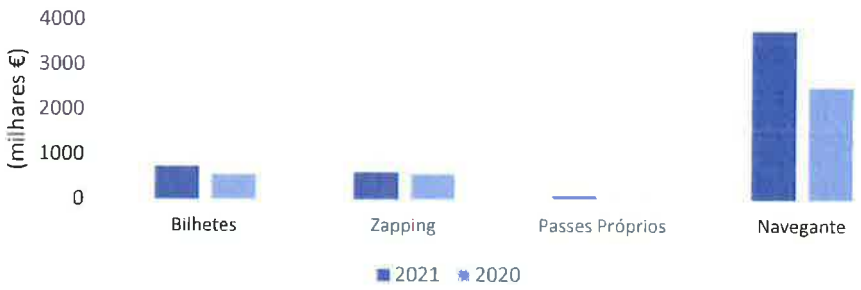


Gráfico 3 - Receitas Tarifárias por tipo de título SL (2019-2020)

Apresenta-se em seguida a estrutura de receitas por título, na qual se destaca, o aumento do peso dos Títulos Regulares, que passou a ter uma importância de 74% na receita, tendência registada igualmente no ano anterior.

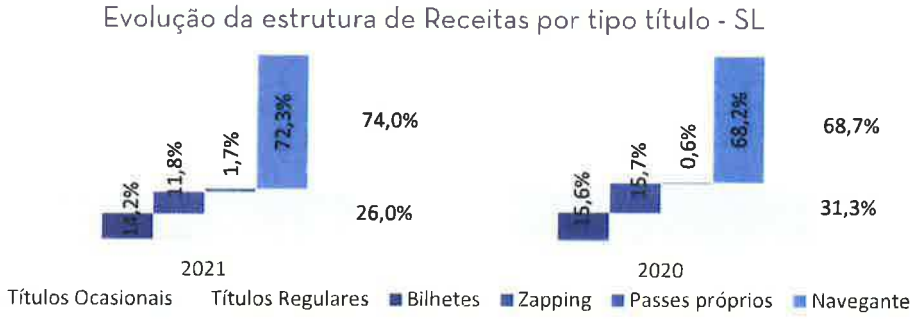


Gráfico 4 - Evolução da estrutura de receita por tipo de título (2020-2021)

4.1.3. Relacionamento com o Cliente

Em 2021, a Soflusa manteve o funcionamento da bilheteira presencial sempre que as circunstâncias o permitiram. Disponibilizou, ainda, o acesso a equipamentos de venda automática e informações aos passageiros sobre tarifário e sobre as facilidades existentes nos respetivos interfaces. Evidencia-se, também, a igualdade na acessibilidade do transporte fluvial a todos os clientes, com a adoção de Design Universal dos Terminais da empresa, bem como, o desenvolvimento dos meios de comunicação oferecidos ao cliente.

Destaca-se o principal evento, nesta matéria:

Terminal fluvial do Barreiro recebeu Ministro do Ambiente e Ação Climática em dia de inauguração oficial da empreitada de requalificação

A TTSL recebeu, na tarde do dia 3 de dezembro, a visita oficial do Ministro do Ambiente e Ação Climática, João Matos Fernandes, ao renovado terminal fluvial do Barreiro, um terminal que se transformou num espaço mais confortável, seguro e moderno, para todos os seus utilizadores.



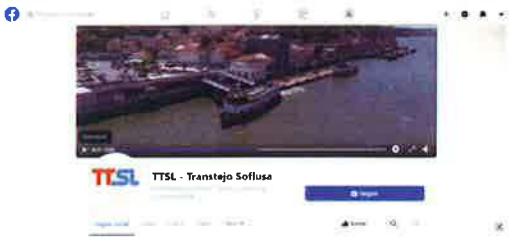
A empreitada, com um valor de investimento de 1.081.636,46 Euros, contemplou intervenções ao nível da cobertura, das salas de embarque, das estruturas de apoio e proteção bem como de toda iluminação, abrangendo uma área total de 8.802 m2

4.1.3.1. Inovação e desenvolvimento da informação digital

Em 2018, com a implementação do novo site institucional, deu-se início a uma nova estratégia de comunicação digital, Em 2021 foi dada continuidade, destacando-se a entrada da TTSL nas plataformas de redes sociais Facebook e Instagram.

TTSL inicia travessia no Facebook

A partir de 4 de fevereiro, todos os utilizadores do transporte público fluvial passaram a poder acompanhar a nova travessia online da TTSL - Transtejo Soflusa.



A página de Facebook da TTSL mantém os seus seguidores a par de informações úteis sobre as cinco ligações fluviais do Tejo, notícias sobre a atividade das empresas e novidades do sistema de mobilidade da Área Metropolitana de Lisboa.

A TTSL desembarca no Instagram

No dia 10 de fevereiro, a TTSL desembarcou no Instagram e convidou todos aqueles que gostam de travessias a acompanhar e partilhar o seu perfil.



O perfil de Instagram da TTSL mantém os seus seguidores a par dos principais momentos entre margens e das histórias mais importantes daquele que é o operador de transporte público fluvial do Tejo.

4.1.3.2. Campanhas e comunicações dirigidas ao passageiro

Além das comunicações relativas ao desenvolvimento da informação digital, destacam-se, ainda, no ano de 2021, as seguintes ações de comunicação dirigidas ao passageiro:

agosto 2021

- TTSL disponibiliza Cacifos CTT 24h

A TTSL passou a disponibilizar cacifos CTT 24h, nos terminais fluviais do Cais do Sodré e Terreiro do Paço bem como na estação fluvial de Belém.



Com este serviço, os utilizadores do transporte público fluvial, e não só, podem receber e entregar as suas encomendas de e-Commerce de uma forma mais prática e cómoda, com segurança e privacidade.

- TTSL comemora Dia Mundial da Fotografia 2021 sob a objetiva dos seus passageiros

A 19 de agosto, a TTSL deu a conhecer resultado da iniciativa lançada, no dia 23 de julho, junto dos seus seguidores de Facebook e de Instagram: partilhar fotos inspiradas nas suas travessias diárias, em qualquer uma das cinco ligações fluviais.



A participação dos passageiros superou as expetativas, tendo sido recebidas sessenta fotografias, as quais foram apresentadas num vídeo partilhado no site, nas redes sociais, incluindo o canal Youtube TTSL.

Ao longo do ano 2021

- TTSL no Facebook e Instagram:

No ano de 2021 foi publicado um total de 119 publicações no Facebook e no Instagram TTSL.
As publicações, divididas por três categorias – Engagement, Comercial e Informação – veicularam conteúdos sobre diversos temas nomeadamente:
- Principais efemérides, datas oficiais e festivas;
- Promoção da experiência de viagem nas cinco ligações fluviais;
- Promoção da Agenda cultural de ambas as margens, destacando iniciativas promotoras da utilização do transporte público fluvial fora dos horários de ponta e dos dias úteis;
- Promoção da app TTSL e das redes sociais;
- Promoção do cartão e passe navegante;
- Promoção de iniciativas desportivas, culturais e sociais apoiadas pela TTSL;
- Informação sobre obras e empreitadas nos terminais fluviais;
- Campanhas de entidades oficiais e de organismos públicos, com especial destaque para a DGS | Covid-19;
- Campanha de boas práticas na utilização do transporte público fluvial.

4.1.3.3. Reclamações

A Soflusa registou uma redução de 29%, no número total de reclamações recebidas relativamente a 2020, associada à retoma da oferta.

A tabela seguinte apresenta o número de reclamações, classificadas pelo motivo que as originou:

Empresa	N.º de Reclamações por motivo	Var. 2021/2020		2021	2020	2019
Total SOFLUSA	Atendimento	-26%	-6	17	23	72
	Equipamentos	-23%	-3	10	13	14
	Instalações - Terminais & Estações	-56%	-20	16	36	17
	Embarcações	-52%	-34	31	65	54
	Horários	-33%	-15	30	45	979
	Suportes Lisboa Viva	-91%	-10	1	11	37
	Suportes Viva Viagem	--	1	1	0	13
	Acidentes/Conflitos	-50%	-3	3	6	0
	Diversos / Outros	92%	24	50	26	82
	Total	**-29%**	**-66**	**159**	**225**	**1 268**

Tabela 10 - Reclamações por motivos (2019-2021)

4.1.3.4. Serviço de apoio ao Cliente / Centro de atendimento

Desde 16 de março de 2020, como resultado das medidas de contingência implementadas face à pandemia COVID-19, o Serviço de apoio ao Cliente presencial foi encerrado, por forma a limitar o atendimento presencial seguindo as orientações das autoridades de saúde competentes, não voltando a ser retomada, também, devido ao baixo nível de procura registada. Contudo, todas as informações sobre os serviços prestados nestes Espaços mantêm-se disponíveis através do endereço eletrónico: apoio.cliente@transtejo.pt, bem como através da linha telefónica 808 20 30 50.

4.1.3.5. Serviço de apoio a Grupos

A política de apoio a grupos de escolas e instituições de cariz social, registou em todo o ano de 2021 um decrescimento face ao ano de 2020 (apenas 1º trimestre), situação explicada pelo impacto da pandemia COVID19.

No 1º e no 2º trimestre de 2021 não houve registos, contudo, na restante parte do ano foram registados um total de 57 passageiros em viagens de grupo (viagens de ida e volta, com desconto de 50%). Refira-se, ainda, que estes grupos são na sua maioria pertencentes a escolas públicas (ensino) e instituições de cariz social, e os passageiros tem na sua grande maioria idades entre os 8 e os 16 anos.

4.1.3.6. Fiscalização e sensibilização do passageiro do transporte fluvial

Em 2021, as ações de fiscalização e sensibilização tiveram maior incidência sobre o momento da validação de títulos (embarque), e cumprimento da necessidade de utilização de máscara dentro do transporte, conforme orientações de mitigação da Pandemia COVID19.

4.2. Atividades Complementares

Para além da atividade principal de prestação de serviço de transporte público, foram desenvolvidas outras atividades geradoras de receita. Destaca-se a concessão de espaços comerciais (bares, lojas), ao abrigo de respetivos contratos, a concessão do parque de estacionamento do Barreiro, ao abrigo do contrato com a Empark Portugal - Empreendimentos e Exploração de Parqueamentos, S.A..

A Soflusa promoveu, também apoios e patrocínios a iniciativas de âmbito educacional, social, desportivo, artístico e cultural.

4.2.1. Receitas Não Tarifárias

A referida exploração de atividades não transporte, proporcionando aos clientes um conjunto de serviços e comodidades complementares, permitiu obter rendimentos suplementares, conforme se detalha na tabela seguinte:

Empresa	Atividades Acessórias *(milhares de €)*	Var 2021/2020		2021	2020	2019
Total SOFLUSA	Aluguer de Espaços Comerciais	-24,21%	-39	123	162	244
	Espaços para Publicidade	-21,21%	-2	7	9	9
	Parques de Estacionamento	18,71%	8	50	42	54
	Total	**-15,56%**	**-33**	**180**	**214**	**307**

Tabela 11 - Rendimentos de Atividades Acessórias (2019-2021)

Em 2021, a taxa de ocupação dos espaços comerciais, foi de 100%, tendo sido disponibilizados o total de 14 distribuídos pelos terminais do Barreiro (9) e do Terreiro do Paço (5).

Assinala-se uma quebra do rendimento global, motivada essencialmente pela perda de receita da concessão de espaços comerciais, decorrente da redução das taxas mensais acordada com os concessionários, mas, também, pela redução da receita de espaços para publicidade.

Apresenta-se, em seguida, a estrutura dos rendimentos não tarifários:

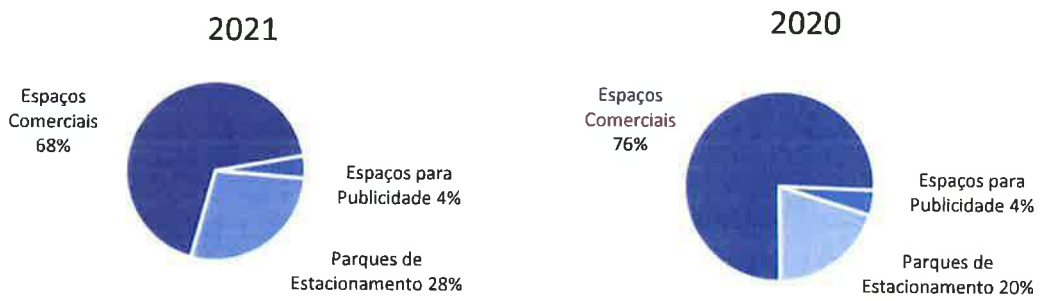


Gráfico 5 - Evolução da estrutura dos Rendimentos não tarifários da SL (2020-2021)

5. Gestão Corporativa

5.1. Segurança e Vigilância

5.1.1. Segurança de Exploração (*Safety*)

No âmbito do desenvolvimento das funções de Autoridade de Segurança, definidas do Despacho N.º 1094/98 (2ª série), de 19 de janeiro, do Ministério do Equipamento, Planeamento e da Administração do Território, a ação reparte-se pela elaboração, verificação, atualização e treino dos procedimentos e mecanismos de resposta a emergências na operação de transporte fluvial de passageiros.

Inclui, ainda, a definição de procedimentos de segurança, análise de ocorrências e a promoção de ações de formação, por forma a serem adotadas as melhores práticas e supridas deficiências detetadas, agindo preventivamente sobre a cadeia de erros para minimizar os acidentes em exploração. Neste sentido, devem ser desenvolvidos os processos necessários à garantia da prestação do serviço de transporte público em Segurança, nomeadamente no que diz respeito às operações e à circulação de pessoas e bens dentro da Organização.

Em Maio de 2021 foram estabelecidos, no âmbito da exploração, os seguintes objetivos, em matérias de gestão de segurança marítima, análise de ocorrências e treinos:

1. Monitorizar o cumprimento dos Planos de Segurança dos navios.
2. Assegurar o cumprimento e a atualização dos procedimentos previstos no Plano de Emergência Interno (PEI), no que respeita a navios e pontões.
3. Propor e promover ações corretivas ou de melhoria na realização de treinos e exercícios para situações de emergências.
4. Realizar inspeções periódicas a todos os meios de deteção e combate a incêndio dos navios e pontões.
5. Realizar inspeções periódicas aos meios de salvação e aos equipamentos de emergência e socorro dos navios e pontões.
6. Investigação e análise de acidentes marítimos.
7. Fiscalizar a sinalização e farolagem dos canais de navegação, bem como a difusão dos Avisos Locais à Navegação e Editais da Capitania do Porto de Lisboa.
8. Monitorizar os processos necessários, quando legalmente exigido, de modo a garantir a certificação dos navios, pontões e equipamentos em matéria de segurança.

Enumeram-se as ações e medidas preventivas tomadas, no que diz respeito à verificação das boas práticas (individuais e da organização) conducentes a uma operação segura dos navios da frota e da operação dos terminais:

a) Acompanhamento das vistorias e inspeções, para certificação e classificação dos navios e pontões;
b) Acompanhamento das ações de manutenção, teste e inspeção anual, realizadas por entidade externa certificada, aos equipamentos e meios de combate a incêndio de todas as embarcações e instalações da Empresa;
c) Realização das vistorias regulamentares aos equipamentos de combate a incêndio de todas as instalações e embarcações da Soflusa;
d) Vistorias e testes aos equipamentos de deteção de incendio de todas as instalações;
e) Implementação de medidas de autoproteção em todas as instalações da Empresa, bem como a atualização do Manual de Segurança e Proteção do Ambiente e do Plano de Emergência Interno.

5.1.2. Vigilância e Segurança Humana (*security*)

Em 2021, manteve-se o modelo de gestão desta atividade, dando continuidade ao processo em curso nos anos anteriores, designadamente:

a) Gestão do contrato e do serviço de Vigilância e Segurança Humana;
b) Acompanhamento da prestação de serviços gratificados contratados com as forças policiais (Polícia Marítima e PSP);
c) Planeamento e reforço operacional em situações de greve, plenário, falha de navios e outros eventos de massas que requereram reforço das medidas de proteção e de controlo de acessos;
d) Apoio á elaboração dos Planos de Segurança das instalações de terra;
e) Gestão e manutenção das centrais de alarme de intrusão, existentes nos terminais.

Ao nível da formação foram desenvolvidas 5 ações de formação no domínio do Controle de Multidões, Segurança Marítima e Combate a incêndios.

Destaca-se o acompanhamento da manutenção dos equipamentos de deteção de intrusão bem como, a realização de testes e vistorias programadas, para aferir o seu funcionamento, assim como o acompanhamento das manutenções programadas dos equipamentos de videovigilância dos edifícios, bem como a vigilância constante destes equipamentos para aferir o seu estado de funcionamento, tendo sido solicitadas intervenções sempre que se detetaram problemas.

Relativamente aos equipamentos de combate a incêndio dos edifícios, bem como a respetiva sinalética dos edifícios e embarcações, foram objeto de vistorias programadas, com uma periodicidade mínima trimestral, sendo que a manutenção anual foi assegurada por empresa certificada, tendo sido efetuada a gestão e acompanhada a manutenção dos equipamentos de combate a incêndio em conjunto com o prestador de serviços. Foram também realizados testes trimestrais, aos equipamentos de deteção automática de incêndio (SADI) de todos os edifícios, estando a cargo de empresas certificadas a sua manutenção anual.

5.1.3. Higiene e Segurança no Trabalho

No ano de 2021, foram realizadas 7 visitas técnicas aos postos de trabalho no âmbito da segurança e saúde no trabalho, tendo a Soflusa contado com a prestação de serviço externo por parte da Ecosaúde, S.A.

No decorrer das visitas técnicas foram realizadas ações de sensibilização sobre a utilização correta dos Equipamentos de Proteção Individual atribuídos a cada trabalhador. Manteve-se de igual forma a sensibilização para os comportamentos defensivos e de higiene a adotar para prevenção da infeção por SARS-COV-19, e distribuído equipamento de proteção para o mesmo efeito.

Ocorreram, em 2021, 10 acidentes de trabalho, o que constitui um aumento de 5 acidentes face ao verificado em 2020.

Empresa	Indicadores Segurança no Trabalho	Var 2021/2020	2021	2020	2019
	Sinistralidade no trabalho				
	N.º Acidentes de trabalho	100,00%	5	10	5	10
SL	N.º Contraturas musculares e contusões dos membros superiores	0,00%	0	2	2	11
	Consequências dos acidentes de trabalho					
	Dias de trabalho perdidos devido a acidentes	601,89%	638	744	106	414

Tabela 12 - Higiene e Segurança no trabalho (2019-2021)

5.1.4. Sinistralidade

Com o objetivo de melhorar as condições de exploração, encontram-se estabelecidos procedimentos de averiguação e análise de ocorrências com a finalidade de determinar as causas, circunstâncias e consequências sobre os

intervenientes envolvidos a fim de propor melhorias no sentido de reduzir os riscos associados e, eventualmente, agir sobre as medidas e mecanismos de prevenção instituídos.

Empresa	Indicadores de Sinistralidade	Var 2021/2020		2021	2020	2019
	I. Total de Acidentes (AT+ E + AP + AV)	**0,0%**	**0**	**15**	**15**	**24**
	Acidentes de Trabalho (AT)	100,0%	5	10	5	10
	Emergências (E)		0	0	0	0
	Acidentes com Passageiros e nos Terminais (AP)	-50,0%	-5	5	10	14
	Acidentes em viaturas transportadas (AV)		0	0	0	0
	II. Incidentes Criminais	**-45,0%**	**-18**	**22**	**40**	**30**
SOFLUSA	**III. Outros**	**-37,1%**	**-13**	**22**	**35**	**50**
	Embates e avarias com passageiros a bordo	100,0%	1	2	1	1
	Doença súbita a bordo de passageiro	-18,8%	-3	13	16	23
	Doença súbita em terminal fluvial	25,0%	1	5	4	16
	Outros incidentes nos terminais fluviais	-66,7%	-2	1	3	7
	Ocorrências Singulares	-90,9%	-10	1	11	3
	Total (I)+(II)+(III)	**-34,4%**	**-31**	**59**	**90**	**104**

Tabela 13 - Indicadores de Sinistralidade e outras ocorrências (2019-2021)

Em 2021, não se registaram ocorrências que se enquadrem em **Emergências** [Grau 1, 2, 3].

Contudo, no que respeita a **Acidentes com passageiros,** registaram-se **5** ocorrências, assinalando-se uma redução de 50% face ao período homólogo. Relativamente a **outras ocorrências** durante a exploração da atividade, totalizaram 22, uma redução de 13 em relação ao ano de 2020.

5.2. Gestão Ambiental

Em cumprimento das obrigações legais e contribuindo para a preservação do meio ambiente e dos recursos, destacam-se as atividades desenvolvidas, com maior relevância:

a) Acompanhamento do Plano de Racionalização do Consumo de Energia para o triénio 2020-2022;
b) Sensibilização para a utilização racional e eficiente dos consumos de água e energia através da intranet e do sítio da internet da Transtejo | Soflusa;
c) Acompanhamento da implementação das medidas impostas na RCM n.º 141/2018 com vista à redução do consumo de plástico e outros consumíveis e à promoção da economia circular.
d) Preparação para a Elaboração dos Planos de Eficiência Energética ECO.AP.2030[7]

5.2.1. Principais indicadores Ambientais

O combustível (Gasóleo) foi, em 2021, o principal recurso energético consumido na exploração da atividade de transporte de passageiros. Este ano registou-se uma redução do respetivo consumo, em consequência da redução da oferta, traduzindo-se numa redução das emissões de GEE's, face ao ano anterior.

Empresa	Indicadores Ambientais	Var 2021/2020		2021	2020	2019
	Consumo energético					
	Gasóleo das embarcações (L)	-3,47%	-229 922	6 405 089	6 635 011	6 658 369
	Consumo total de energia elétrica (kWh)	-13,22%	-68 092	446 867	514 959	565 687
SL	Energia elétrica para tração (kWh)	-	0	0	0	0
	Energia elétrica com exceção da tração (kWh)	-13,22%	-68 092	446 867	514 959	565 687
	Emissões GEEs					
	Emissões CO2 (eq.)* (10^3 Ton)	-3,47%	-1	16	17	17

* Emissões diretas. Fator de emissão do fornecedor

Tabela 14 – Principais indicadores ambientais (2019-2021)

[7] O Barómetro de Eficiência de Recursos na Administração Pública (Barómetro ECO.AP) é uma ferramenta que tem como objetivo caraterizar, comparar e divulgar os consumos e emissões da Administração Pública, conforme disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2020, de 24 de novembro vide https://www.barometroecoap.pt/.

5.3. Gestão de Recursos

5.3.1. Recursos Materiais

5.3.1.1. Caracterização da Frota de navios

A exploração da atividade transporte (ligação Barreiro - Terreiro do Paço) foi realizada pela frota da Soflusa, que em 2021 era constituída por 8 navios catamarans (classe Dámen) com capacidade de transporte de 600[8] passageiros e idade média de 17 anos. Também fazem parte da frota da Soflusa o navio fantasia com 22 anos e 2 navios catamarans (classe Austal) com 19 anos. Estas últimas 3 embarcações estiveram ao serviço da Transtejo, conforme contrato de fretamento celebrado entre as duas sociedades. Todas estas embarcações têm motores com combustão a Gasóleo.

No final de 2021, a frota global da Soflusa era composta por 11 catamarans, com idade média de 18 anos e com a seguinte tipologia:



Classe Dámen – 8 navios
Catamaran com capacidade
para 600 passageiros
Idade média: 17 anos



Classe Austal – 2 navios
Catamaran com capacidade
para 320 passageiros
Idade média: 19 anos



Navio Fantasia
Catamaran com capacidade
para 150 passageiros
Idade média: 22 anos

Ilustração 3 - Frota da Soflusa, em 31-12-2021

5.3.1.2. Gestão e Manutenção da Frota

A Manutenção da Frota (navios e pontões) da Soflusa é da responsabilidade interna da Direção de Manutenção (DMN). No que respeita especificamente à manutenção dos navios, a Soflusa tem vindo a recorrer à subcontratação do serviço de gestão técnica, tendo em 26 de abril de 2021 sido celebrado um contrato plurianual de Manutenção Global com o consórcio composto pela S&C-Gestão de Navios e Tripulações, Lda. e pela Navaltagus - Reparação e Construção Naval, S.A.. Este contrato contempla serviços de manutenção global de 8 navios da classe Damen e 2 navios da classe Austal da frota da Soflusa, nos quais se incluem, entre outras, as manutenções preventivas, as corretivas, e as grandes intervenções. Nos anos anteriores e até à entrada em vigor deste novo contrato, o regime de outsourcing era assegurado pela SCMA - Sociedade Consultores Marítimos, LDA. Cabe a esta entidade externa coordenar as atividades de manutenção, tendo em vista a obtenção de certificação estatutária e de classe da frota e a realização de grandes intervenções em motores, de obrigatoriedade periódica (consideradas no Plano de Investimentos).

Relativamente à manutenção dos pontões (unidades de frota que carecem igualmente de certificados de navegabilidade), não se encontra enquadrada no âmbito do referido contrato, sendo assegurada pela equipa interna de gestão da manutenção da frota, com recurso à contratação de serviços para cumprimento das intervenções programadas.

[8] Prevê-se a conclusão do projeto de aumento de lotação dos navios da classe Dámen de 600 para 700 lugares, no ano de 2022, projeto com cobertura financeira enquadrado no protocolo com o Fundo Ambiental.

Este ano houve um aumento de n.º de horas de manutenção preventiva e corretiva nos navios, este indicador é em grande parte influenciado pelo n.º de docagens, grandes intervenções, assim como pela quantidade de sinistros registados.

Durante o ano de 2021 foram registadas um total de 8 participações de sinistro pela Soflusa, referentes a ocorrências nos navios Antero de Quental (2), Fernando Pessoa (2), Migue Torga (2) Gil Vicente e Fantasia, totalizando assim mais 3 participações face ao ano anterior.

No cumprimento do referido Plano de Manutenção, foram realizadas intervenções que envolveram gastos de aproximadamente 3 milhões de Euros, com a seguinte distribuição:

euros

REAL 2021 Grandes Rubricas	GASTOS MANUTENÇÃO - NAVIOS				Total GASTOS
	Serviço Gestão Técnica	Estaleiros	Oficinas	Sobressalentes + Materiais	
Damião de Goes	193 703	0	0	0	193 703
Miguel Torga	588 492	0	19 685	0	608 177
Fernando Namora	589 724	0	43 434	0	633 158
Gil Vicente	194 896	0	0	0	194 896
Jorge de Sena	193 003	27 540	2 062	0	222 605
Almeida Garret	191 337	0	0	0	191 337
Fernando Pessoa	197 277	20 404	0	0	217 682
Antero de Quental	191 494	88 939	54 516	0	334 949
Cesário Verde	199 985	0	0	16	200 001
Fantasia	0	0	6 269	4	6 273
Pedro Nunes	187 626	0	0	0	187 626
Comuns	- €	- €	- €	882	882
TOTAL	**2 727 537**	**136 883**	**125 965**	**902**	**2 991 287**

Tabela 15 - Gastos de Manutenção por navio da Soflusa (€)

Importa referir que, adicionalmente, acresce aos Gastos de Manutenção com Navios, o montante de 31.524€ referente a manutenção dos pontões (infraestruturas de atracação das embarcações), perfazendo o total de 3.022.811€ - Conservação e reparação (frota de navios e pontões).

Destacam-se, em 2021, as intervenções nos navios Fernando Namora e Miguel torga (cerca de 600 mil € em cada unidade) para obtenção e certificado de navegabilidade. A intervenção no navio Gil Vicente visou reparar os danos da colisão com um pontão no Terreiro do Paço, ocorrida no dia 9 de março. Salientam-se ainda as grandes reparações em doca dos navios Antero de Quental e Damião de Goes. Manteve-se em curso o projeto de investimento, financiado pelo Fundo Ambiental, referente ao aumento de lotação dos navios da Classe Damen de 600 para 700 lugares, prevendo-se a conclusão em 2022 com as intervenções nos navios Damião de Goes e Jorge de Sena.

Importa referir que o esforço de recuperação da frota resultou num menor número de avarias com impacto na oferta da prestação do serviço, face ao ano anterior.

5.3.1.3. Gestão das Infraestruturas (ILD)

A Manutenção das ILD ao serviço da Soflusa (Terminais do Barreiro e do Terreiro do Paço), interfaces essenciais à operacionalização do Serviço de Transporte Público Fluvial compreende a realização de intervenções corretivas e preventivas, no sentido de garantir a segurança de passageiros e de trabalhadores.

Em 2021 deu-se continuidade ao contrato plurianual de prestação de serviços externos, iniciado em finais de 2020, no âmbito do qual se encontra subcontratada a gestão da manutenção destas infraestruturas. Neste âmbito e tendo por objeto a conservação dos edifícios, a manutenção de instalações técnicas, sistemas/equipamentos de AVAC foi

possível diagnosticar e planear intervenções prioritárias, detetando e corrigindo situações que poderiam ocasionar intervenções mais profundas.

Da análise efetuada aos edifícios da Empresa identificaram-se patologias incidentes em infiltrações e irregularidades nas coberturas, tornando premente a sua reabilitação e impermeabilização. Com apoio do subsídio ao investimento obtido através do Programa de Estabilização Económica e Social (PEES), foi possível mitigar a evolução de situações críticas e agilizar intervenções que permitiram a melhoria das condições de segurança e conforto, nomeadamente:

Terminal Fluvial do Barreiro

- Conclusão da empreitada de reabilitação cobertura das instalações, dos envidraçados das salas de embarque, recondicionamento dos quadros elétricos e iluminação.
- Substituição dos motores de embarque e desembarque.
- Início da empreitada de remodelação da bilheteira e sala de controlo (conclusão em 2022).
- Início da construção de vedação do parque de combustíveis do Terminal Fluvial do Barreiro (conclusão em 2022).
- Aquisição de UPS para o Terminal Fluvial do Barreiro para garantir os serviços mínimos, em caso de falha de energia.

Terminal Fluvial do Terreiro do Paço

- Construção de nova bilheteira.
- Início da construção da nova sala de controlo (conclusão em 2022).

Dando continuidade à política da melhoria das condições de conforto, bem como da segurança das instalações foram efetuadas diversas beneficiações nos terminais, destacando-se:

a) Continuação dos trabalhos de beneficiação das não conformidades detetadas pelo Técnico Responsável pela Exploração das Instalações Elétricas.
b) Aquisição de bens e consumíveis diversos, para garantir a manutenção dos espaços e equipamentos (geradores, sistema AVAC.)
c) Reparação/substituição de equipamentos de AVAC.
d) Beneficiação/reparação na rede de água e esgotos.
e) Reinstalação dos serviços nas novas instalações modulares do TF Barreiro.
f) Beneficiações diversas em portões de embarque/desembarque, grades/vedações e equipamentos de segurança, p. ex. o reforço da vedação do parque de estacionamento do Barreiro, o reforço da vedação da frente do rio no TF Barreiro e o portão de embarque TF Terreiro do Paço.
g) Substituição de vidros no TF Barreiro
h) Beneficiação/reparação de spots de iluminação, nomeadamente o reforço da iluminação do TF Terreiro do Paço.
i) Aquisição e instalação de portas para os nichos da eletricidade do TF Terreiro do Paço.

Em termos de eficiência energética, deu-se continuidade ao processo de substituição de diversas luminárias por LED, prevendo-se continuar com esta boa prática nos próximos anos, adquirindo luminárias mais eficientes.

5.3.2. Recursos Tecnológicos

5.3.2.1. Gestão e manutenção de equipamentos de bilhética

A manutenção corretiva, preventiva e evolutiva do sistema de bilhética da Soflusa, foi, em 2021, assegurada por um prestador de serviços externos.

5.3.2.2. Informação ao passageiro em tempo real

Dando seguimento ao projeto de melhoria das condições de Informação ao Público, iniciado em 2018 - designadamente, proporcionando informação em tempo real sobre o serviço, com recurso a painéis eletrónicos instalados nos terminais, foram em 2021, melhorados conteúdos e canais de difusão, promovendo a permanente atualização de informação, disponibilizada em várias plataformas digitais, nomeadamente no Site e APP institucionais, no *Google Maps* e na plataforma Transporlis.pt.

5.3.2.3. Sistemas de Informação

Para além da atividade contínua e permanente de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de informação na Soflusa, ao longo de 2021, foram desenvolvidas melhorias e/ou benefícios em vertentes tecnológicas específicas:

A. **Implementação do teletrabalho e de melhorias funcionais**, destacando-se as seguintes ações:
   a) Aquisição de computadores portáteis;
   b) Preparação dos computadores atribuídos aos colaboradores para o teletrabalho;
   c) Aquisição de computadores portáteis para as Direções para facilitar a mobilidade de trabalhadores que possam ter trabalho repartido entre trabalho presencial e teletrabalho.

B. **Implementação de projetos**, salientando-se os seguintes:
   a) Continuação da renovação de equipamentos informáticos para postos de trabalho;
   b) Lançamento do processo de aquisição de sistema de Gestão Documental com possibilidade de integração com o ERP Primavera;
   c) Aquisição de sistema de Gestão da Manutenção da frota de navios;
   d) Inicio do projeto de upgrade de software e computadores das Máquinas Automática de Vendas de Bilhetes (MAVB);
   e) Aquisição de novo sistema de som para o Terminal do Barreiro;
   f) Instalação de equipamentos de controlo de acessos para o parque de estacionamento e instalações do Terminal do Barreiro.

5.4. Gestão de Risco e Auditoria Interna

Em novembro de 2021, realizou-se a auditoria de conformidade legal ao sistema de gestão, no âmbito do Ambiente, Qualidade e Segurança e Saúde do Trabalho.

No âmbito da Gestão de Risco, foi realizado, em 2021, o Relatório de execução do PPRCIC - Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2020, tendo sido aprovado pelo Conselho de Administração em 18 de novembro de 2021 e carregado no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF) em 30 de novembro de 2021.
O Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, respeitante ao exercício de 2021, encontra-se em fase de elaboração.

5.5. Gestão da Marca

A Gestão da Marca engloba a comunicação com o Cliente, a promoção da comunicação interna e o estabelecimento e gestão de acordos e parcerias com diversas entidades institucionais.

5.5.1. Apoios e parcerias institucionais

janeiro 2021

- Cartão Lisboa VIVA gerido pela TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa



A TTSL informou os seus utilizadores da alteração que teve lugar no dia 17 de fevereiro de 2021, decorrente da de entrada em funcionamento da TML: De acordo com o Decreto-Lei n.º 121/2019, de 22 de agosto, que a TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, E.M.T., S.A. ("TML"), sucedeu à OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E. em todos os serviços prestados, incluindo a emissão e gestão do Lisboa VIVA, bem como o tratamento de dados pessoais. Cartão

março 2021

- TTSL apoia a nova campanha da DGS "PORCAUSA"

A TTSL divulgou a campanha da DGS - Direção-Geral de Saúde "PORCAUSA" (PORtuguese CAmpaign for the safe USe of Antibiotics), com o objetivo de sensibilizar a população para a utilização segura de antibióticos e para as infeções causadas por bactérias multirresistentes a estes que, na União Europeia, atingem 670 mil pessoas por ano.



maio 2021

- Associação Transporlis lança novo site "Lisboa Viagem"

A TTSL apoiou a divulgação do lançamento do novo site da Transporlis - associação, formada por operadores de transporte (incluindo a TTSL - Transtejo Soflusa), autarquias e outras entidades, tem vindo a trabalhar na promoção da informação sobre transportes públicos.



O objetivo foi promover o transporte público, enquanto vetor estratégico para a transição energética e mobilidade sustentável, e posicionar o Lisboa Viagem como o planeador multimodal oficial da área metropolitana de Lisboa .

julho 2021

- Viaje nos transportes públicos, em segurança, com o Navegante

A TTSL lembrou, os seus utilizadores, das vantagens de viajar com o Navegante Metropolitano, associando-se á campanha oficial da TML.



A campanha destacou que todos os passes (Navegante Metropolitano Família; Navegante Metropolitano; Navegante 12 e Navegante +65), permitem a utilização de todos os serviços de transporte público regular de passageiros, em todos os 18 municípios da área metropolitana de Lisboa.

- Academia da Força Aérea - Um ensino de Excelência

A TTSL promoveu a campanha recrutamento da Força Aérea, para o Curso de Mestrado em Aeronáutica Militar, no ano letivo 2021/2022, destinada a jovens entre os 18 e os 21 anos, que tenham concluído o Ensino Secundário e realizado os respetivos exames nacionais.



setembro 2021

- Força aérea abre 500 vagas em Regime de Contrato

A TTSL divulgou nova campanha de recrutamento da Força Aérea, relativa ao concurso em Regime de Contrato nas categorias de Oficiais, Sargentos e Praças.

O Curso de Formação de Oficiais destinava-se a jovens com licenciatura ou mestrado, que tivessem até 27 anos de idade.

- BoCA - Bienal de Artes Contemporâneas 2021 une Lisboa, Almada e Faro

A TTSL apoiou a divulgação da 3ª edição da BOCA Bienal de Artes Contemporâneas que decorreu entre o dia 3 de setembro a 17 de outubro e ligou as cidades de Lisboa, Almada e Faro, através da cultura e das práticas artísticas.

- Navegante é o novo cartão de transporte!

A TTSL promoveu o lançamento do novo cartão navegante em todos os seus operadores de transporte da Área Metropolitana de Lisboa, com base na campanha oficial da TML.



A marca navegante constitui-se como marca de um sistema partilhado entre os vários Operadores de Transporte e Mobilidade com vista à simplificação, digitalização, integração e interoperabilidade, associando o cartão de transporte e o tarifário.

Open House Lisboa apresenta "Os caminhos da Água"

A TTSL apoiou a divulgação da realização da 10ª edição do Open House Lisboa - grande evento anual que abre as portas para conhecer, experimentar e explorar a arquitetura espalhada pela cidade - , que decorreu nos dias 25 e 26 de setembro.

Sob tema "Os Caminhos da Água", a edição do ano de 2021 navegou até à margem sul do Tejo e alargou o território a Almada, oferecendo um programa de visitas que sublinha o papel do rio como centro unificador.

- Mova-se de forma sustentável. Seja saudável



A TTSL divulgou as comemorações da Semana Europeia da Mobilidade 2021. Sob o tema "Mova-se de forma sustentável. Seja saudável", a 20.ª edição celebrou a resiliência dos operadores de transporte público e dos municípios, debateu a mobilidade integrada ativa e promoveu a utilização de modos de transporte com emissões baixas ou nulas.

outubro 2021

- Pirilampo Mágico 2021



A TTSL apoiou a divulgação da Campanha Pirilampo Mágico 2021, cujo lema foi "Pirilampo Mágico: Estamos juntos, pró que der e vier!", apelando à união e resiliência coletiva, à construção e desenvolvimento de sinergias.

Esta é uma iniciativa que visa informar, sensibilizar e defender a integração das pessoas com deficiência intelectual e multideficiência, tendo em conta a rentabilização do seu potencial

Novembro 2021

- Navegante Antigo Combatente

A TTSL divulgou o lançamento do navegante Antigo Combatente, novo título destinado aos/às antigos/as combatentes ou respetivos/as viúvos/as, que confere do direito de acesso à gratuitidade do passe navegante®.

5.5.2. Comunicação interna e ações de endomarketing

Janeiro 2021

- Atualização Carta Náutica 2021



A TTSL atualizou, ao longo do ano, a Carta Náutica - um boletim mensal do centro de documentação e informação -, que inclui documentos mensais de informações relevantes à área de trabalho do Porto de Lisboa...

- Atualização CEEP News 2021



A TTSL atualizou, durante mais um ano, a CEEP *News* (atualmente, denominada de SGI) - uma newsletter mensal com informações relevantes à atividade de empresas e trabalhadores de Serviços de Interesse Geral.

- A Soflusa está a recrutar



A Soflusa divulgou a abertura de vagas para recrutamento de marinheiros/as de tráfego local. Os candidatos tinham até ao dia 24 de janeiro de 2021 para se candidatarem.

Outubro 2021

- A TTSL - Transtejo Soflusa está a recrutar Maquinistas Práticos

A Transtejo e a Soflusa lançaram campanha de recrutamento para vaga de Maquinistas Práticos.

5.6. Relações Internacionais

A Soflusa, através da empresa-mãe Transtejo, assegura a sua participação em organizações internacionais do setor da mobilidade e transporte público de passageiros, nomeadamente, na Associação SGI Portugal e na UITP.

6. Gestão de Recursos Humanos

6.1. Gestão do Efetivo

Na sequência da entrada em vigor da Lei n.º 22/2016, de 4 de agosto e no âmbito do processo de autonomização das empresas, anteriormente sob gestão conjunta, foi necessário, ao longo de 2021, continuar o processo de recomposição da estrutura organizacional, promovendo a reorganização interna, no sentido do dimensionamento do efetivo às reais necessidades, tendo em conta o nível de atividade e de forma a garantir uma organização eficiente.

Em 2021 persistiu a necessidade de dar continuidade ao processo de otimização da estrutura organizacional da empresa e à recomposição do quadro de efetivos, para permitir colmatar a ausência de recursos decorrente do anterior processo de gestão conjunta das empresas de transportes, que vigorou entre 2015 e 2017.

Ainda não foi possível concretizar todas as contratações necessárias e destaca-se o permanente esforço para superar dificuldades associadas à escassez de valências técnicas, mantendo-se o foco neste objetivo, contendo com o empenho dos recursos humanos disponíveis.

Empresas	Indicadores de Recursos Humanos	VAR 2021/2020		2021	2020	2019
SL	Efetivo médio	1,5%	2	138	136	136
	N.º efetivos - 31.DEZ	2,2%	3	138	135	138

Tabela 16 - Gestão do Efetivo (2019-2021)

O gráfico seguinte apresenta a evolução do efetivo médio na Soflusa ao longo dos anos:

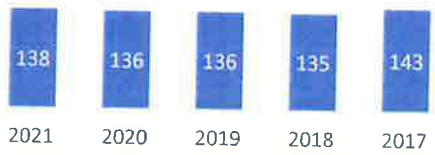


Gráfico 6 - Evolução do número de efetivos médio (2017-2021)

Quanto à movimentação de pessoas, verificaram-se **7 entradas**, com contratos de trabalho por tempo indeterminado e **4 saídas**, sendo **1 -** por iniciativa do trabalhador e **3 -** por motivo de reforma.

Variação N.º Trabalhadores	2021/2020	2020/2019	2019/2018
Var. Nº efetivos a 31 de dezembro	3	-3	2

Tabela 17 - Variação do número de efetivos (2018-2021)

Os quadros seguintes apresentam a caracterização do efetivo, em 31 de dezembro de 2021, por faixa etária, género e área de atividade.

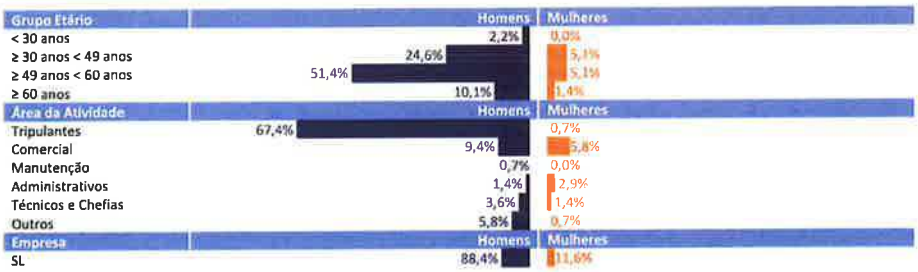


Gráfico 7 - Distribuição % do efetivo, por faixa etária, género e área de atividade a 31 de dezembro de 2021

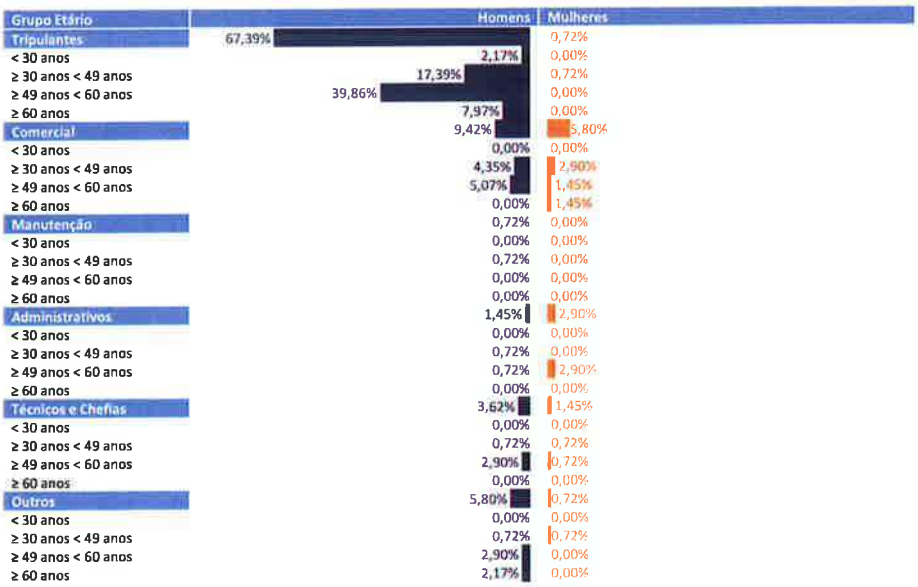


Gráfico 8 - Distribuição % do efetivo de cada área de atividade, por grupo etário e género a 31.12.2021

Os dados apresentados permitem extrair as seguintes conclusões:

a) 83% dos efetivos estão afetos às áreas operacionais (Tripulantes, Comerciais);
b) 68% dos trabalhadores têm mais de 48 anos de idade, sendo que 56,5% dos trabalhadores se encontram na faixa etária compreendida entre os 49 e os 60 anos de idade;
c) Apenas 11,6% dos trabalhadores são do género feminino, estando estes, maioritariamente, afetos às áreas Comercial (8) e Administrativa (4).

6.1.1. Princípio de Igualdade do Género

Falar de Igualdade de Género é reconhecer um direito fundamental para todos os homens e mulheres. Significa igualdade de direitos e de oportunidades, reconhecimento, valorização, poder e participação de mulheres e homens, em todas as esferas da sociedade, laboral, pessoal e familiar.

Considerando o desenvolvimento organizacional e das políticas de gestão de pessoas baseadas na valorização do capital humano, das competências e da qualidade, reconhece-se cada vez maior importância às questões relacionadas com a igualdade de género. A conceção e implementação de planos que promovam a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, que contribuam para diminuir situações de discriminação e que permitam a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, torna-se premente na promoção das políticas de Responsabilidade Social e nos princípios de Bom Governo das empresas nacionais, sobretudo no sector público.

Assim, a Soflusa elaborou em 2021 um **'Plano de Ação para a Igualdade de Género'**[9], considerando que importa desenvolver ações que promovam uma atitude diária e natural de igualdade entre mulheres e homens (IMH), que seja exercida em todos os domínios da vida individual e coletiva. Efetivamente trabalhar políticas que visam a promoção da igualdade entre mulheres e homens e o combate à discriminação, é um imperativo ético a que a Soflusa está vinculada. Cumprindo o dever de comunicação[10] a Soflusa remeteu o documento a 06.01.2021, no Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE) e efetuou a divulgação no sítio da Empresa. Este mesmo Plano foi também divulgado junto da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), a 08.09.2020.

Caracterização do universo laboral

Do universo de **138 trabalhadores** no ativo, em 31 de dezembro de 2021, 11,6% são mulheres e 88,4% são homens, verificando-se que o quadro de pessoal da empresa é maioritariamente masculino, facto que decorre do desenvolvimento de uma atividade ligada a profissões tradicionalmente masculinas, sobretudo nas áreas operacionais, marítima, de manutenção e comercial, que se justifica pela especificidade das funções, pela dispersão geográfica no estuário do Tejo e pelos horários de funcionamento (24h diárias nas ligações de maior fluxo de passageiros).

Verifica-se ainda que a maioria dos profissionais se encontra na faixa etária dos 49 aos 60 anos, o que evidencia um efetivo envelhecido, relacionado com a antiguidade do efetivo na Empresa e com o número reduzido de novas admissões, nos últimos 10 anos, o que tem impedido o rejuvenescimento dos quadros.

Relativamente à conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, em particular no que respeita à parentalidade e assistência à família, verifica-se que estes direitos dos trabalhadores têm sido gozados por ambos os géneros. Ainda neste âmbito, a Empresa tem vindo a percorrer um caminho no sentido de proporcionar aos seus trabalhadores condições para esta conciliação.

Considerando a antiguidade e a especificidade dos Recursos Humanos, especialmente no que diz respeito às funções operacionais marítimas, tendo em conta a marcada exigência física, esta atividade da Empresa tem sido, maioritariamente e tradicionalmente, desempenhada por pessoas do sexo masculino.

Consciente desta realidade, mas adotando o lema "Ninguém pode ficar para trás", a Empresa tem vindo a implementar algumas medidas, ao nível da formação, recrutamento e conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, pretendendo, contudo, intensificar e desenvolver esta prática.

---

[9] Vide link https://ttsl.pt/wp-content/uploads/2021/01/TTSL-_-Plano-Igualdade-Genero-_-2018-2021-_-VF.pdf
[10] Vide artigo 3º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho.

Assim, a proposta tem sido por um lado reforçar as medidas já praticadas, e por outro lado desenvolver outras medidas, sendo as áreas de intervenção as seguintes:

- Promoção das condições da Igualdade de Género nos processos de Recrutamento e Seleção, com a adoção de práticas não discriminatórias nestes processos, especialmente no que respeita às profissões marítimas (tradicionalmente masculinas);
- Promoção das condições da Igualdade de Género na Formação contínua, com ações diversificadas nas várias áreas de atividade da Empresa;
- Promoção da utilização de horários flexíveis e modalidades de organização do trabalho;
- Adoção de medidas de apoio ao trabalhador que facilitem a Conciliação da vida profissional, familiar e pessoal;
- Desenvolvimento de um sistema de gestão que promova a valorização do trabalhador e a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, com aplicação transversal a toda a Empresa;
- Adoção da linguagem inclusiva em todos os meios da Comunicação Interna e Externa;
- Divulgação do Plano de Ação para a Igualdade de Género quer na intranet, quer no site institucional, com o objetivo de tornar publico as intensões da Empresa;
- Assinalar algumas efemérides, designadamente o dia 8 de março – Dia Internacional da Mulher.

Com a implementação e intensificação das referidas ações, pretende-se integrar na Empresa, de forma transversal, a prática de Igualdade de Género, identificando para cada uma das ações propostas, os temas e as áreas da Empresa que deverão intervir para que seja alcançado o resultado definido, bem como todos os trabalhadores percecionem a preocupação da Empresa com estas questões, fazendo com que aquelas ações possam favorecer a satisfação, motivação e produtividade.

De acordo com o n.º 2, da RCM n.º 18/2014, de 5 de março, que determina que as empresas do Setor Empresarial do Estado promovam, de três em três anos, a elaboração de um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio na Internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, apresenta- se no quadro seguinte o valor dos Gastos de Pessoal do ano em análise, por género.

	Indicadores de Recursos Humanos	2021		
Empresa	Remunerações Pagas	H	M	Total
SL	Remunerações Órgãos Sociais	0	0	0
	Remunerações do Pessoal	2 809 915	312 098	3 122 013
	Indemnizações	254 949	1 128	256 077
	Encargos sobre remunerações	671 361	71 240	742 601
	Outros Gastos com Pessoal *(Processamento)*	165 882	14 365	180 247
	Total Remunerações Pagas	**3 902 107**	**398 831**	**4 300 939**

Tabela 18 - Remunerações pagas por género, em 2021

6.1.2. Política Salarial

Ao setor público empresarial aplicou-se, em 2021, e nos termos do n.º 6 do artigo 33.º da LOE 2021, o disposto nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, os regulamentos internos e outros instrumentos legais ou contratuais vigentes ou, na falta, o disposto no DLEO-2019 [11].

No ano em análise e no que respeita aos gastos com pessoal, verificou-se um aumento de 7,8%.

Empresa	Indicadores de Recursos Humanos	VAR 2021/2020		2021	2020	2019
SL	Gastos com Pessoal	7,8%	313	4 301	3 988	3 930
	Massa Salarial	9,3%	292	3 432	3 140	3 126

Tabela 19 - Gastos com Pessoal e Massa Salarial (2019-2021)

Estas variações refletem o impacto da aplicação do Acordo de Empresa revisto em 2021, designadamente no que se refere a matéria de diuturnidades e Regulamento de Carreiras.

Adicionalmente, decorreu um processo de revisão salarial para 2021, que resultou em acordos entre a Soflusa e os Sindicatos representativos dos trabalhadores, em que as partes acordaram:

i. Antecipação da eliminação do prémio de assiduidade por integração na retribuição base, integrando-se, com efeitos a 1 de outubro de 2021.
ii. Atualização da Tabela Salarial, conforme preâmbulo do Decreto-Lei n.º 10/2021, de 1 de fevereiro, com efeitos a 1 de janeiro de 2021, nos seguintes termos:
    a. As retribuições base mensais até € 791,91 têm uma atualização de € 10,00;
    b. As retribuições base mensais entre € 791,92 e € 801,90 são atualizadas para € 801,91.
iii. No que se refere ao Subsídio de Turnos, considerando que a laboração no regime de turnos/escalas rotativas apresenta uma especial penosidade para os trabalhadores, o valor foi atualizado, com efeitos a 1 de novembro de 2021 (incluindo subsídio de Nata), para € 65,00.

6.2. Desenvolvimento de competências e formação

Em 2021, a pandemia veio dar visibilidade e agravar as dificuldades na realização da formação profissional, já sentidas em anos anteriores, também derivado do déficit do quadro de efetivos, que ainda se mantém.

Com efeito o volume de formação em 2021, teve um acréscimo de 185%, com 157 horas de formação, e um total de 8 ações, apenas mais 4 face ao ano de 2020.

Empresa	Indicadores de Recursos Humanos	VAR 2021/2020		2021	2020	2019
SL	Horas de Formação	185%	102	157	55	1415
	Ações de Formação	100%	4	8	4	29
	Participantes em Formação	280%	28	38	10	88

Tabela 20 - Formação (Horas, ações e participações) na SL (2019-2021)

Destaca-se a realização de formação de Personal Efectiveness, num total de 70 horas na qual participaram dois quadros superiores. Refira-se ainda a realização de 4 ações de formação sobre Uso e Manobras de Jangadas Pneumáticas, num total de 50 horas, abrangendo 28 tripulantes.

[11] *Vide* Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho - Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2019 (DLEO)

6.3. Indicadores de Prestação de Trabalho

6.3.1. Horário de Trabalho

No que se refere à distribuição dos trabalhadores pelo tipo de horário, a grande maioria está afeta a horário por turnos (91%), devido à natureza da atividade, sendo que os restantes trabalhadores estão afetos a horário flexível ou sujeitos a regime de isenção de horário de trabalho (IHT).

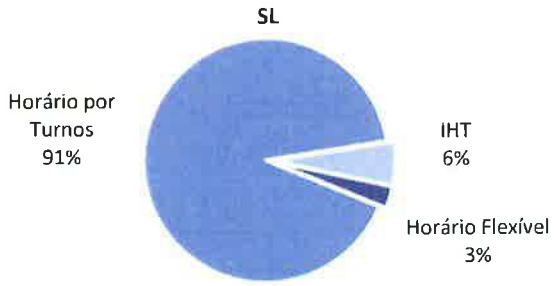


Gráfico 9 - Distribuição de efetivos, por regime de horário de trabalho a 31 de dezembro de 2021

6.3.2. Taxa de Absentismo

Empresa	Indicadores de Recursos Humanos	VAR 2021/2020	2021	2020	2019
SL	Taxa de Absentismo	-0,33 pp	13,6%	13,9%	10,7%

Tabela 21 - Evolução da Taxa de Absentismo (2019-2021)

A taxa de absentismo registou uma variação de -033 pp face ao ano anterior, explicado pela redução do absentismo de longa duração, nomeadamente por doença (-18%), e que representa 68% da estrutura, conforme se evidencia no gráfico seguinte:

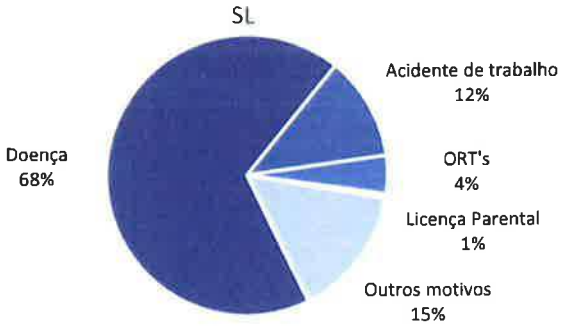


Gráfico 10 - Causas do absentismo – 2021

6.3.3. Horas Trabalhadas

O número de horas trabalhadas encontra-se associado, entre outras variáveis, ao absentismo. No ano de 2021 registou-se uma redução de 0,65% face ao ano anterior, conforme se evidencia no quadro seguinte:

Empresa	Indicadores de Recursos Humanos	VAR 2021/2020		2021	2020	2019
SL	Horas Trabalhadas	-0,65%	-1509	231 417	232 926	245 148

Tabela 22 - Horas Trabalhadas (2019-2021)

7. Situação Patrimonial, Económica e Financeira

7.1. A Soflusa como Entidade Pública Reclassificada

O baixo grau de autonomia financeira e a insuficiência de meios financeiros próprios, gerados pela atividade (aferido pelo Rácio de Mercantilidade) determinou que em abril de 2013, com base nos dados de 2012, o Instituto Nacional de Estatística (INE) incluísse a Soflusa na lista de entidades reclassificadas no perímetro das Administrações Públicas (Entidades Públicas Reclassificadas equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos). Desta condição, decorrem impactos relevantes para a empresa em matéria de reporte de informação e controlo da execução orçamental, em observância de legislação especifica aplicável desde o ano de 2013 até ao presente ano, com destaque para a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso[12], Lei de enquadramento Orçamental[13], e a Lei do Orçamento de Estado[14] e de Execução Orçamental[15] estes últimos publicados anualmente.

No exercício de 2021, foi dada continuidade ao cumprimento do conjunto de obrigações acima referido, em linha com os processos implementados desde 2014, que visaram o desenvolvimento interno de mecanismos de monitorização da execução orçamental na ótica financeira e modelos de apuramento de informação para reporte à Entidade Coordenadora do Programa Orçamental, isto é, à Secretaria Geral do Ministério do Ambiente e da Ação Climática (SG MAAC) e à Direção-Geral do Orçamento (DGO).

7.2. Adoção do SNC-AP

A Soflusa, em cumprimento ao disposto no Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de outubro, utiliza, desde 2018, o referencial contabilístico SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública.

O SNC-AP constitui uma aproximação ao Sistema de Normalização Contabilística em vigor nas empresas privadas, com as necessárias adaptações ao Setor Público, contemplando 3 subsistemas da contabilidade pública:

Contabilidade Orçamental

- Ótica da Despesa / Receita (Registo de todas as fases, ex: Cabimento / Compromisso / Obrigação / Pagamento)
- Destaque para a NCP 26 – Que inclui requisitos para a consolidação orçamental;
- Apresentação de uma classe de contas própria (classe 0) e Classificadores Orçamentais da Despesa / Receita

---

[12] *Vide* Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual, a qual aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.

[13] Lei do Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 2/2018 de 29 de janeiro e republicada pela Lei n.º 37/2018 de 7 de agosto, alterada pela Lei n.º 41/2020 de 18 de agosto), implicando obrigações de reporte à Direção-Geral do Orçamento / Ministério das Finanças:

1- Em 2021: No âmbito dos trabalhos de preparação do Orçamento do Estado 2022, dando cumprimento às orientações transmitidas através da Circular DGO - Série A n.º 1404, de 02.08.2021 (Instruções de preparação do OE2022);

2- No âmbito da execução do OE (de 2021): reportes, previstos no artigo 95.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental (DL n.º 84/2019, de 28 de junho, na sua versão atual);

[14] *Vide* para o ano de 2021 a Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, na sua redação atual, LOE 2021.

[15] *Vide* para o ano de 2021 a Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, na sua redação atual, a qual, no seu capítulo II, estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento de Estado.

Contabilidade Financeira

- Contabilidade patrimonial (Ativos, Passivos, Gastos e Rendimentos) / Adotando plano de contas nacionais, semelhante ao utilizado no setor privado (SNC / IFRS);

Contabilidade de Gestão

- Integra os modelos de Contabilidade Analítica e Investimentos (projetos);
- Destaca-se a NCP 27;
- Possibilidade de integração com o modelo de orçamentação por programas (Sistema ABC).

A adoção do SNC-AP na Soflusa, implicou a coexistência dos 3 subsistemas de contabilidade (Orçamental, Financeira e de Gestão) num mesmo sistema de informação, suportando toda a informação necessária para assegurar os reportes de execução orçamental, a par do apuramento de resultados e contabilização de Ativos e Passivos.

7.3. Análise sobre as Contas

7.3.1.Fluxos Financeiros

Resultados (Contas Individuais) Unidade : Euro	Var.2021/2020		2021	2020	2019
	%	Abs.	SNC-AP	SNC-AP	SNC-AP
Total de Rendimentos Operacionais	4,7	675 762	**15 102 650**	**14 426 888**	**13 044 713**
Prestação de Serviços	8,1	686 675	9 139 315	8 452 640	10 027 508
Subsídios à Exploração	3,4	103 807	3 168 824	3 065 017	489 464
Reversões	(43,4)	(242 722)	316 149	558 871	57 971
Outros Rendimentos e Ganhos	5,4	128 002	2 478 362	2 350 360	2 469 769
Total de Gastos Operacionais	19,7	2 653 093	**16 117 651**	**13 464 557**	**14 663 607**
Custo Matérias Consumidas	32,7	878 689	3 568 661	2 689 972	3 692 309
Fornecimentos e Serviços Externos	33,7	1 289 493	5 110 383	3 820 890	4 111 922
Gastos com o Pessoal	7,8	312 764	4 300 939	3 988 175	3 929 784
Gastos de Depreciação e de Amortização	6,8	192 596	3 019 738	2 827 142	2 646 071
Perdas por Imparidade	-	-	-	-	1 661
Provisões do Período	(19,9)	(21 522)	86 707	108 228	158 048
Outros Gastos e Perdas	3,6	1 073	31 223	30 149	123 812
Resultado Operacional	(205,5)	(1 977 331)	**(1 015 001)**	**962 331**	**(1 618 894)**
EBITDA	(47,1)	(1 784 735)	2 004 737	3 789 472	1 027 177
Resultado Financeiro	17,5	(6 321)	**(42 495)**	**(36 174)**	**(39 259)**
Resultado Líquido	(222,3)	(1 925 364)	**(1 059 183)**	**866 181**	**(1 659 357)**

Tabela 23 - Síntese dos Rendimentos e Gastos Operacionais (2019-2021)

O desempenho económico e financeiro da Soflusa, no ano de 2021 face a 2020, caracterizou-se essencialmente pelo seguinte:

a) Globalmente, verifica-se um acréscimo de 4,7% (+675 mil €) nos **Rendimentos Operacionais** devido ao aumento de +8,1% (+687 mil €) **na Prestação de Serviços** e das rubricas de **Subsídios à Exploração (+3,4%)** e **Outros Rendimentos e Ganhos (5,4%)** e à redução da rubrica e de -43,4% (-242 mil €), nas **Reversões,** face ao período homólogo.

b) No que respeita aos **Gastos Operacionais**, registou-se um acréscimo de +19,7% +2.653 mil €), consequência do aumento, nomeadamente, de +32,7% (+879 mil €) em **Custo Matérias Consumidas** e de +33,7% (+1.289 mil €) em

Fornecimentos e Serviços Externos, bem como de +7,8% (+313 mil €) em **Gastos com o Pessoal** e em **Amortizações** com um acréscimo de +6,8% (+192 mil €).

c) Foi mantido o Modelo de Financiamento suportado com o Apoio do Acionista Transtejo, através de empréstimo a Médio/Longo Prazo para cobertura das necessidades de tesouraria corrente e financiamento do plano de investimento.

Em 2021, os *Cash-flows*[16] gerados pela atividade de prestação de serviço público (Atividades Operacionais) foram os que se apresentam no quadro seguinte:

Demonstração dos Fluxos Caixa (Contas individuais) (Euros)	Var.2021/2020 %	Var.2021/2020 Abs.	2021	2020	2019
Fluxo Atividades Operacionais	-178,79%	(2 227 533)	(981 660)	1 245 873	156 742
Fluxo das Atividades de Investimento	-159,13%	1 363 889	506 775	(857 114)	(1 295 798)
Fluxo das Atividades de Financiamento	-100,00%	(1 000 000)	-	1 000 000	1 297 706
Variação de caixa e seus equivalentes	-134,19%	(1 863 643)	**(474 885)**	**1 388 759**	**158 649**
Caixa e seus equivalentes no início do período	27,70%	1 388 759	**6 402 603**	**5 013 844**	**4 855 195**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	-7,42%	(474 885)	**5 927 718**	**6 402 603**	**5 013 844**

Tabela 24 - Variação de caixa e seus equivalentes (2019-2021)

7.3.2. Modelo de Financiamento

Na sequência da reclassificação das sociedades Transtejo e Soflusa no perímetro das Administrações Públicas, foi necessário alterar o modelo de financiamento, promovendo a sua concentração no apoio financeiro do Estado. Foi constituída uma operação de apoio financeiro, no montante de 118,6 M€, prestado pelo Estado Português à Transtejo (dotação orçamental, inscrita no OE2013 retificativo), tendo permitido a reestruturação de toda a dívida de curto prazo de ambas as empresas em financiamento de M/L Prazo.

Esta operação visou o reforço do apoio financeiro concedido pela Transtejo à participada Soflusa, convertendo-o também em operação de financiamento a M/L prazo, permitindo à Soflusa amortizar todas as linhas de financiamento contratadas na banca comercial e beneficiar das condições de remuneração do serviço da dívida contratadas pela Transtejo.

O modelo de financiamento em vigor é caracterizado pela concentração de novos financiamentos em empréstimos de M/L prazo a obter junto da Transtejo, para fazer face às necessidades de Tesouraria Corrente.

No final de 2021, o montante em dívida ascendia a 7.202 mil €.

euros €

Endividamento	Var. 2020/2019 Absoluto	Var. 2020/2019 %	2021	2020	2019
Acionista TRANSTEJO - M/L Prazo	38 472	0,54%	7 202 369	7 163 897	6 127 723
Total	**38 472**	**0,54%**	**7 202 369**	**7 163 897**	**6 127 723**

Tabela 25 – Endividamento (2019-2021)

[16] Cash flow – estrangeirismo utilizado para designar o fluxo de caixa

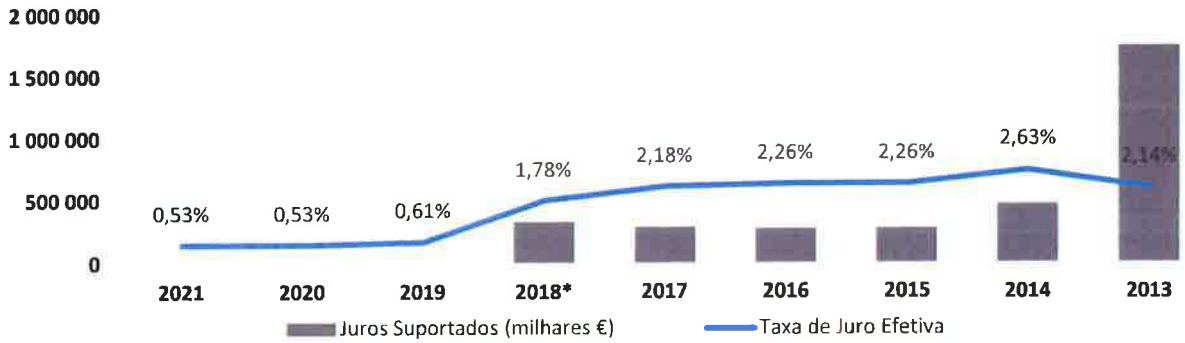
7.3.3. Gestão de Risco Financeiro

A Soflusa apresenta uma estrutura financeira pouco equilibrada, uma vez que, como referido anteriormente, não consegue gerar receita suficiente para cobrir os seus custos operacionais, pelo que, o Modelo de Financiamento tem vindo, desde 2013, a ser suportado em apoio específico da Acionista Transtejo, para cobertura das necessidades de tesouraria corrente e para financiamento dos planos de investimento.

De salientar que na sequência desse modelo de financiamento, a Soflusa tem beneficiado de melhorias significativas nas condições de remuneração do serviço da dívida, comparativamente ao modelo que vigorou até 2013 e, como se pode verificar na tabela seguinte, permitiu reduzir significativamente os encargos suportados pela empresa com os seus financiamentos.

Stock da Dívida (milhares de euros)	Var.2021/2020 %	Var.2021/2020 Abs.	2021	2020	2019
Taxa de Juro Efetiva	-	-	0,53%	0,53%	0,61%
Juros Suportados (milhares €)	17,5	6	42	36	39
Stock da Dívida (10^3 €uros)	0,5	38	7 202	7 164	6 128

Tabela 26 – Stock da Dívida



*A taxa de juro retificada

Gráfico 11 - Evolução dos Juros Suportados 2013-2021

7.3.4. Esforço Financeiro do Estado

O exercício de 2021, constituiu o ano inicial de vigência do novo Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros (CSP) no qual foram estabelecidos níveis mínimos de oferta a praticar no período 2021-2025. Este contrato, celebrado entre a Soflusa e a Transtejo, enquadra a exploração do serviço público de transporte de passageiros na ligação do Barreiro a Lisboa, assegurando os níveis de oferta e respeitando as condições de qualidade, comodidade, rapidez e segurança que estiveram subjacentes com ao contrato que vigorou no período entre 2012-2014 (em modelo de contratação direta entre a Soflusa e o Estado).

No atual modelo de contratação, o apoio financeiro do Estado à Soflusa é realizado de forma indireta (através de subcontrato celebrado com a Transtejo).

Na tabela seguinte apresenta-se o esforço financeiro realizado pelo Estado no apoio à Soflusa durante os exercícios de 2019 a 2021, tendo para efeitos desta análise, sido considerado o apoio direto e indireto:

RENDIMENTOS DE SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO (Contas Individuais) (euros)	Var.2021/2020		2021	2020	2019
	%	Abs.			
Indemnizações Compensatórias	-100,00%	(2 828 157)	0	2 828 157	224 196
Comp. Tarifária 4_18 e Sub-23	14,55%	22 525	177 359	154 834	160 839
Comp. Tarifária Passe Social +	27,35%	22 438	104 465	82 027	104 429
Compensação CSP - DI	-	870 000	870 000	0	0
Compensação CSP - OSP	-	2 017 000	2 017 000	0	0
TOTAL	3,39%	103 807	3 168 824	**3 065 017**	**489 464**

Tabela 27 – Rendimentos de Subsídios à Exploração (2019-2021)

O montante atribuído em 2021 à Soflusa, para efeitos de compensações tarifárias aos títulos subsidiados foi determinado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2021, de 9 de agosto, que fixou essa compensação no montante de até 328.351,8 € (IVA. Incluído).

O montante da compensação previsto no CSP celebrado com a Transtejo, pelo cumprimento das obrigações de serviço público e disponibilidade de infraestruturas, no ano de 2021, por parte da Soflusa ascendeu a 2.887.000€ (acrescido de IVA à taxa legal em vigor), decorre do subcontrato de prestação de serviço público celebrado entre as duas entidades. Tratando-se de um compromisso plurianual assumido pela Transtejo, o mesmo teve autorização para a repartição de encargos, através da PEE - Portaria de Extensão de Encargos n.º 230-A/2021, de 15 de junho.

7.3.5.Investimento

No ano em análise, a Soflusa realizou um total de 2.528 mil € em investimentos (ótica económica), sendo de salientar as principais rubricas, evidenciadas no quadro seguinte:

INVESTIMENTO | Ótica Económica (Contas Individuais) (euros)	2021	2020	2019
Beneficiações de Infraestruturas	1 265 993	215 108	141 660
Beneficiações da Frota (Navios e Pontões)	1 207 259	974 994	1 304 256
Segurança	-	-	82 400
Investimentos Correntes	54 745	101 504	157 822
Total	**2 527 997**	**1 291 607**	**1 686 138**

Tabela 28 –Investimentos – Ótica económica (2019-2021)

Com o objetivo de repor o nível de operacionalidade e segurança, e dando continuidade ao processo de remotorização dos navios da classe *Damen*, destacam-se as grandes intervenções realizadas nos navios "Antero de Quental", "Fernando Pessoa", e "Fernando Namora".

Salientamos, ainda, os investimentos registados nas seguintes rubricas:

- **Infraestruturas de Longa Duração** (ILD's) – destaca-se o projeto de reabilitação do terminal do Barreiro e o parque de estacionamento para bicicletas, projetos financiados pelo PEES.
- **Outros Investimentos na Frota** – Projeto de aumento de lotação dos navios da Classe Damen de 600 para 700 lugares e projeto de adaptação de navios para transporte de bicicletas;
- **Bilhética** – destaca-se a aquisição de concentradores de estação.

Investimento/Projeto	PAO 2021	Executado 2021	Desvio	Observações
Aquisição/Construção de Navios e Pontões	**0**	**0**		
Beneficiações da Frota	**1 665 587**	**1 141 264**	**68,5%**	
Grande Intervenção - Navio ALMEIDA GARRETT	150 732	0	0,0%	
Grande Intervenção - Navio ANTERO QUENTAL	0	826 706		*PEES*
Grande Intervenção - Navio FERNADO PESSOA	0	144 925		*PEES*
Grande Intervenção - Navio MIGUEL TORGA	686 159	0	0,0%	
Grande Intervenção - Navio PEDRO NUNES	376 500	0	0,0%	
Grande Intervenção - Navio GIL VICENTE	150 732	0	0,0%	
Grande Intervenção - Navio FERNADO NAMORA	150 732	169 632	112,5%	
Grande Intervenção - Navio CESÁRIO VERDE	150 732	0	0,0%	
Outros Investimentos (Frota)	**17 751**	**65 995**	**371,8%**	
Beneficiações de Infraestruturas	**720 000**	**1 265 993**	**175,8%**	
Beneficiação do Terminal do Barreiro + Edifício Administrativo	20 000	1 184 551	5922,8%	*PEES*
Beneficiação do Terminal do Terreiro do Paço	200 000	49 884	24,9%	*PEES*
Recuperação Infraestruturas Marítimas	500 000	0	0,0%	
Barreiro - Estacionamento bicicletas	0	31 558		*PEES*
Segurança	**160 998**	**0**	**0,0%**	
Informação ao Público	**25 000**	**8 337**	**33,3%**	
Equipamentos Sociais e Administrativos	**1 000**	**1 368**	**136,8%**	
Bilhética e Controlo de Acessos	**65 000**	**31 432**	**48,4%**	
Outros Investimentos	**0**	**13 609**		
	2 655 336	**2 527 997**	**95,2%**	

Tabela 29 - Indicadores de Execução PAO - Investimento (2021)

Neste âmbito releve-se a importância do Programa de Estabilização Económica e Social que previa a execução de diversas intervenções dirigidas à operação da Soflusa, por via do financiamento do Fundo Ambiental, durante o biénio 2020 -2021 (alargado ao ano de 2022[17]), no montante global de 3.638.301 €.

		Fundo Ambiental - PEES		
Projetos	Data	Valores Recebidos 2020	Valores recebidos 2021	Total 2020-2021
A) Promoção da Mobilidade Sustentável	2020-09-28 2021-02-24	616 845,00 €	3.011.456,00 €	3 628 301,00 €
B) Instalação de equipamentos de estacionamento de bicicletas em interfaces de transportes	2020-09-28	10 000,00 €	0,00 €	10 000,00 €
	Total	**626 845,00 €**	**3.011.456,00 €**	**3 638 301,00 €**

Tabela 30 - Financiamento recebido FA (PEES)

Ao abrigo do projeto de Promoção da Mobilidade Sustentável, salienta-se as seguintes ações ao concluídas em 2021:

- A Empreitada reabilitação do Terminal Fluvial Barreiro, obra financiada em 1.081 mil € e inaugurada a 3 de dezembro de 2021.





[17] Face a diversos constrangimentos, nomeadamente circunstâncias totalmente excecionais que decorreram da situação de pandemia por COVID-19, obrigando a ajustamentos permanentes no âmbito das ações necessárias à boa prossecução dos objetivos dos projetos, daí resultando atrasos não imputáveis à Soflusa, S.A, foi assinado, em dezembro de 2021, o 2.º aditamento ao protocolo n.º 23 de colaboração técnica e financeira, no âmbito do financiamento das medidas previstas no PEES com o Fundo Ambiental. Vide ponto 2. do presente relatório.

- A Grande intervenção no navio Antero de Quental, com Revisão Geral aos MPP (676.807,43€), e a Revisão Geral de duas caixas redutoras (149.898,94 € + IVA);
- A Grande intervenção no navio Fernando Pessoa, com a Revisão Geral de duas caixas redutoras. (144.925,16€ + IVA).

Importa referir que no ano de 2021, apesar do recebimento da verba total, a aplicação em compromissos foi limitada ao montante de 2.937.882€, por indisponibilidade de dotação no orçamento da despesa de investimentos e na sequência de constrangimentos face ao contexto de pandemia COVID-19, que causou dificuldades na obtenção dos materiais necessários para o desenvolvimento e conclusão de alguns projetos financiados.

7.3.6. Estrutura Patrimonial

SITUAÇÃO PATRIMONIAL (Contas Individuais) (euros)	Var.2021/2020		2021	2020
	%	Abs.		
Ativo	-12,64	(2 977 251)	**20 579 935**	**23 557 185**
Ativo não Corrente	-4,02	(490 727)	11 724 999	12 215 726
Ativo Corrente	-21,92	(2 486 524)	8 854 936	11 341 459
Património Líquido e Passivo	-12,64	(2 977 251)	**20 579 935**	**23 557 185**
Património Líquido	-18,40	(2 729 362)	12 102 418	14 831 779
Passivo não Corrente	-2,49	(190 970)	7 487 391	7 678 361
Passivo Corrente	-5,44	(56 919)	990 126	1 047 045

Tabela 31 - Evolução da situação Patrimonial (2020-2021)

a) **Ativo não Corrente.** Esta rubrica contempla o efeito líquido das depreciações e de amortização acumuladas no montante de 3.020 mil € e a contabilização dos novos investimentos efetuados no exercício no valor global de 2.528 mil €, apresentando um decréscimo de -4% (-491 mil €).

b) **Ativo Corrente.** O decréscimo de -2.487 mil € reflete, essencialmente, a redução do saldo da rubrica de **"Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis"** no montante global de -3.011 mil € verba recebida do Fundo Ambiental referente ao Protocolo de colaboração técnica e financeira, no âmbito do financiamento das medidas previstas no PEES, bem como, da rubrica de **"Caixa e depósitos bancários"** -475 mil €. Destaca-se, ainda, o acréscimo da rubrica de **Outros Contas a receber** de +1.590 mil € (Sendo o montante de 1.394 mil € respeitante a verbas de receita tarifária a receber da TML).

c) **Património Líquido.** De acordo com o referencial SNC-AP, no final de 2021, a Soflusa apresentava Património Líquido positivo, no montante de 12.102 mil €, representando uma variação de -2.729 mil € no período.
Esta variação reflete, essencialmente, o **Resultado Líquido do período**, negativo de -1.059 mil €, a redução de (-1.670 mil €) na rubrica de **Outras variações no património líquido** a qual reflete a amortização dos subsídios ao investimento efetuada no período e o reconhecimento, no exercício, de subsídios a receber do Fundo Ambiental no montante de 4.328 mil € no âmbito dos protocolos celebrados com a Soflusa, destinados à cobertura financeira dos projetos de investimento (i) adaptação de navios para transporte de bicicletas, no valor de 23 mil €, (ii) aumento de lotação dos navios da classe Damen, no valor de 712 mil € e (iii) 3.594 mil € projetos ao abrigo do Programa de Estabilização Económica e Social PEES para a Promoção da Mobilidade.
Destaca-se, ainda, o acréscimo dos **Resultados Transitados** negativo resultante da incorporação do Resultado Líquido do Exercício de 2020 no montante de (+866 181 €).

d) **Passivo não Corrente.** Esta rubrica ascendeu a 7.487 mil €, refletindo um decréscimo líquido no período no montante de -190 mil €. Esta variação contempla o reforço de **Financiamentos Obtidos**, pelo montante de 38.472€ (referente a encargos financeiros), sob a forma de empréstimo (capitalização de juros). No que respeita

à rubrica **Provisões,** na qual se inclui montantes para fazer face aos riscos decorrentes de processos judiciais em curso, a mesma apresenta um decréscimo de 229 mil €.

e) **Passivo Corrente.** O decréscimo no montante de 57 mil€ resulta, maioritariamente, da conjugação dos saldos das rubricas de "Fornecedores" (-42 mil €), de "Estados e Outros entes públicos" (-31 mil €) e "Outras Contas a pagar" no montante de -5 mil€, e da rubrica de "Fornecedores Investimento" (+11 mil €).

7.3.7. Resultados Globais

7.3.7.1. Evolução de Resultados

No exercício de 2021, a Soflusa apresenta um Resultado Líquido negativo de 1.059 mil €, representando um agravamento do prejuízo em 222,3 %, face ao período homólogo.

Este resultado reflete o acréscimo dos Gastos Operacionais de +2.653 mil € (+19,7%) por comparação com o ano de 2020, não obstante se ter verificado um aumento de Rendimentos Operacionais (+4,7%) +676 mil €, conforme se explica nos pontos seguintes deste documento.

Resultados (Contas Individuais) Unidade : Euro	Var.2021/2020		2021	2020	2019
	%	Abs.	SNC-AP	SNC-AP	SNC-AP
Resultado Operacional	(205,5)	(1 977 331)	**(1 015 001)**	**962 331**	**(1 618 894)**
EBITDA	(47,1)	(1 784 735)	2 004 737	3 789 472	1 027 177
Resultado Financeiro	17,5	(6 321)	**(42 495)**	**(36 174)**	**(39 259)**
Resultado Líquido	(222,3)	(1 925 364)	**(1 059 183)**	**866 181**	**(1 659 357)**

Tabela 32 - Resultados (2019-2021)

7.3.7.2. Evolução dos Rendimentos Operacionais

Da observação do gráfico seguinte, pode constatar-se alguma evolução positiva no valor da receita proveniente do serviço público de transporte até 2019 (evidenciando que no período pré-pandemia se verificava uma tendência de recuperação de receitas da atividade). Demonstra-se o inesperado impacto da situação de pandemia, que marcou os anos de 2020 e 2021, traduzindo-se numa redução de receitas decorrente da redução da procura e contexto económico e social.

Evidencia-se também o impacto da redução das indemnizações compensatórias desde 2014 (último ano de vigência do contrato de prestação do serviço público, celebrado com o Estado para o período 2012-2014), e o aumento em 2020, ano do início do cenário pandémico caracterizado por dificuldades de tesouraria, que suscitaram apoio urgente à empresa, em conformidade com o modelo de financiamento do CSP que se encontrava em fase de negociação (apoio enquadrado pela RCM nº 41-A/2020 de 09 de junho), bem como, o efeito da compensação atribuída em 2021,já enquadrada no âmbito do novo Contrato de Serviço Público, celebrado para o período 2021 -2025.



Gráfico 12 – Evolução dos Rendimentos Operacionais (2012-2021)

Na análise comparativa sobre os **Rendimentos Operacionais**, conforme detalhe apresentado na tabela seguinte, destaca-se:

- Redução do **Rendimento do Serviço Público**, que contempla 2 componentes, receitas diretas da atividade e a compensação ao abrigo do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART)[18] no montante de 4.251 mil € esta última com uma variação de (+20%) face a 2020.
- Aumento das **Compensações Tarifárias**, referentes a títulos de transporte subsidiados pelo Estado (Passe Social +, 4_18 e Sub-23), no montante de 45 mil € (+19%) face a 2020;
- Aumento de **Compensações (IC´s / Compensação CSP)**, no montante de 59 mil € (+2%).
- Os rendimentos de atividades acessórias relativas a concessões (aluguer de espaços comerciais, parque de estacionamento do Barreiro e espaços para publicidade), incluindo afretamentos e vendas de suportes "Viva-viagem", tiveram uma variação negativa de 30 mil € justificada, na sua maioria, pelo decréscimo de receita relacionada com a venda de cartões para passes (-36,1%) e de aluguer de espaços comerciais (-15,3%) e espaço para publicidade (-21%).

Rendimentos Operacionais (Contas Individuais) Unidade: Euro	Var.2021/2020		2021	2020	2019
	%	Abs.	SNC-AP	SNC-AP	SNC-AP
Rendimento do Serviço Público (Transporte Passageiros)	8,1	686 675	**9 139 315**	**8 452 640**	**10 027 508**
Subsídios à Exploração	3,4	103 807	**3 168 824**	**3 065 017**	**489 464**
Indemnizações Compensatórias	(100,0)	(2 828 157)	-	2 828 157	224 196
Compensações Tarifárias	19,0	44 963	281 824	236 861	265 268
Compensação CSP - DI	-	870 000	870 000	-	-
Compensação CSP - OSP	-	2 017 000	2 017 000	-	-
Outros Rendimentos e Ganhos	5,4	128 002	**2 478 362**	**2 350 360**	**2 469 769**
Alugueres, vendas de cartões passe e Ativ. Turística	(4,4)	(30 236)	659 061	689 296	825 142
Ganhos em investimentos não financeiros	(100,0)	(57 461)	-	57 461	-
Subsídios ao Investimento (afetação ao período)	4,6	73 282	1 670 179	1 596 897	1 563 762
Outros	2 124,1	142 418	149 122	6 705	80 865
Reversões	(43,4)	(242 722)	**316 149**	**558 871**	**57 971**
TOTAL	4,7	675 762	**15 102 650**	**14 426 888**	**13 044 713**

Tabela 33 – Rendimentos Operacionais (2019-2021)

[18] De acordo com o regime jurídico subjacente ao PART, publicado no Decreto-Lei nº 1-A/2020 de 03 de janeiro, foram estabelecidas medidas de compensação a assegurar pelas Autoridades de Transporte, no pressuposto que a adoção do PART não pode agravar o défice operacional das empresas públicas.

Em 2021, os rendimentos provenientes da **prestação de serviços** representaram 61% da estrutura total de rendimentos, assinalando-se um aumento da sua relevância na estrutura face ao ano de 2020. Quanto ao total de rendimentos este registou uma evolução positiva de +4,7%, relativamente ao período homólogo.

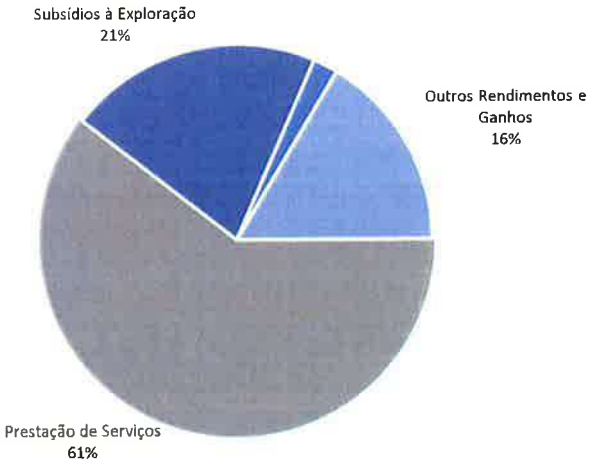


Gráfico 13 - Estrutura de Rendimentos (2021)

7.3.7.3. Evolução dos Gastos Totais por Natureza

O gráfico e tabela seguintes apresentam a estrutura de gastos da Soflusa. As rúbricas com maior destaque - Custo das Matérias Consumidas, Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal - representam em conjunto 80% do total de Gastos.



Gráfico 14 - Estrutura de Gastos (2021)

A evolução dos Gastos totais por natureza nos anos de 2019 a 2021 detalha-se no quadro seguinte. Os Gastos totais de funcionamento registaram um acréscimo no montante de 2.659 mil € (+19,7%) face a 2020.

GASTOS (Contas Individuais) Unidade: euro	Var.2021/2020 %	Var.2021/2020 Abs.	2021 SNC-AP	2020 SNC-AP	2019 SNC-AP
Custo das Matérias Consumidas	32,7	878 689	3 568 661	2 689 972	3 692 309
Fornecimentos e Serviços Externos	33,7	1 289 493	5 110 383	3 820 890	4 111 922
Gastos com Pessoal	7,8	312 764	4 300 939	3 988 175	3 929 784
Gastos de Depreciação e Amortização	6,8	192 596	3 019 738	2 827 142	2 646 071
Perdas por Imparidade	-	-	-	-	1 661
Provisões	(19,9)	(21 522)	86 707	108 228	158 048
Outros Gastos e Perdas	3,6	1 073	31 223	30 149	123 812
Gastos Financeiros	17,5	6 321	42 495	36 174	39 259
TOTAL	**19,7**	**2 659 414**	**16 160 145**	**13 500 731**	**14 702 867**

Tabela 34 - Síntese de Gastos (2019-2021)

Na análise dos Gastos Operacionais registados no exercício, merecem referência as seguintes rubricas:

a) **Custo das Matérias Consumidas** (3.569 mil €) - relativamente ao período homólogo, regista-se um acréscimo nos gastos com combustível para as embarcações (+32,5%; +858 mil €).

CMCMV (Contas Individuais) Unidade: euro	Var.2021/2020 %	Var.2021/2020 Abs.	2021 SNC-AP	2020 SNC-AP	2019 SNC-AP
Consumo de Gasóleo	32,5	857 566	3 492 996	2 635 430	3 608 535
Consumo de Lubrificantes	11,3	6 187	60 729	54 542	58 251
Consumo de Bilhetes	-	14 936	14 936	-	21 379
Consumo Material de Reparações	-	-	-	-	4 144
TOTAL	**32,7**	**878 689**	**3 568 661**	**2 689 972**	**3 692 309**

Tabela 35 - Detalhe CMVMC (2019-2021)

A variação do preço do combustível constitui um fator exogéneo, forte condicionante dos objetivos de redução de gastos operacionais. Como se demonstra no gráfico seguinte, os últimos dez anos foram marcados pela irregularidade do custo médio por litro.



Gráfico 15 - Evolução do custo anual médio (€/L) de Gasóleo consumido (2011-2021)

No ano em análise, registou-se um aumento do preço médio por litro (+0,15€/L) face ao ano anterior, apesar de se ter verificado uma ligeira redução da quantidade de combustível consumida (230 mil L), fruto de menor oferta (-2,85% Viagens), o que conduziu a um acréscimo deste gasto, sendo a variação justificada pelo fator preço.

GASÓLEO	Var 2021/2020		2021	2020	2019
Gasto do consumo na operação SL (euros)	32,54%	857 566	3 492 996	2 635 430	3 608 535
Quantidades consumidas (litros)	-3,47%	-229 922	6 405 089	6 635 011	6 658 369
Custo médio por litro	37,30%	0,15	**0,55 €\L**	**0,40 €\L**	**0,54 €\L**

Tabela 36 - Indicador de consumo de Gasóleo na Exploração (2019-2021)

De referir, ainda, alguns ganhos de eficiência no consumo de combustível alcançados nos últimos anos que decorrem de medidas implementadas pela empresa, nomeadamente, redução de velocidades na operação fora das horas de ponta e aos fins-de-semana, redução da quantidade de combustível embarcado em cada abastecimento, maior sensibilização dos operacionais para uma condução mais eficiente e monitorização do desempenho energético de cada embarcação, medidas que em 2021 continuaram a ser monitorizadas pela Gestão.

b) **Fornecimentos e Serviços Externos** (5.110 mil €) – apresenta um acréscimo de 1.289 mil € (+33,7%) face a 2020.

FSE *(Contas Individuais)* unidade: Euro	Var.2021/2020 %	Var.2021/2020 Abs.	2021 SNC-AP	2020 SNC-AP	2019 SNC-AP
Conservação e reparação *(frota Navios e Pontões)*	57,2	1 192 420	3 276 099	2 083 679	2 244 178
Conservação e reparação *(outra)*	(32,4)	(42 332)	88 180	130 511	104 996
Trabalhos Especializados	49,7	162 945	490 698	327 753	367 548
Seguros	(6,9)	(24 414)	326 938	351 352	351 541
Vigilância e Segurança	6,7	21 115	337 007	315 892	452 037
Combustíveis	11,6	420	4 035	3 616	4 478
Limpeza, Higiene e Conforto	(13,4)	(32 082)	206 963	239 045	174 043
Rendas e Alugueres	(2,6)	(4 000)	150 785	154 785	161 119
Comunicação	(27,8)	(7 933)	20 647	28 580	10 795
Publicidade	494,0	34 535	41 526	6 991	5 920
Eletricidade + Água	(16,8)	(13 371)	66 023	79 395	90 842
Honorários	(97,0)	(11 232)	347	11 578	3 493
Outros Afretamentos	-	2 250	2 250	-	-
(Outros)	12,7	11 172	98 885	87 713	140 931
TOTAL	**33,7**	**1 289 493**	**5 110 383**	**3 820 890**	**4 111 922**

Tabela 37 - Detalhe de FSE (2019-2021)

A estrutura das rubricas de FSE, do ano de 2021, encontra-se evidenciada no gráfico seguinte, no qual se destacam os gastos de "conservação e reparação da frota" que representa 66%.

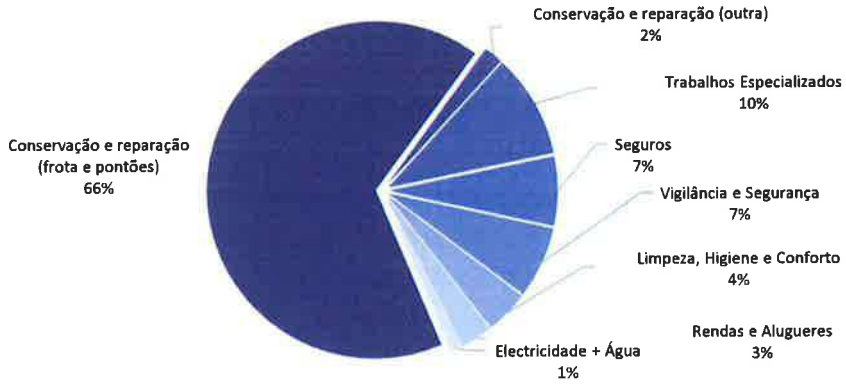


Gráfico 16 - Estrutura de FSE (2021)

Merecem destaque as seguintes rúbricas, que se apresentam com indicação da variação face ao período homólogo de 2020:

i. **Conservação e reparação (frota)** (+57,2%) – A variação dos gastos de conservação da frota está associada ao plano de intervenção na frota de navios e pontões, contemplando os efeitos dos ciclos de manutenção preventiva dos motores principais, estando também sujeita a um conjunto de intervenções pontuais

decorrentes de avarias ou situações imprevistas (intervenções inopinadas). O valor registado nesta rubrica corresponde ao contrato de serviços externos de manutenção global. Destacam-se intervenções nas seguintes unidades: Miguel Torga e Fernando Namora.

ii. **Seguros** (-6,9%) - Prémios de seguros de diversos ramos, com destaque para o ramo marítimo de cascos referente aos 11 navios que compõem a frota da Soflusa.

iii. **Vigilância e Segurança** (+6,7%) - Gastos decorrentes dos serviços de vigilância e segurança humana e policiamento gratificado prestado nos Terminais Fluviais da empresa e gastos dos serviços de recolha e transporte de valores. Este aumento está associado a um modelo de contratualização com uma abrangência maior de serviços (PSG e Prosegur)

iv. **Trabalhos Especializados** (+49,7%) - Rúbrica que inclui os serviços externos de amarração prestado nas operações de atracação das embarcações (110 mil €), de abastecimento de navios (9,5 mil €) e contempla, na subconta "assistências e avenças", os vários contratos de prestação de serviços de assistência técnica especializada (manutenção de equipamentos em regime de contrato de avença). Agrega, também, trabalhos especializados diretamente associados às atividades de manutenção da frota: vistorias e emissão de certificações estatutárias e de classe.

v. **Limpeza, higiene e Conforto** (-13,4%) - Gastos decorrentes dos serviços de limpeza e desinfeção extraordinárias desenvolvidas pela empresa para cumprimento das medidas de saúde pública, em contexto de pandemia, e segurança dos clientes e trabalhadores. Assinala-se uma redução face aos valores de 2020, mas ainda assim, destacam-se nestes dois anos, um aumento significativo de gastos face ao ano 2019.

vi. **Comunicação** (-27,8%) - Rubrica inclui o serviço WiFi disponibilizado aos clientes.

vii. **Honorários** (-97%) - Gastos decorrentes dos serviços jurídicos e de contencioso relativos a processos judiciais instaurados à empresa.

c) **Gastos com Pessoal** (4.301mil €) - Apresenta um acréscimo de 313 mil € (+7,8%) face a 2020, refletindo, nomeadamente, o aumento de (+256 mil €) em indemnizações e de (+6,6%; 46 mil €) de encargos sobre remunerações. Estes acréscimos decorrem da necessidade de proceder à reposição de abonos variáveis a trabalhadores, na sequência de sentença do tribunal decorrente de processos judiciais (situação que se mantém em desenvolvimento).

Gastos com Pessoal (Contas Individuais) unidade: Euro	Var.2021/2020 %	Var.2021/2020 Abs.	2021 SNC-AP	2020 SNC-AP	2019 SNC-AP
Remunerações dos Órgãos Sociais	-	-	-	-	-
Vencimentos e Outras Remunerações	3,7	93 956	2 601 699	2 507 742	2 526 437
Subsídios de Férias e Natal	5,2	16 697	336 028	319 332	277 936
Trabalho Extraordinário	(29,5)	(76 950)	184 286	261 236	266 930
Encargos sobre Remunerações	6,6	45 724	742 601	696 877	691 162
Indemnizações	83 560,8	255 771	256 077	306	4 036
Seguros (Saúde e Acidentes trabalho)	(0,3)	(429)	141 117	141 546	120 656
Gastos extra processamento [1]	(36,0)	(22 006)	39 130	61 136	42 626
TOTAL	**7,8**	**312 764**	**4 300 939**	**3 988 175**	**3 929 784**

Notas: (1) - Inclui: fardamentos, formação, assistência médica e outros

Tabela 38 - Detalhe de Gastos com Pessoal (2019-2021)

d) Provisões do Período (87 mil €) - decréscimo de (-19,9%; -22 mil €) em relação a 2020, montante que visa reconhecer o risco associado a processos judiciais relacionados com a componente remuneratória de trabalhadores marítimos.

e) **Gastos de Depreciação e Amortização** (3.020 mil €) - acréscimo de (+6,8%; +193 mil €) face ao período homólogo. Este incremento está associado às amortizações dos novos investimentos (vide 7.3.5. do presente relatório).

f) **Outros Gastos e Perdas** (31 mil €) - ligeiro acréscimo de (+3,6%; +1 mil €) em relação ao ano transato. Associado ao aumento do valor de taxas e de multas não fiscais.

g) **Gastos e Perdas de Financiamento** (42 mil €) - decréscimo de 3 mil € em relação ao período homólogo.[19] Em 2021, destacam-se os juros de financiamento de médio e longo prazo, debitados pela Transtejo, referentes ao serviço da dívida dos financiamentos obtidos, no montante de 42 mil €

Gastos de Financiamento (Contas Individuais) Unidade: Euro	Var 2021/2020		2021	2020	2019
	%	Abs.	SNC-AP	SNC-AP	SNC-AP
Outros Juros (Apoio financeiro Transtejo, S.A.)	(7,9)	(3 085)	41 759	36 174	39 259
Outros Gastos de Financiamento	-	-	736	-	-
TOTAL	**(7,9)**	**(3 085)**	**42 495**	**36 174**	**39 259**

Tabela 39 - Gastos de Financiamento (2019-2021)

[19] Vide ponto 7.3.2. e 7.3.3. do presente relatório.

8. Governo Societário

Nos termos do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas estão obrigadas a elaborar, anualmente, um "Relatório de boas práticas de Governo Societário", no qual deverá constar informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas no Capítulo II - "Princípios de Governo Societário" do referido Decreto-Lei.

Neste sentido, dando cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 54.º do diploma supra identificado, bem como as orientações sobre o processo de prestação de contas de 2021, transmitidas através do ofício n.º 359/2022, de 20.01.2022, será elaborado um relatório de Governo Societário referente ao ano de 2021, que se publicará em documento autónomo.

	Relatório do Governo Societário	Identificação		Divulgação	
		S	N	S	N
I.	**Sumário Executivo**	√		√	
II.	**Missão, Objetivos e Políticas**	√		√	
III.	**Estrutura de Capital**	√		√	
IV.	**Participações Sociais e Obrigações legais detidas**	√		√	
V.	**Órgãos Sociais e Comissões**	√		√	
A.	Modelo de Governo	√		√	
B.	Assembleia Geral	√		√	
C.	Administração e Supervisão	√		√	
D.	Fiscalização	√		√	
E.	Revisor Oficial de Contas	√		√	
F.	Conselho Consultivo (caso aplicável)		√		√
G.	Auditor Externo (caso aplicável)	√		√	
VI.	**Organização Interna**	√		√	
A.	Estatutos e comunicações	√		√	
B.	Controlo interno e gestão de riscos	√		√	
C.	Regulamentos e códigos	√		√	
D.	Deveres especiais de informação	√		√	
E.	Sítio na internet	√		√	
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral	√		√	
VII.	**Remunerações dos Órgãos Sociais**	√		√	
A.	Competência para a determinação	√		√	
B.	Comissão de fixação de remunerações	√		√	
C.	Estrutura das remunerações	√		√	
D.	Divulgação das remunerações	√		√	
VIII.	**Transações com partes relacionadas e Outras**	√		√	
IX.	**Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental**	√		√	
X.	**Avaliação do Governo Societário**	√		√	
XI.	**Anexos do Relatório**	√		√	

Tabela 40 – Grelha-resumo das boas práticas de governação

Para além da informação sobre o governo da sociedade, que consta do documento acima mencionado, a Soflusa disponibiliza esta informação no sítio eletrónico da empresa - https://ttsl.pt/ - bem como no sítio eletrónico do Setor Empresarial do Estado, através da sua empresa-mãe Transtejo - http://www.dgtf.gov.pt - mantendo-a, periodicamente, atualizada.

9. Cumprimento das Orientações Legais

Dando cumprimento ao ofício-circular da DGTF - "Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2021", de 20.01.2022, apresenta-se detalhe da informação solicitada, que segue o esquema do respetivo Anexo I:

Objetivos de gestão (artigo 38.º de RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

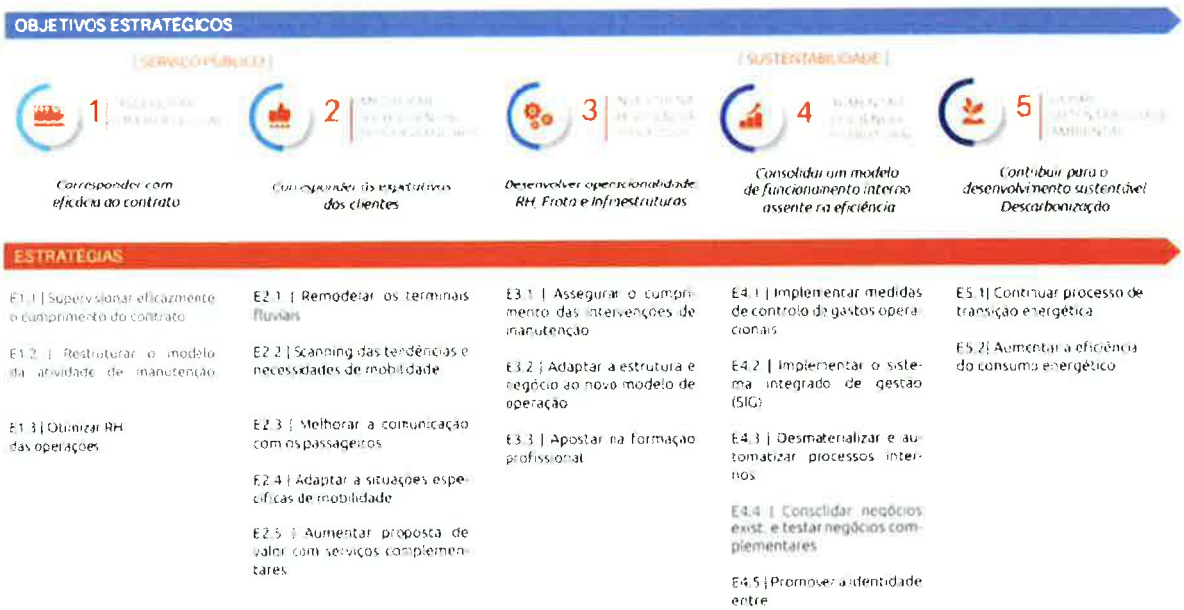
1.a) Objetivos de gestão

No âmbito dos Princípios de Governo Societário, o art.º 38º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, determina o conteúdo e exercício da função Acionista, integrando a definição de **orientações a aplicar no desenvolvimento da atividade empresarial**, e os **principais objetivos de gestão e resultados a alcançar pelos titulares dos Órgãos de Gestão, nomeados para cada triénio**.

No ano de 2021, apesar de não terem sido celebrados os Contratos de Gestão, o Conselho de Administração, deu cumprimento às orientações recebidas do Acionista, e ao cumprimento dos regulamentos e normativos legais a que a empresa se encontra sujeita, designadamente a Lei do Orçamento de Estado para 2021 e o Despacho n.º 395/2020 de 27.07.2020 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro relativo às "Instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2021".

Procurou ainda, em toda a sua atuação, seguir a estratégia definida pelo Governo, no âmbito da promoção da mobilidade sustentável e descarbonização da economia, tendo em julho de 2021, aprovado o Plano Estratégico para 2021-2022[20].

Apresenta-se, em seguida, resumo dos objetivos a alcançar e respetivas estratégias definidas no Plano Estratégico:



[20] Vide documento em "documentos oficiais" no website www.ttsl.pt.

Apresenta-se, ainda, neste contexto, um conjunto de indicadores de monitorização extraídos do PAO de 2021, destinados a acompanhar o cumprimento dos objetivos operacionais subjacentes à estratégia de sustentabilidade da Soflusa:

	INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO		PAO 2021	REAL 2021	Variação	Grau de Execução
1	**Rendimentos do Serviço Público**	10^3 €				
	Prestação de Serviços Tráfego de Passageiros + PART		6 457	9 139	2 682	142%
2	**Margem do EBITDA**	(%)				
	EBITDA (€) / Volume de Negócios (Prestação de Serviços + PART)		11,8%	21,9%	10,12 pp	10,12 pp
3	**Prazo Médio Pagamentos (PMP)**	Dias				
	Prazo Médio Pagamentos (PMP)		30	17	-13	55%
4	**Consumo de combustível por LKO**	Litros				
	Consumo de combustível (litros) / LKO - Lugares Km Oferecidos		0,027 L	0,035 L	0,008 L	130%
5	**Gastos de Manutenção por LKO**	(€)				
	Gastos de Manutenção (€) / LKO - Lugares Km Oferecidos		0,006 €	0,016 €	0,010 €	279%
6	**Taxa de cobertura dos Gastos Operacionais**	(%)				
	Rendimentos Operacionais (Sem IC's) (€) / Gastos Operacionais		53,4%	78,4%	24,91 pp	24,91 pp
7	**Gastos Operacionais por Passageiro Transportado**	(€)				
	Gastos Operacionais (€) / Nº total Passageiros Transportados		1,75 €	2,27 €	0,52 €	130%
8	**Taxa de Absentismo *(a aferir após desempenho)***	(%)				
	Taxa de Absentismo			13,6%		
9	**Grau cumprimento Plano de Investimentos**	(%)				
	Grau cumprimento Plano de Investimentos			95,2%		0,95 pp
10	**Índice Qualidade da Oferta *(a aferir após desempenho)***					
a)	**Nº Reclamações por mil PT**			0,03		3%
b)	**Regularidade**			90,8%		90,8%
c)	**Nº acidentes com passageiros por mil PT**			0,1%		0,1%

De acordo com o quadro anterior, é possível fazer as seguintes considerações relativamente aos vetores da estratégia de sustentabilidade, apoiados nos indicadores de acompanhamento:

Prestar um serviço público de qualidade (Indicador 10) - ainda que não tenha sido definido objetivo para 2021 nas várias componentes deste indicador, é possível afirmar que (a) o n.º de reclamações por mil PT e o n.º de acidentes com passageiros por mil PT são reduzidas e que (b) a regularidade, determinada pela percentagem de viagens realizadas face às planeadas, foi aproximadamente de 90,8%; (vide informação adicional nos pontos 4.1.1.2 - Regularidade, 4.1.3.3 - reclamações e 5.1.4 - sinistralidade, do presente relatório)

Promover o consumo eficiente de recursos (Indicadores 4, 5 e 7) - o indicador de consumo de combustível por LKO apresenta um agravamento, essencialmente pela limitação da lotação a bordo dos navios por forma a garantir o distanciamento dos clientes. Também os indicadores de gastos de manutenção por LKO, e gastos operacionais por passageiro transportado, apresentam valores superiores face ao previsto;

Criar valor para o Acionista (Indicadores 6 e 2) - a taxa de cobertura dos Gastos Operacionais apresenta uma variação positiva , assim como a margem do EBITDA, face ao previsto.

1.b) Execução do Plano de Atividades e Orçamento

O seguinte quadro, evidencia a execução do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) de 2021 no que diz respeito aos princípios financeiros de referência, investimento e quadro de pessoal:

INDICADORES (Perspetiva: Contas Individuais) Unidade: Euro	PAO 2021	REAL 2021	Desvio	
			Abs.	%
Rendimentos Operacionais[1]	**14 865 015**	14 786 501	(78 514)	-0,5%
72 Prestações de serviços	9 139 315	2 682 333	29,3%	19,8%
75 Subsídios à exploração	3 168 824	(2 058 134)	-64,9%	-66,8%
78 Outros rendimentos e ganhos [1]	2 478 362	(702 714)	-28,4%	-30,1%
Gastos Operacionais[2]	**14 102 396**	13 011 206	(1 091 190)	-8,4%
61 Custo das mercadorias e das matérias consumidas	3 568 661	(318 450)	-8,9%	-8,9%
62 Fornecimentos e serviços	5 110 383	881 404	17,2%	17,2%
63 Gastos com pessoal	4 300 939	(1 648 861)	-38,3%	-38,3%
68 Outros gastos e perdas	31 223	(5 283)	-16,9%	-16,9%
EBITDA *(Ajustado)* [3]	**762 620**	1 775 295	1 012 675	57,0%
Resultado Operacional	**(2 667 043)**	(1 015 001)	1 652 043	-162,8%
Resultado Líquido	**(2 710 183)**	(1 059 183)	1 651 000	-155,9%
Gasóleo - Custo Total	**3 618 000**	**3 492 996**	**-125 004**	**-3,6%**
Consumo *(litros)*	6 700 000 L	6 405 089 L	-294 911 L	-4,6%
Preço médio / litro	0,54	0,55	0,01	1,0%
Plano de Investimentos	**2 655 336**	**2 527 997**	**-127 339**	**-5,0%**
Frota - Navios e Pontões	1 683 338	1 207 259	(476 079)	-39,4%
Infraestruturas (ILD's)	720 000	1 265 993	545 993	43,1%
Investimentos Correntes			-	
- Segurança	160 998	-	(160 998)	
- Informação ao público	25 000	8 337	(16 663)	-199,9%
- Equipamentos Sociais e Administrativos	1 000	1 368	368	26,9%
- Bilhética e controlo de Acessos	65 000	31 432	(33 568)	-106,8%
- Outros	-	13 609	13 609	100,0%
Quadro de Pessoal[4]				
Nº Médio de Efetivos	153	138	(15)	-10,9%
Nº de trabalhadores a 31.dez	153	138	(15)	-10,9%
Endividamento				
Acionista TRANSTEJO - M/L Prazo	8 515 582	7 202 369	-1 313 212	-18,2%

Notas:
1 - Exclui Subsídios ao Investimento
2 - Exclui Amortizações, Provisões e Ajustamentos
3 - Exclui rubricas No-Cash (referidas em 1 e 2)
4 - Unidade: número

Tabela 41 - Indicadores de Execução PAO (2021)

1.c) Grau de Execução do Orçamento

Esta análise está desenvolvida no capítulo de Demonstrações Orçamentais.

2 Gestão do risco financeiro

Não se aplica.

3 Limite de crescimento do endividamento

Não se aplica.

4 Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

A evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores, nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, consta da tabela infra:

Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	2021	2020	Var. 2021/ 2020	
			Valor	%
Prazo (dias)	17	20	-4	-18,8%

Tabela 42 - PMP (2020-2021)

No ano em análise foram adotadas medidas criteriosas para garantir o cumprimento atempado dos prazos de pagamento. Estas medidas permitiram uma redução do PMP, conseguindo alcançar o objetivo de assegurar um Prazo Médio de Pagamentos (PMP) máximo de 60 dias, data de vencimento acordada com os fornecedores.

O quadro seguinte demonstra a posição em 31-12-2021 das contas a pagar, com evidência das dívidas vencidas e dos pagamentos em atraso *"arrears"*, conforme definido no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio[21].

SL 2021	Dívidas não vencidas	Dívidas Vencidas de acordo com o Art.º 1º DL65-A/2011				
		0-90 d	90-120 d	120-240 d	240-360 d	> 360 d
Aquisição de Bens e Serviços	25 154,11	136,08				
Aquisições de Capital	0,00					
Saldo em dívida	25 154,11	136,08	0	0	0	0

Tabela 43 - Atrasos nos Pagamentos (2021)

O controlo dos Pagamentos em Atraso é um dos requisitos críticos da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)[22], aplicável à Soflusa a desde janeiro de 2014, em consequência da sua reclassificação no perímetro de consolidação das contas públicas, como Serviço e Fundo Autónomos Para efeitos do cálculo dos Fundos Disponíveis, é determinante a avaliação da condição da entidade, no âmbito da detenção ou não de pagamentos em atraso, em conformidade com o disposto na LCPA.[23]

5 Recomendações do Acionista

Não aplicável.

[21] *Vide* Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, o qual desenvolve e reforça deveres de prestação de informação financeira necessários ao controlo da execução orçamental e define no artigo 1.º o conceito de atraso no pagamento.
[22] *Vide* alínea e) do artigo 3.º da LCPA (Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro), estabelece como «Pagamentos em atraso» as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes;
[23] *Vide* alínea f) do artigo 3.º da LCPA, estabelece como "Fundos Disponíveis" as verbas disponíveis a muito curto prazo, relacionando o valor acumulado de compromissos assumidos com a receita acumulada, acrescida da previsão de receita a cobrar nos 90 dias seguintes.

6 Remunerações (*Apêndice 1*)

6.a) Órgãos Sociais

1- Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Número de Senhas Pagas	Valor Bruto Auferido no Ano (€)
2021 - 2023	Presidente	João António da Silva Pintassilgo	324,22	- €	- €
2021 - 2023	Secretário	Margarida Perez Perdigão	324,22	- €	- €
					- €

Tabela 44 - Remunerações da Mesa da Assembleia Geral

2- Conselho de Administração

Para enquadramento da informação apresentada nos quadros seguintes, importa referir que o Conselho de Administração da Soflusa, nomeado em 02/06/2020 em regime de acumulação de funções, não aufere qualquer remuneração especifica suportada pela Soflusa, sendo os seus encargos remuneratórios assumidos integralmente pela Transtejo.

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			Nº de Mandatos
(Início - Fim)			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
(2020-2022)	Presidente	Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	DUE	02/06/2020	n/a	n/a	n/a	2
(2020-2022)	Vogal	Luís Filipe Dias Carvalho Maia	DUE	02/06/2020	n/a	n/a	n/a	2
(2020-2022)	Vogal	José Ricardo Figuerola Henriques da Silva	DUE	02/06/2020	n/a	n/a	n/a	1

(1) Indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)
(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem – prevista no nº 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Tabela 45 - Identificação dos membros do Conselho de Administração

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Função	Entidade	Regime
Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	Presidente	Transtejo - Transportes Tejo, S.A.	Público
Luís Filipe Dias Carvalho Maia	Vogal	Transtejo - Transportes Tejo, S.A.	Público
José Ricardo Figuerola Henriques da Silva	Vogal	Transtejo - Transportes Tejo, S.A.	Público
Luís Filipe Dias Carvalho Maia	Vogal	OTLIS – A.C.E.	Público

Tabela 46 - Acumulação de Funções dos membros do Conselho de Administração

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	n/a	n/a	n/a	n/a
Luís Filipe Dias Carvalho Maia	n/a	n/a	n/a	n/a
José Ricardo Figuerola Henriques da Silva	n/a	n/a	n/a	n/a

Tabela 47 - Estatuto do Gestor Público

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1) +(2)	Reduções (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	n/a	n/a	n/a		n/a
Luís Filipe Dias Carvalho Maia	n/a	n/a	n/a		n/a
José Ricardo Figuerola Henriques da Silva	n/a	n/a	n/a		n/a
			-	-	-

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções).
(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Tabela 48 - Remunerações do Conselho de Administração

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Luís Filipe Dias Carvalho Maia	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
José Ricardo Figuerola Henriques da Silva	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
	-	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 49 - Benefícios Sociais do Conselho de Administração

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas							
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	N	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Luís Filipe Dias Carvalho Maia	N	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
José Ricardo Figuerola Henriques da Silva	N	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a

(1) aquisição; ALD; Leasing ou outra

Tabela 50 - Encargos com Viaturas

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Luís Filipe Dias Carvalho Maia	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
José Ricardo Figuerola Henriques da Silva	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
						-

Tabela 51 - Gastos anuais associados a deslocações em serviço

3 - Fiscalização - Revisor Oficial de Contas / Fiscal Único

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de Inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2021-2023	Fiscal Único efetivo	RSM & Associados - SROC, Lda. Dr. Joaquim Patrício da Silva	N.º21 ROC n.º 320	20161380 (20160076)	AG N.º45	31.01.2022	n.a.	12	12
2021-2023	Fiscal Único Suplente	Dr. António José Lino do Patrocínio Santos	ROC n.º 840	(20160465)	AG N.º45	31.01.2022			

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)
(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D).

Tabela 52 - Identificação do Revisor Oficial de Contas / Fiscal Único

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2019 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2019 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
RSM & Associados - SROC, Lda.	12 360		12 360	n/a			

Tabela 53 - Remuneração do Revisor Oficial de Contas / Fiscal Único

6.b) Auditor Externo[24]

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	Nº OROC	Nº CMVM				
PKF & Associados, SROC	152	20161462	08/05/2020	3	0	0

Tabela 54 - Identificação do Auditor Externo (exercício de 2020)

[24] Tabelas relativas ao n.º 4 do apêndice 1 do Ofício do Ofício n.º 770, de 11 de março de 2020 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2019 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2019(€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
PKF & Associados, SROC	5.430		5.430	n/a			

Nota: valores sem IVA

Tabela 55 -Remuneração do Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	Nº OROC	Nº CMVM				
PKF & Associados, SROC	152	20161462	08/05/2020	3	0	0

Tabela 56 - Identificação do Auditor Externo (exercício de 2021)

7 Aplicação do disposto nos artigos 32º e 33º do EGP

7.a) Não utilização de cartões de crédito

Não aplicável.

7.b) Não reembolso de despesas de representação pessoal

Não aplicável.

7.c) Despesas associadas a comunicações

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	n/a	0	n/a
Luís Filipe Dias Carvalho Maia	n/a	0	n/a
José Ricardo Figuerola Henriques da Silva	n/a	0	n/a
		0	

Tabela 57 - Gastos com Comunicações

7.d) Despesas associadas a viaturas de serviço

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	n/a	0	0	0	n/a
Luís Filipe Dias Carvalho Maia	n/a	0	0	0	n/a
José Ricardo Figuerola Henriques da Silva	n/a	0	0	0	n/a
				0	

Tabela 58 - Gastos com Viaturas

8 Despesas não documentadas ou confidenciais

A Soflusa cumpriu o disposto no n.º 2, do artigo 16º, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro que aprova o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial e o disposto no artigo 11º, do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que aprova o novo Estatuto do Gestor Público, não tendo realizado despesas não documentadas.

9 Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

O n.º 2, da RCM n.º 18/2014, de 5 de março, determina que as empresas do Setor Empresarial do Estado promovam, de três em três anos, a elaboração de um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio na

Internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações.

O cumprimento desta disposição encontra-se subjacente à informação divulgada no Ponto 6.2. - Princípio de Igualdade de Género deste relatório.

Destaca-se ainda, sobre este tema, o Plano de Ação para a Igualdade Género 2018-2021, aprovado por deliberação do Conselho de Administração a 03.09.2020.

10 Relatório anual sobre Prevenção da Corrupção

As empresas Transtejo e Soflusa tem aprovado e implementado, desde 28 de Janeiro de 2010, um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), dando cumprimento à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho de 2009, onde se identificam as áreas que potencialmente podem ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos que visam a sua mitigação e prevenção, os seus impactos e a sua probabilidade de ocorrência.

O Relatório de Execução do Plano Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2021, encontra-se em fase de produção.

Esta matéria será divulgada com maior profundidade no Relatório do Governo Societário referente ao ano de 2021.

Contratação Pública

Em 2021, a Soflusa, aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017[25], de 31 de agosto, na sua atual redação à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico.

A Empresa cumpriu ainda todas as normas aplicáveis no que respeita à contratação, designadamente as relativas à auscultação da Agência de Modernização Administrativa nas aquisições de bens e serviços abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de Maio, na redação dada pela Lei n.º 83-C/2014, de 31 de Dezembro, bem como pelo Decreto-Lei n.º 151/2015, de 6 de Agosto, bem como nos pedidos de autorização para a assunção de compromissos plurianuais exigidos pelo artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de Março e pelo artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de Junho.

Em sessão de 18 de junho de 2021, foi concedido o Visto Prévio do Tribunal de Contas relativo ao Processo de Fiscalização Prévia do contrato nº 20/2021 - referente à contratação do serviço de manutenção global da frota de navios da Soflusa ao Consórcio S&C- Gestão de Navios e Tripulações, Lda e Navaltagus - Reparação e Construção Naval, S.A.

12 Adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

Nesta matéria, desde 2010 que a Soflusa implementa as medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013, tendo aderido voluntariamente ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

[25] Procede à nona alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e transpõe as Diretivas n.os 2014/23/UE, 2014/24/UE e 2014/25/UE, todas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014 e a Diretiva n.º 2014/55/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014. As alterações introduzidas agregam-se em três grandes grupos: (i) alterações decorrentes da transposição das diretivas; (ii) medidas de simplificação, desburocratização e flexibilização; e (iii) medidas de transparência e boa gestão pública.

Ao abrigo dos Acordos Quadro geridos pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPAP), IP., foi concluído o procedimento pré-contratual relativo à aquisição de energia para a Transtejo/Soflusa.

13 Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais

Nos termos do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, publicado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro de 2013, as orientações específicas para a preparação dos IPG foram transmitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), através dos Despacho n.º 398/2020 do SET de 27.07.2020, referente às "Instruções sobre a Elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos – 2021", e estabeleceu como principais orientações de referência para o exercício, em conformidade com o estabelecido no nºs 1 e 3 do artigo 158º do DLEO 2019:

Resultado Líquido (1)	Resultado Líquido	**Objetivo: (Empresas do SEE reclassificadas)** Apresentar Resultado Líquido positivo para o triénio
Resultado Líquido (2)	Resultado Líquido	**Objetivo (Empresas do SEE reclassificadas - deficitárias):** Se apresentar Resultado Líquido negativo - Integrar anexo com memória justificativa do facto
EBIT	Resultados Antes de Juros e Impostos	**Objetivo (Empresas deficitárias):** Se apresentar *EBIT* (excluindo Variações de Justo Valor, Provisões e Imparidades) negativo - Integrar no anexo anterior, proposta de estratégia para reposição da viabilidade económica e financeira a curto e médio prazo
Eficiência Operacional	- [Gastos CMVMC + FSE + Pessoal (sem indemnizações)] / Volume de Negócios	**Objetivo**: Garantir que, o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, seja igual ou inferior, ao real para 2019
PRC	**(a)** Gastos com Pessoal **(b.I)** Gastos com Deslocações, Ajudas de Custo e Alojamento; **(b.II)** Gastos com Frota Automóvel **(c)** Gastos com contratação de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria	**Objetivo**: Manutenção ou redução face a 2019

Tabela 59 - Medidas de otimização da estrutura de Gastos Operacionais

Ao longo de 2021, foi mantido o foco da gestão na aplicação de medidas de contenção de gastos de funcionamento, procurando dar cumprimento às medidas estabelecidas. O desempenho da Soflusa, foi o seguinte:

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2021 Exec.	2021 Orc.	2020 Exec.	2019 Exec.	2021/2020 Δ Absol.	2021/2020 Var. %	2021/2019 Δ Absol.	2021/2019 Var. %
(0) EBITDA	2 004 737	762 620	3 789 472	1 027 177	(1 784 735)	-89,0%	977 560	48,8%
(1) CMVMC	3 568 661	3 887 111	2 689 972	3 692 309	878 689	24,6%	(123 648)	-3,5%
(2) FSE	5 110 383	4 228 979	3 820 890	4 111 922	1 289 493	25,2%	998 461	19,5%
(3) Gastos com o pessoal	4 300 939	5 949 799	3 988 175	3 929 784	312 764	7,3%	371 155	8,6%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	-	100 000		-			-	
(3.ii) Valorizações remuneratórias	16 845	49 017	93 313	115 667,2	(76 469)	-454,0%	(98 823)	-586,7%
(3.iii) Impacto da aplicação dos IRCT	-	-	-	-	-		-	
(3.iv) Indemnizações extraordinárias	316 896	1 361 250	379	4 994,9	316 517	99,9%	311 901	98,4%
(4) Gastos com pessoal sem os impactos i, ii, iii e iv	3 967 198	4 439 532	3 894 483	3 809 121	72 715	1,8%	158 077	4,0%
(5) Impactos da pandemia por COVID-19 nos Gastos Operacionais a)	29 682	108 913	94 007	-	(64 325)	-216,7%	29 682	100,0%
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional= (1)+(2)+(3)-(5)	12 616 561	12 446 710	10 311 339	11 613 353	2 305 222	18,3%	1 003 208	8,0%
(7) Volume de negócios (VN)	5 547 873	4 504 737	5 599 743	9 145 407	(51 870)	-0,9%	(3 597 534)	-64,8%
(7.i) Subsídios à exploração	3 168 824	5 226 958	236 861	265 268	2 931 963	92,5%	2 903 556	91,6%
(7.ii) Indemnizações Compensatórias	-	-	2 828 157	224 196	(2 828 157)		(224 196)	
(8) Perda de receita decorrente da pandemia por COVID-19[a)]	2 944 904	2 339 958	3 657 603	-	(712 699)	-24,2%	2 944 904	100,0%
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+8)	8 492 777	6 844 695	9 257 346	9 145 407	(764 568)	-9,0%	(652 629)	-7,7%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	149%	182%	111%	127%		25,0%		14,5%
11. i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	53	100	132	13	(79)	-148,9%	40	75,4%
11. ii. Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	-	-	-	-	-		-	
11. iii. Gastos associados à frota automóvel [b)]	10 347	29 968	10 568	12 514	(221)	-2,1%	(2 168)	-20,9%
(11) Total = (i) + (ii) + (iii)	10 400	30 068	10 700	12 527	(300)	-2,9%	(2 128)	-20,5%
(12) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	55 663	116 009	58 946	57 146	(3 283)	-5,9%	(1 483)	-2,7%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	140	155	137	140	3	2,1%	-	0,0%
N.º Órgãos Sociais (OS)	2	2	2	2	-	0,0%	-	0,0%
N.º Cargos de Direção (CD)	1	1	1	1	-	0,0%	-	0,0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	137	152	134	137	3	2,2%	-	0,0%
N.º Trabalhadores/N.º CD	137	152	134	137	3	2,2%	-	0,0%
N.º de viaturas	4	4	4	4	-	0,0%	-	0,0%

a) Os impactos das medidas tomadas para fazer face à pandemia COVID-19 deverão ser devidamente justificados e discriminados (se aplicável), bem como os impactos COVID-19 nas rubricas de vendas e serviços prestados (se aplicável).
b) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis e/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.
Nota: (7) O Volume de Negócios inclui rendimentos da atividade (prestação de serviços de transporte e rendimentos das atividades acessórias). Para efeitos de comparabilidade, os valores dos períodos anteriores foram reexpressos.

Tabela 60 - Avaliação do cumprimento do PRC (2021)

Os impactos da pandemia Covid-19 nos gastos operacionais (5) foram essencialmente, a aquisição de produtos de desinfestação e de material de proteção (luvas, máscaras, viseira, etc.), bem como a desinfestação de espaços passíveis de contaminação de COVID-19/ desinfestação da Frota.

O Volume de Negócios (7), engloba os rendimentos da atividade de transporte e atividades acessórias, sendo para efeitos de análise, adicionados os valores referentes a compensações financeiras (CSP) e tarifárias

Em relação à frota automóvel, importa referir que o número de viaturas se mantém inalterado, contudo salienta-se a sua elevada antiguidade.

14 Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria - cumprimento do disposto n.º 7 do artigo 49.º do DLEO2019

As empresas públicas do setor empresarial do Estado devem evidenciar o cumprimento do procedimento regulado no Artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho, relativo à Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria por empresas públicas do Setor Empresarial do Estado, submetendo, sempre que for aplicável, à Parpública - Participações Públicas, SGPS, S. A. para parecer prévio, procedimentos de contratação de estudos, pareceres, projetos e consultorias de natureza não intelectual e sempre que os serviços incidam sobre o âmbito específico do disposto no n.º 2 do artigo 49.º do DLEO2019.

Em 2021, houve lugar à submissão de 2 procedimentos de contratação enquadrados nesta legislação, tendo dado cumprimento ao previsto na supramencionada legislação.

15 Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

No cumprimento do disposto na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho[26], a Soflusa dispõe de conta na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. (doravante IGCP)[27], no âmbito do cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (UTE).

Conforme previsto no artigo 172.º relativo ao Princípio da Unidade de Tesouraria da LOE[28] e no artigo 115.º relativo à Unidade de Tesouraria do DLEO de 2019[29], a Soflusa procura manter as suas disponibilidades no IGCP, situação que se demonstra no quadro seguinte:

IGCP	1º Trimestre (€)	2º Trimestre (€)	3º Trimestre (€)	4º Trimestre (€)
Disponibilidades	7 738 183	5 132 513	6 273 212	5 365 123
Aplicações financeiras	0	0	0	0
Total	7 738 183	5 132 513	6 273 212	5 365 123

Banca Comercial*	1º Trimestre (€)	2º Trimestre (€)	3º Trimestre (€)	4º Trimestre (€)
BANCO BPI, S.A	554 779	213 705	320 815	537 326
Total	554 779	213 705	320 815	537 326
Juros auferidos**	0	0	0	0

Tabela 61 - Cumprimento Princípio UTE

[26] *Vide* n.º 1, do Artigo 63º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho - Aprova um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC).

[27] Anteriormente designada como Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P. (IGCP, I. P.)

[28] *Vide* artigo 172.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro Lei do Orçamento do Estado para 2021

[29] *Vide* artigo 115.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, Decreto-Lei que estabelece as normas de execução do Orçamento do ano de 2019 e que vigorou no ano de 2021.

Não obstante a Soflusa dispor de conta à Ordem junto do IGCP conforme acima indicado, a especificidade da atividade comercial da empresa compreende um conjunto de atividades e serviços que o IGCP não se encontra vocacionado para disponibilizar, nomeadamente a emissão e gestão de garantias bancárias, que não possam ser substituídas por depósitos caucionados.

Considerando que a aplicação do princípio da UTE pode ser excecionada em casos devidamente fundamentados, mediante autorização do titular da função acionista, o Conselho de Administração submeteu à apreciação da DGTF e ao IGCP um pedido de dispensa fundamentada, do cumprimento integral do disposto no princípio da UTE, nos termos do n.º 3, do artigo 28.º, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro (RJSPE).

Através de ofício de 09.01.2020, a Soflusa solicitou ao IGCP, o reforço de dispensa da aplicação do princípio da Unidade de Tesouraria para 2020 e extensão para o ano de 2021. Por ofício n.º 1688 de 02.11.2020, o IGCP comunicou o despacho de autorização para excecionamento do cumprimento da UTE, para os anos de 2020 e 2021.

16 Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

A última auditoria operacional efetuada pelo Tribunal de Contas às empresas Transtejo e Soflusa ocorreu em 2010 (Processo n.º 16/10-AUDIT), tendo sido emitido um conjunto de recomendações, que constam do Relatório de Auditoria n.º 49/2010-2ªS.

Para efeitos de acompanhamento, as empresas deram conhecimento ao Tribunal de Contas das medidas tomadas e sua adoção, dando seguimento às recomendações recebidas.

17 Informação divulgada a 31 de dezembro de 2021 no site do SEE (portal DGTF)

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.(1)	Data Atualização	
Estatutos	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
Caracterização da Empresa	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
Função de tutela e acionista	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
- Identificação dos órgãos sociais	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
- Estatuto Remuneratório Fixado	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
Esforço Financeiro Público	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
Ficha Síntese	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
Informação Financeira histórica e atual	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
Princípios de Bom Governo	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
- Transações relevantes com entidades relacionadas	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
- Outras transações	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
Económico	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
Social	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
Ambiental	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
- Código de ética	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa

(1) Esta obrigação não é aplicada diretamente à empresa Soflusa, encontra-se divulgada informação sobre a mesma na empresa "Transtejo", bem como no site da www.TTSL.pt.

Tabela 62 - Informação divulgada no SEE

18 Cumprimento das Orientações legais - quadro síntese (Apêndice 2)

Apêndice 2 — EPNF SA - 2021

Cumprimento das Orientações legais - 2021	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Objetivos de Gestão			
Indicadores de Acompanhamento definidos para 2021	S		9-1.a)
Metas a atingir constantes no PAO 2021	S		9-1.b)
Investimento	S	Cumprimento - Grau de execução 95,2%	9-1.b)
Nível de endividamento	S		9-1.b)
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	S	Receita = 82,59% | Despesa = 88,45%	9-1.c)
Gestão do Risco Financeiro	N.A.	Taxa média de financiamento 0,53%	9-2
Limites de Crescimento do Endividamento	N.A.	Endividamento: Acionista Transtejo, S.A.	Justificar se superior a 2%
Evolução do PMP a fornecedores	S	-13 dias relativamente ano anterior	9-4.
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("*Arrears*")	S	Total de *'Arrears'* em 31 de dezembro (em euros) 136,08€	9-4.
Recomendações do acionista na última aprovação de contas (Última Assembleia-Geral de aprovação de contas ocorrida a 05 de julho de 2022 - aprovação de contas do exercício de 2020)	S		9-5.
Reservas emitidas na última Certificação Legal de Contas (CLC)			
Reserva ...	N.A.		
Remunerações /honorários			
Não atribuição de prémios de gestão	N.A.		9-6.a)
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	N.A.		9-6.a)
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	N.A.		9-6.a)
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2021 (se aplicável)	N.A.		9-6.b)
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S		9-7.
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		9-7.
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		9-7.
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		9-7.
Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		9-8.
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	https://ttsl.pt/empresa/documentos-oficiais/	9-9.
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	https://ttsl.pt/empresa/documentos-oficiais/	9-10.
Contratação Pública			
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	S		9-11. / 9-12.
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S		9-11. / 9-12.
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	N.º de Contratos: 1 - Valor: 5.269.414 €	9.11.
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S		9-12.
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S		9-13.
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (artigo 49,.º do OLEO 2019)	S	N.º de Procedimentos: 2	9.14.
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)	S		9-15.
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	90,9% disponibilidades e aplicações no IGCP em 31.12.2021	9-15.
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	N.A.	Ofício IGCP n.º 1688, 02.novembro.2020	9-15.
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.	- Dispensa do cumprimento 2020 e 2021	9-15.
Auditorias do Tribunal de Contas [b]			
Recomendações	S	2010 | Relatório de Auditoria n.º 49/2010-2ªS	9-16.
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	S	Plano para Igualdade 2018-2021	9-9.
Apresentação da demonstração não financeira	N.A.		

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.
(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.

Tabela 63 - Resumo do Cumprimento das Orientações Legais (2021)

10. Notas Finais

10.1. Agradecimentos

O Conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento pela colaboração prestada pelas entidades que supervisionam a atividade que constitui o objeto social da Soflusa, particularmente à Direção Geral dos Recursos Marítimos, ao ex-Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos e à Capitania do Porto de Lisboa.

Agradece finalmente, a colaboração de todos os que ao longo do exercício contribuíram com o seu desempenho na prossecução do objetivo principal da Empresa, a prestação de um serviço público cada vez mais eficiente e de melhor qualidade.

10.2. Proposta de aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício, no montante negativo de 1.059.182,64€ (um milhão, cinquenta e nove mil, cento e oitenta e dois euros e sessenta e quatro cêntimos), seja transferido para Resultados Transitados.

10.3. Eventos subsequentes

A preparação destes documentos de prestação de contas, reportados ao ano 2021, decorre, ainda, num contexto de grande incerteza, derivado da situação geopolítica na União Europeia, associado ao desenrolar de uma guerra no Leste da Europa, com grande impacto ao nível social e económico, nomeadamente, decorrente do aumento generalizado dos preços dos bens e serviços, e em especial dos recursos energéticos e matérias-primas.

Embora se encontrem significativamente atenuados os efeitos decorrentes do surto de Covid-19, mantém-se a expectativa da sustentabilidade desta situação e aguarda-se a efetiva recuperação dos níveis de atividade económica e confiança numa retoma da normalidade da vida das empresas.

Lisboa, 06 de outubro de 2022,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira
(Presidente)

Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva
(vogal)

Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia
(vogal)



SOFLUSA - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.

Exercício de 2021 - Contas Individuais

Demonstrações Financeiras & Anexo às Demonstrações Financeiras

TTSL
TRANSTEJO SOFLUSA

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2021

Rubricas	Notas	Datas	
		31.12.2021	31.12.2020
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	11 597 366,71	12 110 119,50
Ativos intangíveis	3	125 561,42	104 549,72
Investimentos Financeiros		2 070,95	1 056,70
Total Ativo Não Corrente		**11 724 999,08**	**12 215 725,92**
Ativo Corrente			
Inventários	10	156 165,89	130 145,28
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18.2	160 000,00	3 171 456,00
Clientes, contribuintes e utentes	18.2	58 149,02	92 607,02
Estado e outros ente públicos	18.2	436 471,22	453 017,63
Outras contas a receber	18.2	2 116 431,06	526 886,44
Diferimentos		-	564 743,99
Caixa e depósitos	1.2.e) / 18.2	5 927 718,42	6 402 603,02
Total Ativo Corrente		**8 854 935,61**	**11 341 459,38**
Total do ATIVO		**20 579 934,69**	**23 557 185,30**
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	18.15	59 500 000,00	59 500 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	18.18	3 720 000,00	3 720 000,00
Resultados transitados	18.18	(58 100 394,72)	(58 966 576,21)
Outras variações no património líquido	14	8 041 995,03	9 712 174,21
Resultado líquido do período		(1 059 182,64)	866 181,49
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		**12 102 417,67**	**14 831 779,49**
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	15	285 021,18	514 463,50
Financiamentos obtidos	7/ 18.2	7 202 369,35	7 163 897,11
Total Passivo Não Corrente		**7 487 390,53**	**7 678 360,61**
Passivo Corrente			
Fornecedores	18.2	23 837,81	65 688,90
Estado e outros entes públicos	18.2	141 751,82	172 356,69
Fornecedores de investimentos	18.2	11 252,80	-
Outras contas a pagar	18.2	711 634,36	716 876,04
Diferimentos	18.2	101 649,70	92 123,57
Total Passivo Corrente		**990 126,49**	**1 047 045,20**
TOTAL DO PASSIVO		**8 477 517,02**	**8 725 405,81**
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		**20 579 934,69**	**23 557 185,30**

O Conselho de Administração:

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva

Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O Contabilista Certificado:

Dr. Gonçalo Maria R. C. de Almeida e Vasconcelos

Demonstração dos Resultados por Natureza Individual
período findo em 31 de dezembro de 2021

Rendimentos e Gastos	Notas	Período	
		31.12.2021	31.12.2020
Prestações de serviços e concessões	13	9 139 314,66	8 452 640,04
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	3 168 823,98	3 065 017,10
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(3 568 661,20)	(2 689 972,29)
Fornecimentos e serviços externos	23.2	(5 110 383,18)	(3 820 890,39)
Gastos com pessoal	23.3	(4 300 938,79)	(3 988 175,11)
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		-	-
Provisões (aumentos/reduções)	15	229 442,32	450 642,62
Outros rendimentos	13/14	2 478 362,18	2 350 359,94
Outros Gastos	23.4	(31 222,87)	(30 149,46)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		**2 004 737,10**	**3 789 472,45**
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5	(3 019 737,78)	(2 827 141,67)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		**(1 015 000,68)**	**962 330,78**
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	7	(42 494,76)	(36 174,00)
Resultado antes de imposto		**(1 057 495,44)**	**926 156,78**
Imposto sobre o rendimento		(1 687,20)	(59 975,29)
Resultado líquido do Período		**(1 059 182,64)**	**866 181,49**

O Conselho de Administração:

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva

Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O Contabilista Certificado:

Dr. Gonçalo Maria R. C. de Almeida e Vasconcelos

Demonstração Individual das Alterações no Património Líquido em 31 de dezembro de 2021

Descrição	Notas	Património Líquido atribuido aos detentores do Património liquido da entidade-mãe					
		Capital/Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Resultados Transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do Período (1)		**59 500 000,00**	**3 720 000,00**	**(58 966 576,21)**	**9 712 174,21**	**866 181,49**	**14 831 779,49**
Alterações no Perído							-
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							-
Alterações de políticas contabilísticas							-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							-
Realização do excedente de revalorização							-
Excedentes de reavalorização e respectivas variações							-
Transferências e subsídios de capital					(1 670 179,18)		(1 670 179,18)
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido				866 181,49		(866 181,49)	-
(2)		-	-	**866 181,49**	**(1 670 179,18)**	**(866 181,49)**	**(1 670 179,18)**
Resultado Líquido do Periodo (3)						**(1 059 182,64)**	**(1 059 182,64)**
Resultado integral (4)=(2)+(3)		-	-	**866 181,49**	**(1 670 179,18)**	**(1 925 364,13)**	**(2 729 361,82)**
Operações com detentores de Capital no Período							-
Realizações de capital/património		-					-
Entradas para cobertura de perdas							-
Outras operações							-
(5)		-	-	-	-	-	-
Posição no fim do Período (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		**59 500 000,00**	**3 720 000,00**	**(58 100 394,72)**	**8 041 995,03**	**(1 059 182,64)**	**12 102 417,67**

O Conselho de Administração:

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva

Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O Contabilista Certificado:

Dr. Gonçalo Maria Ramos Chaves de Almeida e Vasconcelos

TTSL
TRANSTEJO SOFLUSA

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2021

Rubricas	Notas	Período	
		2021	2020
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		10 294 125,07	9 782 721,01
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		2 319 561,80	3 162 021,85
Pagamentos a fornecedores		(10 236 152,25)	(8 746 287,76)
Pagamentos ao pessoal		(4 195 939,60)	(3 782 886,31)
Caixa Gerada de Operações		**(1 818 404,98)**	**415 568,79**
Outros recebimento/pagamentos		836 745,41	830 304,16
Fluxos de caixa das actividades operacionais (a)		**(981 659,57)**	**1 245 872,95**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		3 011 456,00	636 205,00
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos tangíveis		(2 478 332,75)	(1 427 705,36)
Ativos Intangíveis		(26 348,28)	(65 613,81)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		**506 774,97**	**(857 114,17)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	1 000 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		**-**	**1 000 000,00**
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		**(474 884,60)**	**1 388 758,78**
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.2.e)	6 402 603,02	5 013 844,24
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.2.e)	5 927 718,42	6 402 603,02
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		**6 402 603,02**	**5 013 844,24**
- Equivalentes a caixa no início do período			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		6 402 603,02	5 013 844,24
De execução orçamental			
De operações de tesouraria			
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**5 927 718,42**	**6 402 603,02**
- Equivalentes a caixa no fim do período			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		5 927 718,42	6 402 603,02
De execução orçamental		5 976 004,63	6 396 073,74
De operações de tesouraria		(48 286,21)	6 529,28

O Conselho de Administração:

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva

Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O Contabilista Certificado:

Dr. Gonçalo Maria Ramos Chaves de Almeida e Vasconcelo

Anexo às demonstrações financeiras individuais de 2021

1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1. Identificação da entidade e período de relato

A Soflusa - Sociedade Fluvial, S.A. (referida neste documento como "Soflusa" ou "Empresa"), com sede na Rua da Cintura do Porto de Lisboa, Terminal Fluvial do Cais do Sodré, concelho de Lisboa, freguesia da Misericórdia, foi constituída por escritura pública celebrada em 11 de novembro de 1992, tendo como objeto social a exploração de transportes fluviais de passageiros, bem assim como efetuar outras operações civis e comerciais, industriais e financeiras que no seu todo, ou em parte, sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a realização da atividade principal atrás referida, tendo iniciado a atividade em junho de 1993.

A Soflusa é detida integralmente pela Transtejo - Transportes Tejo, S.A., com sede na Rua da Cintura do Porto de Lisboa, Terminal Fluvial do Cais do Sodré, concelho de Lisboa, freguesia da Misericórdia.

A Soflusa é uma sociedade de capitais públicos que age sob a tutela do Estado Português, em articulação com a rede de transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa. A Empresa rege-se pelos seus Estatutos, pelas normas reguladoras de sociedades anónimas, por disposições do Governo Central relacionadas com o setor dos transportes públicos e com a própria Empresa, e ainda subsidiariamente subordinada à disciplina estatutária em vigor para a Acionista-Única (no âmbito de aquisições de ativos fixos tangíveis), cujos estatutos, nos termos da alínea g) do Artigo 8º remetem para a competência da Assembleia-Geral (Acionista-Estado) a autorização para realizar investimentos cujo valor exceda 20% do Capital Social.

A Soflusa é uma Entidade Pública Reclassificada (EPR), equiparada a Serviço e Fundo Autónomo (SFA) desde 2013. O código da classificação orgânica é o 5872 e está sob a tutela do Ministério do Ambiente.

Com efeitos, a partir de 01 de janeiro de 2014, o regime jurídico e financeiro do organismo encontra-se subordinado ao cumprimento da seguinte legislação:

a) Lei do Orçamento de Estado aplicável a cada ano (no caso concreto do ano em análise, Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro - Lei do Orçamento de Estado de 2021);
b) Lei do Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 2/2018 de 29 de janeiro e republicada pela Lei n.º 37/2018 de 7 de agosto, alterada pela Lei n.º 41/2020 de 18 de agosto), implicando obrigações de reporte à Direção-Geral do Orçamento / Ministério das Finanças;
c) Cumprimento das orientações transmitidas através das Circulares DGO para preparação das Propostas Orçamentais para o OE (em 2021, no âmbito dos trabalhos de preparação do Orçamento do Estado 2022, foi aplicada a Circular Série A nº 1404 de 02 de agosto de 2021);
d) No âmbito da execução do OE2021: reportes, previstos no artigo 120.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental (DL n.º 84/2019, de 28 de junho);
e) Aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), a partir de janeiro de 2014.

1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, nem significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Comparabilidade

As presentes demonstrações financeiras são comparáveis com exercício anterior.

c) Reclassificação de itens nas demonstrações financeiras

No exercício de 2021 não se verificaram reclassificações nas demonstrações financeiras.

d) Saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não existiam saldos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso.

e) Valores de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários era como segue:

Conta PCM	Natureza	31.dez.2021	31.dez.2020
111	Caixa/Máquinas Automáticas	25 132,32	25 717,77
118	Caixa Pequena	137,50	137,50
121	Depósitos à ordem no Tesouro	5 365 122,77	5 792 515,82
1221	Banco BPI, S.A.	537 325,83	584 231,93
	Equivalentes de caixa	-	-
	Descobertos bancários	-	-
Total		5 927 718,42	6 402 603,02

2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras Individuais foram preparadas de acordo com a NCP 1 e são apresentadas em Euros, correspondendo à moeda funcional da Soflusa, dado que a maior parte das suas transações são efetuadas nesta moeda tratando-se, também, da moeda do seu ambiente económico.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

a) A natureza da reclassificação;
b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
c) Razão para a reclassificação.

Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os leitores destas Demonstrações Financeiras.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância de os ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível e expetativas futuras, a Soflusa continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

i) Conversão cambial

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Soflusa, estão mensurados na moeda do ambiente económico em que esta opera (moeda funcional), o Euro. As demonstrações financeiras e as respetivas notas deste anexo são apresentadas em Euros, salvo indicação explícita em contrário.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do Euro (moeda funcional) são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento / recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza.

Ganhos ou perdas cambiais, relativos a empréstimos, caixa e/ou equivalentes de caixa são reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza como "Juros e gastos similares suportados" ou "Juros e rendimentos similares obtidos". Todos os outros ganhos ou perdas cambiais são reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza como outros rendimentos ou gastos operacionais.

No período, não se registaram transações, nem existem saldos em moeda diferente do Euro.

ii) Ativos fixos tangíveis

O tratamento contabilístico dos ativos fixos tangíveis foi efetuado de acordo com o disposto na *NCP 5 - Ativos Fixos Tangíveis*, estando estes valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Sempre que as partes integrantes de dado ativo fixo tangível possuam ritmos de desgaste funcional diferentes, e caso estas sejam materialmente significativas quando comparadas com o *main* item (componente principal), a Soflusa efetua a depreciação do ativo por componentes (navio e recondicionamentos), em função das suas vidas úteis esperadas.

As despesas subsequentes incorridas com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidas no valor do ativo. Tais despesas poderão ser registadas como um ativo independente apenas se se confirmar como sendo provável que os benefícios económicos associados à posse do ativo sejam benéficos para a Empresa, e caso estes possam ser mensurados com fiabilidade.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que estes são incursos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 3 a 10 anos
Embarcações	20 anos
Recondicionamento motores embarcações	Entre 5 a 7 anos
Equipamento básico	Entre 4 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Ferramentas e utensílios	Entre 4 a 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 10 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 4 a 10 anos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e, quando necessário, registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada período de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza.

iii) Ativos intangíveis

O tratamento contabilístico dos ativos intangíveis é efetuado de acordo com o disposto na NCP 3 - Ativos Intangíveis.
Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando:

i) sejam identificáveis;
ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros;
iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como gastos quando incorridos sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do período em que são incursos.

O custo dos ativos intangíveis adquiridos compreende:

i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos;
ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A Soflusa valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A Soflusa determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. Os ativos intangíveis registados na demonstração da posição financeira da Soflusa referem-se a software informático (licenças), o qual é amortizado segundo a vida útil estabelecida, a qual não excede 3 anos.

iv) Imparidade de ativos

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objeto de testes de imparidade anuais. A Soflusa não tem reconhecidos ativos com vida útil indefinida.

Relativamente aos ativos não financeiros com vida útil definida, os testes de imparidade são efetuados sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras individuais não seja recuperável.

Sempre que a quantia recuperável determinada é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Soflusa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se assim for, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa). O valor de uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A determinação da existência de imparidade é efetuada para cada ativo individualmente quando gerem fluxos de caixa separados ou de forma agregada ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

v) Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

a) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
b) Empréstimos concedidos e contas a receber - inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;
c) Investimentos detidos até à maturidade - incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a Transtejo tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;
d) Ativos financeiros disponíveis para venda - incluem os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

A Empresa reavalia esta classificação a cada data de relato.

vi) Inventários

Os inventários na Soflusa são tratados de acordo com o disposto na *NCP 10 - Inventários*. São reconhecidos como inventários os materiais de consumo (peças, sobressalentes e consumíveis) a utilizar na manutenção dos ativos fixos tangíveis e o inventário de combustíveis e lubrificantes, principal matéria-prima de exploração.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra, sendo valorizados subsequentemente ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

vii) Clientes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

A exposição da Empresa ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados por natureza, em "Imparidade de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas por imparidade estimadas, correspondendo o valor líquido das contas a receber, aproximadamente ao seu justo valor.

viii) Caixa e depósitos bancários

O caixa e depósitos bancários incluem caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e outros instrumentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidade no curto prazo. Sempre que existam, os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e não são considerados na elaboração da demonstração de fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Soflusa não dispunha de qualquer montante registado como descoberto bancário.

ix) Capital social

O capital corresponde à quantia de capital estatutário da Empresa, estando totalmente titulado em ações ordinárias. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Contribuições adicionais de capital por parte do acionista, sem prazo de reembolso e sem remuneração configuram instrumentos de capital e são classificados como prestação suplementar no Património Líquido.

x) Passivos financeiros

Os Outros passivos financeiros incluem os "Financiamentos obtidos", "Fornecedores" e "Outras contas a pagar". Os saldos classificados em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são reconhecidos ao custo amortizado, sendo que usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

xi) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados por natureza ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo não corrente, considerando o modelo de financiamento em vigor no Grupo Transtejo, com base na contratação de financiamentos de Médio / Longo Prazo junto do IGCP.

xii) Gastos com financiamentos

Os gastos com financiamentos incluem juros e outros gastos incorridos pela Empresa ao contrair financiamentos bancários. Estes incluem:

- Juros incorridos com descobertos bancários;
- Juros de empréstimos a curto, médio e longo prazo;
- Amortização de descontos ou prémios derivados da emissão ou re-pagamento de empréstimos;

- Amortização de gastos auxiliares incorridos com a contratação de empréstimos;
- Diferenças de câmbio que surjam no âmbito de empréstimos em moeda estrangeira, na medida em que tais valores sejam encarados como custos adicionais aos juros incorridos.

Os gastos com financiamentos são reconhecidos como gastos do exercício no período em que incorrem, exceto se associados à construção ou aquisição de um ativo qualificável, caso em que são obrigatoriamente capitalizados.

A capitalização de gastos com financiamentos começa quando o investimento num ativo está a decorrer e existem custos efetivos suportados com os financiamentos, e cessa quando todas as atividades necessárias para preparar um ativo qualificável para o seu uso pretendido, ou venda, são completadas.

Em 31 de dezembro de 2021 a Soflusa não dispõe de qualquer financiamento contratado na banca comercial.

xiii) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do exercício compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados por natureza, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente no património líquido. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras individuais.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

A Soflusa não reconhece ativos por impostos diferidos devido à existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização dos ativos por impostos diferidos, na medida que respeitam, essencialmente, a prejuízos a reportar.

Em 31 de Dezembro de 2021 não existem situações geradoras de passivos por impostos diferidos.

xiv) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Soflusa tem:

i) uma obrigação presente legal contratual ou construtiva resultante de eventos passados;
ii) para a qual é mais provável que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e
iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Soflusa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando: a Soflusa tem uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de eventos passados; seja provável que um ex-fluxo de recursos seja necessário para liquidar a obrigação; e o montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As provisões para reestruturação compreendem compensações para terminação de contratos de colaboradores. Não são reconhecidas provisões para fazer face a perdas operacionais futuras.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num ex-fluxo para liquidar a obrigação é determinada ao se considerar a classe de obrigações como um todo.

Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de um ex-fluxo que respeite a um item incluído na mesma classe de obrigações seja reduzida.

Os ativos contingentes são ativos "possíveis" gerados por acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controlo da Soflusa.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras separadas, mas divulgados nas notas anexas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

xv) Subsídios e apoios do Governo

A Soflusa reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis (fundo perdido) são, no âmbito da "NCP14 - Rendimentos de transações sem contraprestação", reconhecidos na rubrica "Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciáveis", no momento em que se cumprem as condições, sendo subsequentemente creditados na Demonstração de Resultados por Natureza à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos que foram financiados e na respetiva proporção.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração de Resultados por Natureza no mesmo exercício em que os gastos associados são incursos e registados (contrapartidas das obrigações contratuais assumidas em termos de exploração, de transporte e de tarifas).

A Soflusa regista como resultados do exercício os valores das indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado, decorrentes das obrigações contratuais assumidas em termos de exploração, de transportes e de tarifas. Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do financiamento.

xvi) Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente aos quais a Soflusa detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de "Financiamentos obtidos". Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na demonstração de resultados por natureza, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Soflusa não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Soflusa tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração de resultados por natureza numa base linear, durante o período da locação.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Soflusa não dispunha de qualquer ativo fixo em regime de locação financeira.

xvii) Fornecedores e outras contas a pagar

As rubricas de "Fornecedores" e "Outras contas a pagar", correntes, não vencem juros e são registados pelo seu valor nominal, que corresponde, aproximadamente ao seu justo valor. Quando os saldos a pagar sejam exigíveis para além de 12 meses ou da data de pagamento normal do negócio, a Soflusa terá de registar os passivos pelo valor presente.

xviii) Especialização de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, caso se qualifiquem como tal.

xix) Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade da Soflusa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da Soflusa refere-se à prestação de serviços de transporte fluvial de passageiros. A contraprestação recebida pela Soflusa resulta das seguintes transações:

i) venda de bilhetes nas estações;
ii) venda de passes exclusivos Soflusa;
iii) venda dos passes introduzidos através do Programa de Apoio à Redução Tarifária (Sistema PART, - Implementado através do Regulamento nº 278-A/2019 de 27 de março) - Passe Navegante Metropolitano e Municipal, na modalidade individual ou família.

Para os diversos tipos de títulos de transporte:

i) O rédito é reconhecido quando os bilhetes são utilizados;
ii) O rédito da venda de passes exclusivos Soflusa é reconhecido no mês a que respeita a venda/carregamento do título de transporte;
iii) O rédito da venda dos passes do sistema PART - Passes Navegante, observa o disposto no Decreto-lei nº 1-A/2020 de 03 de janeiro, sendo reconhecido no mês em que ocorre a venda e contempla medidas de compensação adicionais, no pressuposto de não agravamento do défice operacional das empresas publicas.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido quando:

i) o valor do rédito possa ser estimado com fiabilidade; e
ii) seja provável que benefícios económicos fluam para a Soflusa. Assim, o rédito é reconhecido na Demonstração de Resultados por Natureza no período em que os serviços são prestados, de acordo com o princípio da especialização do período.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

xx) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração de Fluxos de Caixa é preparada de acordo com a NCP1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, através do recurso ao método direto.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração de Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (a) atividades operacionais; (b) atividades de financiamento; e (c) atividades de investimento.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são fundamentalmente provenientes das transações que constituem a principal fonte de geração de recursos financeiros da entidade. São exemplos de fluxos de caixa de atividades operacionais:

(a) Recebimentos de impostos, contribuições, taxas e multas;

(b) Recebimentos pela venda de bens e prestação de serviços;
(c) Recebimentos de subsídios ou transferências e outras dotações ou autorizações orçamentais atribuídas pelo Governo central ou outras entidades do setor público;
(d) Recebimentos de royalties, honorários, comissões e outros rendimentos;
(e) Pagamentos a outras entidades do setor público para financiar as suas operações (não incluindo empréstimos);
(f) Pagamentos a fornecedores de bens e serviços;
(g) Pagamentos ao pessoal;
(h) Recebimentos e pagamentos de uma entidade seguradora relativos a prémios e indemnizações, anuidades e outros benefícios da apólice;
(i) Pagamentos de impostos sobre a propriedade ou sobre o rendimento (quando apropriado) em relação às atividades operacionais;
(j) Recebimentos ou pagamentos relativos a contratos celebrados para negociação ou comercialização;
(k) Recebimentos ou pagamentos de operações descontinuadas;
(l) Recebimentos ou pagamentos relativos à resolução de litígios.

A divulgação separada de fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento é importante porque tais fluxos representam a extensão das saídas de caixa no sentido de obter recursos que se espera contribuam para a prestação futura de serviços da entidade. Apenas as saídas de caixa que resultem num ativo reconhecido no balanço são elegíveis para se classificarem como atividades de investimento. São exemplos de fluxos de caixa provenientes da atividade de investimento:

(a) Pagamentos para adquirir ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos de longo prazo. Estes pagamentos incluem os relativos a custos de desenvolvimento capitalizados e trabalhos para a própria entidade;
(b) Recebimentos provenientes da venda de ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos de longo prazo;
(c) Pagamentos para adquirir instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e interesses em empreendimentos conjuntos (que não sejam pagamentos relativos a instrumentos considerados equivalentes de caixa ou instrumentos financeiros detidos para negociação);
(d) Recebimentos provenientes da venda de instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e de interesses em empreendimentos conjuntos (que não sejam recebimentos relativos a instrumentos considerados equivalentes de caixa ou instrumentos financeiros detidos para negociação);
(e) Adiantamentos e empréstimos feitos a outras entidades (que não sejam adiantamentos e empréstimos feitos por uma instituição financeira pública);
(f) Recebimentos provenientes do reembolso de adiantamentos e empréstimos feitos a outras entidades (que não sejam adiantamentos e empréstimos de uma instituição financeira pública);
(g) Pagamentos relativos a contratos de futuros, contratos forward, contratos de opção e contratos swap, exceto quando os contratos forem detidos para negociação, ou os pagamentos forem classificados como atividades de financiamento; e

(h) Recebimentos provenientes de contratos de futuros, contratos forward, contratos de opção e contratos swap, exceto quando os contratos forem detidos para negociação, ou os recebimentos forem classificados como atividades de financiamento.

A divulgação separada dos fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento é importante porque é útil para estimar os fluxos de caixa futuros a pagar a financiadores de capital à entidade. São exemplos de fluxos de caixa provenientes de atividades de financiamento:

(a) Recebimentos provenientes da emissão de títulos de dívida, empréstimos, livranças, obrigações, hipotecas e outros empréstimos de curto ou longo prazo;
(b) Reembolsos de empréstimos obtidos; e
(c) Pagamentos efetuados por um locatário relativos à redução do passivo em aberto de uma locação financeira, incluindo juros.

xxi) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do exercício. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informações sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados nas notas às demonstrações financeiras, se materiais.

xxii) Segmentos operacionais

A Soflusa identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais, o Conselho de Administração, ou seja, o órgão que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das atividades da empresa e a afetação de recursos. A determinação dos segmentos operacionais foi efetuada com base na informação que é analisada pelo Conselho de Administração, da qual resulta a identificação de um único segmento operacional, o transporte fluvial de passageiros, materialmente relevante.

2.3. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras individuais da Soflusa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expetativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As

estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

- **Provisões:** A Soflusa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.
  A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

  A Soflusa utiliza a avaliação dos processos judiciais pelos seus advogados para determinar o reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências.
- **Depreciações:** A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração de resultados por natureza de cada exercício.
  Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.
- **Imparidade das contas a receber:** O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica dos outros devedores e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada pela Gestão, dos riscos de cobrança existentes à data do fecho das demonstrações financeiras, os quais podem vir a divergir do risco efetivo a incorrer.
- **Perdas por Imparidade:** A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Soflusa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Soflusa.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Soflusa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

2.5. Aplicação inicial de uma NCP

Na Soflusa não se verifica a aplicação inicial de uma NCP, que tenha efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou que possa ter efeito em períodos futuros.

2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram e se reconheceram nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidade, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

Políticas de Gestão de Riscos Financeiros

i) Fatores do risco financeiro

As atividades da Soflusa estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro como:

a) riscos de mercado;
b) risco de crédito; e
c) risco de liquidez.

O Conselho de Administração é responsável pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da Soflusa, sendo a evolução dos mercados analisada de acordo com as mesmas.

Estas políticas foram estabelecidas com o intuito de identificar e analisar os riscos a que a Soflusa está sujeita, para definir limites de risco, os controlos adequados para monitorizar a evolução desses riscos e o cumprimento das políticas de gestão de risco implementadas. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para que se mantenham eficazes face à realidade dos mercados e à atividade desenvolvida pela Soflusa.

A gestão do risco é conduzida centralmente pela Direção de Gestão Financeira do Grupo Transtejo com base em políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Direção de Gestão Financeira do Grupo Transtejo identifica, avalia e remete à aprovação do Conselho de Administração, mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição com vista à minimização dos riscos financeiros da Soflusa, no contexto do Grupo Transtejo.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco de taxa de juro e a eventual utilização de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados.

Risco de mercado:

- Risco de taxa de câmbio: A atividade operacional da Soflusa desenvolve-se em Portugal e a maioria das suas transações são mantidas na moeda funcional da Empresa, o Euro. O risco de taxa de câmbio é pouco expressivo para a realidade da Soflusa, não existindo qualquer política de cobertura para este tipo de risco.
- Risco de taxa de juro: O risco associado à flutuação da taxa de juro tem como principal impacto nas contas da Soflusa associado ao custo do serviço da dívida contratada com a acionista Transtejo.

Risco de crédito:

O risco de crédito da Soflusa é reduzido uma vez que parte significativa do rédito dos serviços prestados aos clientes é recebida antecipadamente ou na data da prestação do serviço. No caso dos passes intermodais, os valores mensais a receber/a pagar são monitorizados pelo regulador dos transportes, a AMT - Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, não existindo riscos de crédito significativos a considerar. No que se refere aos saldos de "Outras contas a receber" estes resultam maioritariamente de transações com partes relacionadas, operadores de transporte, como a Transtejo ou a CP.

Risco de liquidez:

O Risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos da empresa, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável e a previsão atempada das necessidades de tesouraria em conjunto com uma adequada gestão das cobranças.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Direção de Gestão Financeira do Grupo Transtejo, que tem como objetivo manter um nível mínimo de tesouraria para fazer face às necessidades financeiras da Soflusa no curto, médio e longo prazo, através da disponibilidade e flexibilidade de financiamento com facilidades de crédito não utilizadas, assim como outras fontes de financiamento. As necessidades pontuais de tesouraria são cobertas pelo controlo das contas a receber e pelo suporte financeiro do Estado Português e do seu acionista.

ii) Gestão do risco de capital

O objetivo da Soflusa em relação à gestão de capital alheio, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é manter uma utilização prudente de dívida.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como: i) as necessidades de investimento em ativos tangíveis; ii) as tarifas definidas para a prestação de serviços; iii) as comparticipações do Estado e iv) as necessidades de financiamento da exploração.

2.7. Alterações em estimativas contabilísticas

Não existem alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros.

2.8. Erros materiais de períodos anteriores

Não existem erros materialmente relevantes de períodos anteriores.

3. Ativos Intangíveis

3.1. Ativos intangíveis gerados internamente e outros

a) Vidas úteis ou taxas de amortização

É aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data do relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

b) Método de amortização

O método de amortização usado para os ativos intangíveis é o método das quotas constantes.

c) Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projectos de desenvolvimento	-	-	-	-	49 500,00	5 708,33	-	43 791,67
Programas de computador e sistemas de informação	389 233,76	303 517,60	-	85 716,16	414 457,29	347 718,94	-	66 738,35
Propriedade industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso	18 833,56	-	-	18 833,56	15 031,40	-	-	15 031,40
Total	**408 067,32**	**303 517,60**	-	**104 549,72**	**478 988,69**	**353 427,27**	-	**125 561,42**

d) Gastos/reversões de depreciação e amortização

Os gastos e reversões de depreciações e amortizações respeitantes a ativos intangíveis encontram-se refletidos na demonstração dos resultados por natureza.

e) Quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões e perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projectos de desenvolvimento	-	1 500,00	48 000,00		-	-	(5 708,33)	-	-	43 791,67
Programas de computador e sistemas de informação	85 716,16	12 423,53	12 800,00		-	-	(44 201,34)	-	-	66 738,35
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso	18 833,56	56 997,84	(60 800,00)		-	-	-	-	-	15 031,40
Total	**104 549,72**	**70 921,37**	-	-	-	-	**(49 909,67)**	-	-	**125 561,42**

i) Ativos Intangíveis - Adições

O aumento registado em ativos intangíveis, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de 70.921,37€, respeita, essencialmente, ao projeto da bilheteira no Terreiro do Paço (49.500,00€), ao software de Gestão da Manutenção (12.423,53€), à implementação do software Power BI (8.007,84€), com desenvolvimento assegurado por consultores externos (LCG), à manutenção anual do ERP Primavera (990,00€).

Rubricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projectos de desenvolvimento	48 000,00	1 500,00	-	-	-	-	-	-	-	49 500,00
Programas de computador e sistemas de informação	12 800,00	12 423,53	-	-	-	-	-	-	-	25 223,53
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso	(60 800,00)	56 997,84	-	-	-	-	-	-	-	(3 802,16)
Total	-	**70 921,37**	-	-	-	-	-	-	-	**70 921,37**

ii) Ativos Intangíveis - Diminuições

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2021 não ocorreram diminuições nos Ativos Intangíveis.

3.2. Outras divulgações de ativos intangíveis

a) Ativos intangíveis materialmente relevantes

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

b) Ativos intangíveis adquiridos através de transações sem contraprestação e inicialmente reconhecidos pelo justo valor

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

c) Ativos intangíveis de titularidade restringida e ativos intangíveis dados como garantia de passivos

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

d) Compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis

Em 2021, a Soflusa assumiu compromissos para aquisição de ativos fixos intangíveis, no montante de 94.859,78€.

Em 2020 foram assumidos compromissos no montante de 71.554,71€, referentes a ativos intangíveis.

3.3. Ativos intangíveis revalorizados

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

3.4. Gastos de pesquisa e desenvolvimento

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

3.5. Outras divulgações

a) Ativos intangíveis totalmente amortizados ainda em uso:

A 31 de dezembro de 2021 a Soflusa tinha em ativos fixos intangíveis totalmente depreciados, mas ainda em uso no valor de 262.703,08€.

4. Acordos de concessão de serviços: concedente

Norma não aplicável.

5. Ativos fixos tangíveis

5.1. Ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2017 encontram-se registados ao seu custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

b) Método de depreciação usado

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização em conformidade com o período de vida útil máximo dado, constante no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável dos ativos fixos tangíveis, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utlizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

As vidas úteis e métodos de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

d) Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
Outros Ativos Tangíveis								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções	665 760,83	250 114,51		415 646,32	1 815 871,29	332 981,60		1 482 889,69
Equipamento básico	59 842 959,62	48 460 192,62		11 382 767,00	61 117 650,16	51 316 334,01		9 801 316,15
Equipamento de transporte	90 021,25	90 021,25		-	90 021,25	90 021,25		-
Equipamento Administrativo	177 366,17	108 849,35		68 516,82	188 744,50	131 357,55		57 386,95
Equipamentos biológicos	-	-		-	-	-		-
Outros	75 629,49	18 868,75		56 760,74	120 796,11	27 180,18		93 615,93
Ativos fixos tangiveis em curso	186 428,62	-		186 428,62	162 157,99	-		162 157,99
	61 038 165,98	48 928 046,48	-	12 110 119,50	63 495 241,30	51 897 874,59	-	11 597 366,71
Total	**61 038 165,98**	**48 928 046,48**	-	**12 110 119,50**	**63 495 241,30**	**51 897 874,59**	-	**11 597 366,71**

e) Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações								
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças Cambiais	Diminuições	Quantia escriturada (final)
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
Outros Ativos Tangíveis										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções	415 646,32		1 150 110,46				(82 867,09)			1 482 889,69
Equipamento básico	11 382 767,00	80 595,00	1 194 095,54				(2 856 141,39)			9 801 316,15
Equipamento de transporte	-						-			-
Equipamento Administrativo	68 516,82	1 367,83	10 010,50				(22 508,20)			57 386,95
Outros	56 760,74	45 166,62					(8 311,43)			93 615,93
Ativos fixos tangíveis em curso	186 428,62	2 329 945,87	(2 354 216,50)				-			162 157,99
	12 110 119,50	2 457 075,32	-	-	-	-	(2 969 828,11)	-	-	11 597 366,71
Total	**12 110 119,50**	**2 457 075,32**	-	-	-	-	**(2 969 828,11)**	-	-	**11 597 366,71**

i) Ativos Fixos Tangíveis - Adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes adições:

Rubricas	Adições										
	Internas	Compras	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)+(11)
Outros Ativos Tangíveis											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções	1 150 110,46	-									1 150 110,46
Equipamento básico	1 194 095,54	80 595,00									1 274 690,54
Equipamento de transporte	-	-									-
Equipamento Administrativo	10 010,50	1 367,83									11 378,33
Outros	-	45 166,62									45 166,62
Ativos fixos tangíveis em curso	(2 354 216,50)	2 329 945,87									(24 270,63)
	-	2 457 075,32	-	-	-	-	-	-	-	-	2 457 075,32
Total	-	**2 457 075,32**	-	-	-	-	-	-	-	-	**2 457 075,32**

O aumento registado em Ativos Fixos Tangíveis, no montante de 2.481.345,95€, deveu-se à conclusão de diversos projetos que se encontravam em curso. Parte destes projetos foram subsidiados pelo Fundo Ambiental através do protocolo PESS - Promoção da Mobilidade Sustentável no valor de 2.430.276.65€, PEES - Equipamentos de Estacionamento em Interfaces no valor de 8.570,00€ e pelo subsídio FA-Aumento de Lotação no valor de 22.195,00€.

Destes projetos destacamos a Empreitada de Reabilitação do Terminal do Barreiro (1.131.136,46€), a Revisão Geral aos MPP's e Caixas Redutoras do Antero de Quental (826.706,38€), a Revisão aos MPP's do Miguel Torga (111.232,00€) e Fernando Namora (111.232,00€) e a Revisão Geral às Caixas Redutoras do Fernando Pessoa (144.925,16€).

O valor apresentado em Ativos Fixos Tangíveis em Curso (162.157,99€) diz respeito ao projeto de remodelação e construção da sala de controlo e bilheteira do Terreiro do Paço (95.861,92€) e a trabalhos realizados nos navios no âmbito do projeto de Aumento de Lotação da Frota (57.959,12€).

ii) Ativos Fixos Tangíveis - Diminuições

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2021 não ocorreram diminuições no Ativo Fixo.

5.2. Outras divulgações de ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis de titularidade restringida e ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

b) Quantia de dispêndios reconhecidos na quantia escriturada do ativo durante a sua construção

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

c) Quantia de compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis

Em 2021 foram assumidos compromissos para aquisição de ativos fixos tangíveis, no montante de 2.985.220,65€. Em 2020 o montante de compromissos assumidos nesta rubrica ascendeu a 1.986.379,29€.

d) Quantia da compensação por terceiros em imparidade, relativa a bens ativos fixos tangíveis, perdidos ou cedidos

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

5.3. Depreciações de ativos fixos tangíveis 2021

Rubricas	Depreciações do período	
	Reconhecidas nos resultados	Incluídas nos custos de outros ativos
Outros Ativos fixos Tangíveis		
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	82 867,09	
Equipamento básico	2 856 141,39	
Equipamento de transporte	-	
Equipamento Administrativo	22 508,20	
Equipamentos biológicos	-	
Outros	8 311,43	
Ativos fixos tangiveis em curso	-	
	2 969 828,11	
Total	**2 969 828,11**	

5.4. Alterações de estimativas contabilísticas

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

5.5. Ativos fixos tangíveis revalorizados

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

5.6. Outras divulgações

a) Ativos fixos tangíveis temporariamente sem uso

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

b) Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados que ainda estejam em uso

A 31 de dezembro de 2021 a Soflusa tinha os seguintes montantes em ativos fixos tangíveis totalmente depreciados e ainda em uso:

	Descrição	
43211	Edifícios	209 983,21
43393	Pontões, Passadiços e Flutuadores	104 842,29
43394	Embarcações	8 151 671,99
43395	Acessórios Utensílios de Navegação	23 309,87
43396	Máquinas e Acessórios	216 652,64
43397	Ferramentas e Utensílios	14 384,10
43421	Veículos	90 021,25
43511	Equipamento informático	16 966,71
43512	Equipamento de telecomunicações	918,41
43522	Equipamento de reprografia	119,31
4353	Mobiliário de escritório e de arquivo	68 213,37
43721	Mobiliário e equipamento comum	12 227,61
43723	Utensílios de decoração e conforto	1 211,06
43724	Equipamento e dispositivos de iluminação	9,67
43725	Equipamento de ar condicionado e de circulação de ar	2 476,19
43726	Equipamento de aquecimento de ambiente e aquecedores de água domésticos	852,09
		8 913 859,77

c) Ativos fixos retirados de uso ativo e detidos para alienação

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

6. Locações

Norma não aplicável.

7. Custos de empréstimos obtidos

a) Política contabilística adotada nos custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes encargos sejam atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

b) Os custos de empréstimos incorridos nos exercícios de 2021 e 2020 foram os seguintes:

Entidade	Data do Contrato	Data do visto do TC	Prazo do Contrato	Capital		Taxa de juro		Pagamentos de anos anteriores			Pagamentos do ano			Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1 de janeiro	Saldo a 31 de dezembro
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total			
Transtejo - Transportes Tejo, S.A.																-
	31/07/2018	N/A	7 Anos	2 200 000,00	1 124 668,10	0,76%	0,76%		12 759,80	12 759,80		8 609,17	8 609,17		1 124 668,10	1 124 668,10
	21/11/2018	N/A	7 Anos	2 503 055,00	2 503 055,00	0,83%	0,83%		21 180,14	21 180,14		21 122,27	21 122,27		2 503 055,00	2 503 055,00
	16/10/2019	N/A	7 Anos	1 500 000,00	1 500 000,00	0,25%	0,25%		4 281,25	4 281,25		3 802,08	3 802,08		1 500 000,00	1 500 000,00
	30/12/2019	N/A	7 Anos	1 000 000,00	1 000 000,00	0,25%	0,25%		2 333,33	2 333,33		2 534,72	2 534,72		1 000 000,00	1 000 000,00
	31/12/2020	N/A	7 Anos	1 000 000,00	1 000 000,00	0,25%	0,25%					2 319,45	2 319,45		1 000 000,00	1 000 000,00
	31/12/2020	N/A	7 Anos	36 174,01	36 174,01	0,25%	0,25%					84,53	84,53		36 174,01	36 174,01
	31/12/2021	N/A	7 Anos	38 272,24	38 272,24	0,25%										38 472,24
				8 277 501,25	7 163 897,11			-	40 554,52	40 554,52	-	38 472,24	38 472,24	-	7 163 897,11	7 202 369,35

Todos os empréstimos estão negociados em Euros e correspondem a operações de financiamento de tesouraria, negociados com a Transtejo, aos quais se encontra aplicada uma taxa fixa nominal média de 0,53%, tendo por base o custo do financiamento obtido pela Transtejo junto do acionista Estado.

A amortização dos empréstimos é efetuada por encontro de contas ou conversão de créditos e não pela entrada de valores em caixa e equivalentes de caixa.

O montante de juros suportados corresponde, na sua totalidade, aos valores debitados pela acionista Transtejo, sendo calculados com base na taxa de juro aplicada ao serviço da dívida dos financiamentos obtidos.

8. Propriedades de Investimento

Norma não aplicável.

9. Imparidade de ativos

As imparidades para clientes de cobrança duvidosa são avaliadas anualmente tendo em conta a avaliação dos riscos de cobrança dos respetivos saldos.

Ativos Financeiros	Natureza	Quantia Bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Modelo Utilizado	
					Justo Valor	Valor de Uso
Dívidas de Clientes	Gerador de caixa	184 510,16	184 510,16	-		Fluxos de Caixa
TOTAL		184 510,16	184 510,16	-		

A dívida ajustada em 31 de dezembro de 2021 e 2020 respeita, na sua maior parte, ao montante de direitos aduaneiros de duas embarcações construídas pela sociedade holandesa Damen Shipyards, cuja regularização se encontra pendente de decisão por parte da Comissão Europeia (183.019,18 €).

10. Inventários

a) Política contabilística e método de custeio usado

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo.

O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compras incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos alfandegários, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e a mão de obra direta, incluindo ainda gastos de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Soflusa adota o sistema do custo médio ponderado como fórmula de custeio dos seus inventários.

b) Quantia de inventários registada

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os inventários da Empresa detalham-se conforme se segue:

Descrição	Quantia escriturada inicial	Compras líquidas	Consumos / Gastos	Perdas por imparidade	Reversão de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	Quantia escriturada final
Mercadorias								
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	130 145,28	3 803 591,64	3 568 661,20			208 909,83		156 165,89
Produtos acabados e intermédios								
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos								
Produtos e trabalhos em curso								
Total	**130 145,28**	**3 803 591,64**	**3 568 661,20**	-	-	**208 909,83**	-	**156 165,89**

O valor dos inventários reconhecidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 inclui:

	2021	2020
Gasóleo	50 671,78	33 430,56
Sobressalentes	323 949,41	323 949,41
Lubrificantes	25 791,13	11 604,74
Bilhetes	3 010,00	8 417,00
Imparidade de inventários	(247 256,43)	(247 256,43)
Total inventários	**156 165,89**	**130 145,28**

A totalidade de itens registados em inventários encontra-se contabilizada pelo valor de realização líquido.

O valor dos inventários reconhecidos em 2021, como gasto e incluído na rubrica "custo das mercadorias matérias consumidas" totalizou 3.568.661,20€ (em 2020: 2.689.972,29€), nos quais se destaca o consumo de combustível (gasóleo) no montante de 3.492.996,20€ (2020: 2.635.430,48 €).

c) Quantia de inventários registada pelo justo valor menos custos de venda

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

d) Quantia de inventários reconhecida como gasto no período

O detalhe dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas é como segue:

	2021	2020
Gasóleo p/consumo	3 492 996,20	2 635 430,48
Consumo de lubrificantes	60 729,20	54 541,81
Consumo Bilhetes	14 935,80	-
Total	**3 568 661,20**	**2 689 972,29**

O montante de maior relevância corresponde aos consumos de combustível realizado pelas embarcações na atividade de exploração.

O consumo de combustível reflete o impacto na atividade de exploração da Soflusa, decorrente da pandemia provocada pelo covid-19, destacando-se a fixação do limite máximo de 1/3 da taxa de ocupação, determinada pelas medidas de contingência. Em 2021 registou-se um menor número de viagens (41.085) e o consumo de 6.405.089 L de combustível, para disponibilizar 185.201.395 LKO, quando em 2020, para disponibilizar 177.694.515 LKO, tinham sido realizadas 42.291 viagens e consumidos 6.635.011 litros de combustível. O principal aspeto que justifica o significativo aumento de gastos com gasóleo em 2021, decorre da variação do preço médio por litro: em 2020, face ao contexto económico, o preço do combustível encontrava-se anormalmente baixo (custo médio por L = 0,40 €). Em 2021, o custo médio por litro associado aos consumos ascendeu a 0,55 €.

O apuramento do custo das matérias consumidas nos exercícios de 2021 e 2020 foi determinado como segue:

	2021	2020
Existências iniciais	130 145,28	127 187,05
Compras de materiais diversos	3 803 591,64	2 773 800,93
Regularização de existências	(208 909,83)	(80 870,41)
Existências finais	(156 165,89)	(130 145,28)
Gastos do exercício	**3 568 661,20**	**2 689 972,29**

e) Quantia de redução de inventários reconhecida como gasto no período

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

f) Quantia das perdas por imparidade e das reversões de inventários reconhecidas como um gasto do período

A evolução das perdas por imparidade acumuladas e das reversões de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é detalhada como se segue:

Imparidades	Saldo inicial 31.12.2020	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final 31.12.2021
Mercadorias					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	247 256,43				247 256,43
Produtos acabados e intermédios					
Produtos e trabalhos em curso					
Total	**247 256,43**	-	-	-	**247 256,43**

A imparidade de inventários acumulada, foi constituída em 2015, e corresponde aos sobressalentes da frota sem rotação e/ou obsoletos.

No exercício de 2017 foi reconhecido um reforço da imparidade no montante de 14.797,30€, não sendo assinalável qualquer operação em 2020, nem em 2021.

g) Circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é reconhecida quando existem indícios de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existam ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como "imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda de imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não ocorreram quaisquer movimentos de reversão de ajustamento de inventários.

h) Quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantias a passivos

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

11. Agricultura

Norma não aplicável.

12. Contratos de construção

Norma não aplicável.

13. Rendimentos de transações com contraprestação

a) Política contabilística e métodos adotados

VENDAS - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados:

i) Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
ii) Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
iii) Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
iv) Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
v) Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

JUROS - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

b) Quantia de cada categoria de Rendimentos

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, têm a seguinte decomposição:

Rendimento	31.12.2021	31.12.2020
Prestação de Serviços	9 139 314,66	8 452 640,04
Venda de bens	-	-
Outros rendimentos operacionais	662 071,38	694 903,19
Juros	-	-
Total	**9 801 386,04**	**9 147 543,23**

O montante de Prestações de serviços reconhecidos tem o seguinte detalhe:

Descrição	Obs.	2021	2020
Tráfego de Passageiros			
Apoio PART	i)	4 250 502,05	3 542 193,44
Bilhetes	ii)	639 266,76	533 824,15
Passes próprios	iil)	88 314,55	98 303,71
Zapping	iv)	587 276,68	488 855,80
Navegante Metropolitano	i)	3 399 923,27	3 607 043,09
Navegante Municipal	i)	173 658,22	182 077,19
Outros		373,13	342,66
Total		**9 139 314,66**	**8 452 640,04**

i) **Apoio PART/Navegante Metropolitano/Navegante Municipal:** Através do Regulamento nº 278 - A/2019 de 27 de março - Regulamento que define as regras gerais para a implementação do sistema tarifário na área Metropolitana de Lisboa, entrou em vigor o novo passe Navegante (Metropolitano e Municipal) substituindo todos os passes multimodais com valor superior a 40€. No âmbito deste programa PART, que entrou em vigor em abril de 2019, foi estabelecido um modelo de compensação financeira, visando assegurar o nível de receitas reais dos operadores, tomando como referência os meses de abril a dezembro de 2018.

ii) **Bilhetes:** rendimentos de carregamentos de cartões Lisboa Viva (títulos de viagem próprias ocasionais).

iii) **Passes próprios:** passes mensais exclusivos para a carreira da Empresa.

iv) **Zapping:** sistema de aquisição de viagens que permite aos passageiros ocasionais utilizar a Soflusa, a Carris e o Metro Lisboa mediante carregamento de valores, com descontos associados, em suporte Viva Viagem.

O montante reconhecido em Outros Rendimentos diz respeito a rendimentos suplementares e tem o seguinte detalhe:

Descrição		2021	2020
Outros rendimentos			
Afretamento de Navios	i)	432 000,00	402 600,00
Aluguer de Espaços e Outros	ii)	173 046,36	204 323,76
Venda de Cartões p/passes		45 415,94	72 283,62
Cedência de energia		1 667,80	5 270,83
Consumo de água		1 342,89	336,00
Outros	iii)	8 598,39	10 088,98
		662 071,38	**694 903,19**

i) **Afretamento de navios:** refere-se aos rendimentos obtidos com o afretamento à Transtejo de duas embarcações ("Cesário Verde" e "Pedro Nunes") na sequência de contrato de afretamento "a casco nu" celebrado entre as duas sociedades. No ano 2021, o rendimento gerado por esta operação foi de 432.000,00€, e em 2020, o rendimento ascendeu a 402.600,00€.

ii) **Aluguer de Espaços e Outros:** inclui os rendimentos obtidos com licenças de ocupação de espaços comerciais a retalho 122.722,28€ (2020: 161.930,10€), exploração do parque do estacionamento do Barreiro 50.324,08€ (2020: 42.393,66€);

iii) **Outros:** inclui a cedência de espaços para publicidade 7.316,94€ (2020: 9.287,13€), e as comissões (comparticipações em vendas de terceiros) 1.281,45€ (2020: 801,85€).

Assinala-se uma redução destes rendimentos de atividades acessórias, refletindo também o efeito das medidas decorrentes do estado de emergência devido à pandemia Covid-19. Face à conjuntura económica e redução de atividade, a Soflusa atendeu aos pedidos dos concessionários, concedendo a redução temporária de taxas de aluguer de espaços.

c) Rendimentos provenientes da troca de bens ou serviços

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

14. Rendimentos de transações sem contraprestação

14.1. Divulgação das classes de rendimentos sem contraprestação

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 têm a seguinte decomposição na Demonstração de Resultados por Naturezas:

Rendimentos	31.12.2021	31.12.2020
Subsídios obtidos	**3 168 823,98**	**3 065 017,10**
Indemnizações Compensatórias	-	2 828 156,56
Compensação 4/18 e Sub 23	177 359,12	154 833,95
Compensação Passe Social +	104 464,86	82 026,59
Compensação CPSP - Dispon. Infraestruturas	870 000,00	-
Compensação CPSP - Cumprim. Obriga.	2 017 000,00	-
Outros Rendimentos	**1 816 290,80**	**1 655 456,75**

Em 2020, no seguimento das necessidades financeiras decorrentes da redução do nível de receitas provocado pela situação de pandemia, considerando que se encontrava em fase de aprovação o contrato de prestação do serviço público, foi atribuído à Soflusa (através da Transtejo) o montante de Indemnizações Compensatórias, correspondente ao nível de serviço praticado e em coerência com o modelo de financiamento subjacente ao CSP. Tal operação foi realizada a coberto da Resolução do Conselho de Ministros nº 41-A/2020 e ascendeu a 2.828.156,56 € acrescido de IVA.

Na sequência da celebração do contrato de serviço público entre a Transtejo e o Estado português (em 07 de outubro de 2020 e com visto prévio do Tribunal de Contas obtido em 24 de fevereiro de 2021), foi celebrado entre a Transtejo e a Soflusa, em 14 de julho de 2021, um sub-contrato de prestação do serviço público referente à concessão da exploração da ligação fluvial "Lisboa - Barreiro". Após obtenção de visto prévio do Tribunal de Contas a 20 de agosto de 2021, foi dado seguimento á regularização do pagamento das compensações financeiras, tendo sido transferidos pela Transtejo para a Soflusa os montantes referentes às duas componentes: Disponibilização de Infraestruturas = 870.000 € + IVA, Obrigações de Serviço Público = 2.017.000 € + IVA.

O valor registado na rubrica de "Outros Rendimentos" inclui o valor de imputação de subsídios para investimentos, conforme quadro seguinte:

Quantias dos subsídios reconhecidos na demonstração de resultados e no balanço			Período de 2021			Período de 2020		
			Demonstração de Resultados	Balanço		Demonstração de Resultados	Balanço	
			Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em gastos do período	Quantias reconhecidas no capital	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em gastos do período	Quantias reconhecidas no capital
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	Damião de Goes (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	195 707,52	195 707,52	359 269,14	195 707,52	195 707,52	554 976,66
		Miguel Torga (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	197 615,76	197 615,76	461 611,95	197 615,76	197 615,76	659 227,71
		Fernando Namora (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	197 842,20	197 842,20	462 176,86	197 842,20	197 842,20	660 019,06
		Gil Vicente (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	197 864,04	197 864,04	462 025,84	197 864,04	197 864,04	659 889,88
		Jorge Senna (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	192 604,68	192 604,68	450 380,19	192 604,68	192 604,68	642 984,87
		Almeida Garrett (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	192 746,64	192 746,64	449 838,31	192 746,64	192 746,64	642 584,95
		Fernando Pessoa (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	192 828,60	192 828,60	529 634,10	192 828,60	192 828,60	722 462,70
		Antero Quental (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	196 227,96	196 227,96	538 084,40	196 227,96	196 227,96	734 312,36
		FA - Transportes Bicicletas	3 900,00	3 900,00	23 075,00	3 900,00	3 900,00	26 975,00
		FA - Aumento de Lotação	58 186,99	58 186,99	712 253,03	29 559,98	29 559,98	770 440,02
		FA - PEES - Promoção da Mobilidade Sustentável	44 565,52	44 565,52	3 583 735,47	-	-	3 628 301,00
		FA - PEES - Estacionamento Bicicletas	89,27	89,27	9 910,73	-	-	10 000,00
Total			**1 670 179,18**	**1 670 179,18**	**8 041 995,02**	**1 596 897,38**	**1 596 897,38**	**9 712 174,21**

O valor a reconhecer em rendimentos no exercício de 2021 relacionado com os subsídios ao investimento é de 1.670.179,18€ e em 2020 é de 1.596.897,38€, os quais são reconhecidos em rendimentos à medida que são contabilizadas as amortizações e depreciações dos bens subsidiados.

Em setembro de 2020 foi celebrado um protocolo de colaboração técnica e financeira, entre a Soflusa e o Fundo Ambiental, visando a atribuição de financiamento, no âmbito do PEES – Programa de Estabilização Económica e Social, para cobertura financeira de investimentos no âmbito de projetos a desenvolver em 2020 e 2021, visando Intervenções diversas em navios e infraestruturas para promoção de uma mobilidade mais sustentável, designadamente:

- Beneficiações no Terminal do Barreiro
- Reforço do sistema de bilhética e controlo de acessos
- Beneficiações no Terminal do Terreiro do Paço
- Recuperação de infraestruturas marítimas
- Grandes Intervenções na frota de navios
- Instalação de equipamentos de estacionamentos de bicicletas em interfaces de Soflusa

O referido programa contemplou um subsídio no montante de montante de 3.638.301,00€, sendo que 3.628.301,00€ se destinou a financiar medidas de promoção de mobilidade sustentável e 10.000,00€ para estacionamento de bicicletas.

Do montante supra referido, 626.845€ foram recebidos em 2020. Em 2021 foi recebido o montante de 3.011.456 € para afetar a projetos a desenvolver nesse ano, tendo a sua aplicação em compromissos sido limitada ao montante de 2.937.882€, por indisponibilidade de dotação no orçamento da despesa de investimentos e na sequência de constrangimentos face ao contexto de pandemia COVID-19, que causou dificuldades na obtenção dos materiais necessários para o desenvolvimento e conclusão de alguns projetos financiados. Com base nessa exposição foi solicitada e autorizada pelo Fundo Ambiental, entidade gestora do PEES, a prorrogação do prazo de execução dos projetos, até 31-12-2022, tendo transitado o montante de 700.418,68 € por aplicar.

Salienta-se ainda que durante 2021 se manteve em curso o projeto de aumento de lotação dos navios da classe Damen (incremento de 100 lugares por navio), no âmbito do financiamento do Fundo Ambiental (800.000 €) aplicando o subsídio recebido em 2019, no montante de 640.000 € (80%). Este projeto permaneceu em curso no final de 2021, tendo sido condicionado por dificuldades em realizar os trabalhos, devido à necessidade de conciliar a imobilização dos navios a intervencionar face à disponibilidade de unidades mínimas para assegurar a operação.

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos em exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 têm a seguinte decomposição no balanço:

Balanço	Ano 2021	Ano 2020
Activos Sujeitos a restrições Contas a Receber de transações sem contraprestação Adiantamento de recebimentos de transações sem contraprestação	28 327,51	21 773,79
Passivos relacionados com ativos transferidos sujeitos a condições Passivos relativos a empréstimos bonificados sujeitos às condições dos activos transferidos Passivos perdoados		

O valor indicado, corresponde a um valor a receber de subsídios à exploração referente a valores que transitaram de compensações de 4_18 e sub23 e Social+, conforme informação recebida por parte da Secretaria Geral do Ministério do Ambiente.

14.2. Outras divulgações

a) Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de rendimentos provenientes de transações sem contraprestação

No ano de 2020, o valor mais significativo registado nesta rubrica ascendeu a 2.828.156,56€ e corresponde às indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado Português como contrapartida pelo cumprimento das obrigações do serviço público.

O referido montante, encontrava-se inscrito no Orçamento de Estado para 2020, aprovado pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março e teve subjacente a Resolução do Conselho de Ministros nº 41-A/2020 de 09 de junho, que enquadra a atribuição de Indemnizações Compensatórias à Transtejo, referentes à compensação pelo cumprimento das obrigações de serviço público em 2020, no montante de 14.400.000 € + IVA (= 15.264.000 €), responsabilizou a Transtejo, pela transferência para a Soflusa, do montante de 2.843.000 € + IVA (= 3.013.580 €), incluído na referida Indemnização Compensatória;

A Resolução do Conselho de Ministros nº 118/2020 de 30 de dezembro, aprovou a atribuição referente a 2020, de compensações tarifárias (indemnizações compensatórias), referentes aos passes subsidiados ((4_18@escola.tp; sub23@superior.pt e Social+), num total de 236.860,54 € + IVA

Em 2021, enquadrada pelo já referido sub-contrato de prestação de serviço público de transporte, foi realizada a transferência da Compensação Financeira da Transtejo à Soflusa, pelo montante de 2.887.000 € + IVA.

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2021, de 19 de agosto, foi aprovada atribuição referente a 2021, de compensações tarifárias, referentes aos passes subsidiados (4_18@escola.tp; sub23@superior.pt e Social+), num total de 247.145,05 € + IVA.

b) Bases em que foi mensurado o justo valor dos recursos que fluíram para a entidade

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

c) Para as principais classes de réditos de impostos que a entidade não tenha podido mensurar com fiabilidade durante o período em que o acontecimento tributável ocorra, informação acerca da natureza desses impostos

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

d) A natureza e tipo das principais classes de legados, ofertas e doações, evidenciando separadamente as principais classes de bens em espécie recebidos

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

14.3. Serviços em espécie recebidos, incluindo os não reconhecidos

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1. Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verificam cumulativamente as seguintes situações:

i) Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
ii) Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação;
iii) Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro em 2021 e 2020, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

Provisões	Saldo inicial 31.12.2020	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final 31.12.2021
Impostos	81,96	-	-	-	81,96
Contribuições					
Juros de mora					
Garantias a clientes					
Processos judiciais em curso	493 381,54	86 706,68	(316 149,00)	-	263 939,22
Acidentes de trabalho e doenças profissionais					
Matérias ambientais	21 000,00	-	-	-	21 000,00
Contratos onerosos					
Reestruturação					
Outras Provisões					
Total	**514 463,50**	**86 706,68**	**(316 149,00)**	**-**	**285 021,18**

Em 2021, o impacto líquido dos movimentos ocorridos em provisões, ascendeu a 229.442,32 €, destacando-se:

- Reversões, no montante de 316.149 €, referente às provisões que estavam constituídas para o Sindicato da Marinha Mercante, trabalhadores ao serviço da Soflusa e trabalhadores ao serviço de empresas externas, no seguimento do desfecho de processos que implicou a sua utilização;
- Reforços, no montante de 86.706,68 € correspondendo a 84.864,93€ dos trabalhadores ao serviço da Soflusa e de 1.841,75€ da sustentâncora - Construção e Reparação Naval.

Em 2020, o impacto líquido dos movimentos ocorridos em provisões ascendeu a 450.642,62 €, contemplando:

- Reversões, no montante de 570.945,83€, correspondente a provisões que estavam constituídas para o Sindicato dos transportes Fluviais, Costeiros e da Marinha Mercante (redução de 558.870,83 €) e a uma provisão para Matérias Ambientais (redução de 12.075,00 €).
- Reforços, no montante de 108.228,21€ € correspondendo a 1.400,00€ do Sindicato dos Trabalhadores Fluviais, Costeiros e da Marinha Mercante, a 73.328,21€ dos trabalhadores ao serviço da Soflusa, a 25.500,00€ dos trabalhadores ao serviço de empresas externas e de 8.000,00€ da Câmara Municipal de Lisboa.

No final de 2021 o saldo registado em provisões acumuladas ascende a 285.021,18 €, contemplando do antecedente, uma provisão no montante de 21.000 € para riscos ambientais e uma provisão para impostos, no montante de 81,96 €.

15.2. Breve descrição da natureza das obrigações e momento esperado de quaisquer exfluxo de benefícios económicos esperados ou de potencial de serviço

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

15.3. Passivos contingentes

Salienta-se o risco de encargos futuros associados aos processos judiciais referidos no ponto anterior, para os quais se encontra constituída provisão.

15.4. Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2021 a Soflusa não tinha quaisquer ativos contingentes a reportar.

16. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

A Soflusa reconhece as transações e moeda estrangeira às taxas de câmbio das datas das referidas transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas para as taxas de câmbio da data de fecho.

Os itens não monetários mensurados ao custo histórico por uma moeda estrangeira mantêm o valor transposto à data da transação, não sendo atualizados. Os itens não monetários mensurados ao justo valor numa moeda estrangeira são atualizados para as taxas de câmbio à data em que os justos valores foram determinados.

16.1. Diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados

As diferenças de câmbio resultantes de transposições atrás referidas são reconhecidas nos resultados do período em que ocorram.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não existiam diferenças de câmbio registadas.

16.2. Moeda de apresentação

A moeda de apresentação é o Euro.

17. Acontecimentos após a data de relato

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão de 6 de outubro de 2022 pelo Conselho de Administração.

O ano 2021 foi marcado pela retoma da normalidade e recuperação dos níveis de atividade, embora se tenham mantido constrangimentos associados a novos períodos de contingência, medidas de confinamento, teletrabalho obrigatório e algum retrocesso que condicionou a mobilidade e procura dos serviços de transporte. Ainda assim, estas circunstâncias não colocaram em causa a continuidade da

operação da Soflusa, assistindo-se em 2022 (janeiro a agosto) a uma significativa recuperação do nível de receitas.

É nossa convicção que esta retoma progressiva irá marcar os exercícios subsequentes, destacando-se que se têm mantido as medidas de apoio financeiro aplicadas pelo Governo, no âmbito do apoio à prestação do serviço público, designadamente a coberto do Decreto-Lei nº 14-C/2020 de 07 de abril e sucessivas atualizações.

Após o encerramento do período, e até à data da elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas e nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

18. Instrumentos financeiros

18.1. Políticas contabilísticas e bases de mensuração

Os ativos e passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidos pela Soflusa quando esta se torna uma parte das disposições contratuais dos mesmos.

Os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, cujos retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento, ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda de valor nominal e de juro acumulado (excluindo casos de risco de crédito), são mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas. São também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos.

Os demais instrumentos são mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados e os custos de transação na mensuração inicial destes ativos ou passivos financeiros.

As políticas de mensuração de instrumentos financeiros não são alteradas enquanto os mesmos permanecerem na posse da Soflusa.

18.2. Quantia escriturada dos ativos financeiros e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as categorias de ativos e passivos financeiros estão detalhadas conforme segue:

	Notas	31/12/2021			31/12/2020		
		Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia líquida	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia líquida
Ativos Financeiros							
Caixa e equivalentes a caixa							
Caixa		25 269,82		25 269,82	25 855,27		25 855,27
Depósitos bancários		5 902 448,60		5 902 448,60	6 376 747,75		6 376 747,75
		5 927 718,42	-	**5 927 718,42**	**6 402 603,02**	-	**6 402 603,02**
Ativos financeiros ao justo valor por resultados:							
Ativos financeiros detidos para negociação							
...							
		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado:							
Ativos não correntes							
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	g)	160 000,00		160 000,00	3 171 456,00		3 171 456,00
Ativos correntes							
Clientes	a)	242 659,18	(184 510,16)	58 149,02	277 117,18	(184 510,16)	92 607,02
Estado e Outros Entes Públicos	f)	436 471,22		436 471,22	453 017,63		453 017,63
Outras contas a receber	b)	2 117 967,41	(1 536,35)	2 116 431,06	528 422,79	(1 536,35)	526 886,44
		2 957 097,81	**(186 046,51)**	**2 771 051,30**	**4 430 013,60**	**(186 046,51)**	**4 243 967,09**
		8 884 816,23	**(186 046,51)**	**8 698 769,72**	**10 832 616,62**	**(186 046,51)**	**10 646 570,11**
Capital Próprio							
Instrumentos de capital próprio de uma outra entidade							
Mensurados ao custo menos imparidade							
		-	-	-	-	-	-
Passivos Financeiros							
Passivos financeiros ao justo valor por resultados:							

		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros ao custo amortizado							
Passivos não correntes							
Financiamentos bancários		7 202 369,35	-	7 202 369,35	7 163 897,11	-	7 163 897,11
		7 202 369,35	-	**7 202 369,35**	**7 163 897,11**	-	**7 163 897,11**
Passivos correntes							
Financiamentos bancários							
Fornecedores	c)	23 837,81	-	23 837,81	65 688,90	-	65 688,90
Fornecedores de investimento		11 252,80	-	11 252,80	-	-	-
Estado e Outros Entes Públicos	f)	141 751,82	-	141 751,82	172 356,69	-	172 356,69
Outras contas a pagar	d)	711 634,36	-	711 634,36	716 876,04	-	716 876,04
Diferimentos	e)	101 649,70	-	101 649,70	92 123,57	-	92 123,57
Acionistas/ sócios							
		990 126,49	-	**990 126,49**	**1 047 045,20**	-	**1 047 045,20**
		8 192 495,84	-	**8 192 495,84**	**8 210 942,31**	-	**8 210 942,31**

a) Clientes: Nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber decorrentes de protocolos de prestação de serviços de transporte, celebrados com entidades públicas (concessão de viagens, repartição de receitas de passes intermodais, etc.).

b) Outras Contas a receber: A decomposição da rubrica de "Outras contas a receber", é como segue:

Descrição	Obs.	2021	2020
Outros devedores		72 349,77	51 208,16
Imparidade outros devedores		(1 536,35)	(1 536,35)
Outros Devedores		**70 813,42**	**49 671,81**
Compensações tarifárias		28 327,51	21 773,79
Sinistros em regularização	i)	284 212,64	120 842,68
Operadores - Repartição	ii)	5 493,29	5 603,79
Outros acréscimos de rendimentos	iii)	1 572 711,31	328 994,37
Acréscimos de rendimentos		**1 890 744,75**	**477 214,63**
Seguros		154 872,89	0,00
Acréscimos de gastos		**154 872,89**	**0,00**
Total		**2 116 431,06**	**526 886,44**

i) Especializações de regularizações de sinistros e indemnizações a receber, em consequência de incidentes e sinistralidades ocorridas com a frota de navios da Soflusa (estimativa do valor recuperável de participações de sinistros à companhia de seguros Lusitânia, SA);

ii) Especializações da quota-parte atribuível à Soflusa pela venda de passes intermodais por outros operadores públicos de transporte.

iii) Especializações das concessões dos parques de estacionamento, publicidade, licenças de ocupação de espaços e receitas dos terminais e do valor do PART de agosto a dezembro de 2021.

c) Fornecedores: Os saldos mais significativos, registados a 31 de dezembro de 2021 e 2020, são como segue:

Descrição entidade	2021	2020
Primavera, S.A.	7 243,22	-
Transportes Sul do Tejo, S.A.	3 983,78	-
TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, EMT	3 762,12	-
Companhia Carris Ferro Lisboa	2 197,61	-
Câmara Municipal do Barreiro	2 065,83	1 513,19
Policia de Segurança Pública de Setúbal	1 569,60	-
Prosegur - Log. Trat. Val. Portugal, Unipessoal, Lda	1 430,03	2 151,45
Unicre-Inst.Financeira de Crédito, SA.	856,28	-
Via Verde Portugal, SA.	10,46	11,80
Capitania do Porto de Lisboa	-	915,40
EPAL, S.A.	-	1 443,79
Galp Power, S.A.	-	3 548,80
Jaime Rodriguesn Ribeiro (Dr.)	-	615,00
Lusitânia	-	42 519,67
Otlis ACE	-	126,14
Rinave - Reg. Internacional Naval, SA.	-	4 385,74
Soc.. Rebelo de Sousa & Advogados, SP,RL	-	7 853,06
Outras entidades	718,88	604,86
Total	**23 837,81**	**65 688,90**

d) Outras contas a pagar:

Descrição	Obs.	2021	2020
Credores diversos		100 131,69	118 203,75
Outros credores		100 131,69	118 203,75
Remunerações a pagar	i)	483 795,19	514 175,28
Outros	ii)	127 707,48	84 497,01
Acréscimo de gastos		611 502,67	598 672,29
Total		**711 634,36**	**716 876,04**

Em "Credores Diversos" o montante mais significativo corresponde ao reconhecimento em 2020 de um valor que se encontra pendente de apreciação pela Tutela, correspondente a compensação, alegadamente recebida em excesso, no montante de 104.797,01 acrescido de IVA, no âmbito do contrato de serviço público celebrado com o Estado, vigente em 2012-2014.

Os "Acréscimos de Gastos" correspondem ao reconhecimento dos seguintes encargos futuros:

i) Remunerações a pagar - Especialização de encargos a pagar em 2022 e 2021 aos colaboradores, relativos a gastos com férias, subsídio de férias, encargos sociais e abonos variáveis, como sejam o subsídio de alimentação, o subsídio de catamarã, prémio de assiduidade, entre outros, cujo direito foi adquirido, respetivamente, em 2021 e 2020, pelos montantes de 483.433,77 € e 514.175,28 €;

ii) Outros acréscimos de gastos - Inclui especializações diversas de fornecimentos e serviços externos, nomeadamente montantes referentes aos ajustes de carregamento de passes face a repartição de receita (29.754,39€ em 2021) e gastos do 4º. Trimestre suportados pela Acionista referentes a serviços.

e) Diferimentos: Especialização das receitas de carregamentos de passes intermodais, passes próprios, combinados e zapping, obtidas em dezembro, referentes a janeiro do ano seguinte.

f) Estado e Outros Entes Públicos: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos da rubrica de Estado e outros entes públicos apresentam a seguinte decomposição:

	2021		2020	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
IRC - Imposto s/ rendimento das pessoas coletivas	50 835,61	0,00	50 835,61	0,00
Retenções na fonte de prediais	0,00	496,82	0,00	3 682,01
Imposto a recuperar	57 715,30	0,00	0,00	0,00
Imposto a pagar	0,00	0,00	0,00	53 383,46
IRS - Imposto s/ rendimento das pessoas singulares	0,00	43 893,87	0,00	37 099,50
IRC - Imposto s/ rendimento das pessoas coletivas	0,00	3 117,61	0,00	0,00
IVA - Imposto s/ valor acrescentado	327 920,31	0,00	402 182,02	0,00
Contribuições p/ segurança social	0,00	93 597,22	0,00	77 545,42
Outras tributações	0,00	646,30	0,00	646,30
Total	**436 471,22**	**141 751,82**	**453 017,63**	**172 356,69**

O saldo devedor de IRC em 2021 corresponde ao montante do PEC dos exercícios de 2014 (15.484,10€), 2016 (17.274,61€) e 2018 (18.076,90€).

Em 31 de dezembro de 2021, o valor de IVA a receber ascendia a 327.920,31€, cujo reembolso, no montante de 200.000,00€ foi solicitado em novembro de 2021 e recebido na totalidade em março de 2022.

Os valores credores identificados correspondem a saldos de natureza corrente para com os Centros Regionais de Segurança Social (contribuições do pessoal e da entidade empregadora para a Segurança Social) e ainda retenções de Impostos Sobre o Rendimento sobre entidades terceiras.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

Imposto sobre o rendimento corrente

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os montantes a receber e a pagar relativos a IRC têm a seguinte composição:

	2021	2020
Imposto a recuperar	59 402,50	0,00
Imposto a pagar	(1 687,20)	(53 383,46)
Total	**57 715,30**	**(53 383,46)**
Estimativa de imposto a pagar	(1 687,20)	(53 383,46)
Retenções na fonte de terceiros	59 402,50	0,00
Total	**57 715,30**	**(53 383,46)**

O montante relativo à estimativa de imposto corrente sobre o rendimento foi registado por contrapartida das seguintes rubricas:

	2021	2020
Tributação Autónoma	**(1 687,20)**	**(59 975,29)**
Outros	0,00	6 591,83
Total	**(1 687,20)**	**(53 383,46)**

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social até 2000), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2016 a 2020 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se sujeita, adicionalmente, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Prejuízos fiscais	2021	2020
Gerados no Exercício de 2021	1 059 745,44	
Gerados no exercício de 2019	1 664 254,19	1 664 254,19
Gerados no exercício de 2018	1 840 063,48	1 840 063,48
Gerados no exercício de 2017	1 197 040,85	1 197 040,85
Gerados no exercício de 2016	1 447 018,44	1 447 018,44
Gerados no exercício de 2015	8 627,57	8 627,57
Gerados no exercício de 2014	2 187 347,26	2 187 347,26
	9 404 097,23	**8 344 351,79**

Em 31 de dezembro de 2021 existia uma diferença temporária relativa a prejuízos a reportar no valor de 9,40 Milhões €. A Empresa entendeu não reconhecer o correspondente ativo por imposto diferido, em virtude da existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização de tais prejuízos a reportar. A Empresa encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas ("IRC"), à taxa de 21% sobre a matéria coletável, acrescida de Derrama Municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, perfazendo uma taxa agregada de 22,5%.

Nos termos do artigo 87º - A do Código do IRC, os lucros tributáveis que excedam os 1,5 Milhões € são sujeitos a Derrama Estadual à taxa de 3% até aos 7,5 Milhões €, 5% para entidades com um lucro tributável entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros e 9% para entidades com um lucro tributável superior a 35.000.000 euros. Em resultado das sucessivas modificações ao Código do IRC, foi limitada a dedução dos prejuízos fiscais a 70% do lucro tributável a partir de 2015, e foram sendo alterados os períodos de reporte de prejuízos fiscais (ver quadro acima).

Nos exercícios de 2021 e 2020, a reconciliação entre as taxas nominal e efetiva de imposto, é como segue:

	2021	2020
Resultado antes de imposto	(1 057 495,44)	926 156,78
Taxa nominal de imposto até 15.000€	17,00%	17,00%
Taxa nominal de imposto	21,50%	21,50%
Imposto esperado	-	-
Diferenças temporárias e permanentes		
Provisões não dedutíveis	-	-
Estim. IRC e insufic. estimativa imposto	-	-
Perdas por imparidade em inventários	-	-
Donativos não previstos	-	-
Diferença entre mais e menos valias fiscais	-	-
Mais valias contabilísticas	-	-
Limitação dedução gastos de financiamento	-	-
Outras deduções	(2 250,00)	(2 250,00)
Total dos acertos	(2 250,0)	(2 250,0)
Lucro tributável	-	923 906,78
Prejuízos fiscais	(1 059 745,44)	-
Materia colectável	(1 059 745,44)	923 906,78
Colecta + Derrama	-	-
Ajustamentos à colecta - tributação autónoma	1 687,20	53 383,46
Ajustamentos à colecta - derrama municipal	-	-
Impostos sobre o rendimento do período	**1 687,20**	**53 383,46**
Taxa efectiva de imposto	0,00	0,06
Imposto corrente	1 687,20	53 383,46
Imposto diferido	-	-
	1 687,20	**53 383,46**

g) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis:

Reporta-se o valor por receber do Fundo Ambiental no montante de 160.000,00€, referente ao protocolo celebrados com a Soflusa: Projeto de otimização de frota / aumento de lotação da classe Damen.

18.3. Bases de determinação do justo valor.

Nada a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

18.4. Instrumentos de capital próprio cuja mensuração do justo valor deixou de ser fiável

Nada a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

18.5. Ativos financeiros transferidos que não se qualificaram como desreconhecimento

Nada a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

18.6. Ativos financeiros dados em garantia, como colateral de passivos ou passivos contingentes

Nada a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

18.7. Situações de incumprimento para empréstimos obtidos reconhecidos à data do balanço

Nada a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

18.8. Incumprimento, durante o período, dos termos de contratos de empréstimo obtidos que impliquem pagamento acelerado

Nada a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

18.9. Dívidas superiores a 5 anos e dívidas cobertas por garantias reais

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros da Soflusa por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela correspondem a fluxos de caixa contratuais não descontados:

31 de Dezembro de 2021	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamento obtidos correntes			
Empréstimo Acionista	-	-	7 202 369,35
Descobertos Bancários	-	-	-
Contas Correntes Caucionadas	-	-	-
Outros	-	-	-
Total	-	-	7 202 369,35
Fornecedores	23 837,81	-	-

31 de Dezembro de 2020	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamento obtidos correntes			
Empréstimo Acionista	-	-	7 163 897,11
Descobertos Bancários	-	-	-
Contas Correntes Caucionadas	-	-	-
Outros	-	-	-
Total	-	-	7 163 897,11
Fornecedores	65 688,90	-	-

Nenhuma das dívidas em 31 de dezembro de 2021 e 2020, constantes da tabela anterior se encontra coberta por garantias reais.

18.10. Rendimentos e gastos de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Soflusa não dispunha de quaisquer instrumentos financeiros geradores de ganhos ou perdas a reportar.

18.11. Contabilidade de cobertura

Não aplicável na Soflusa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

18.12. Cobertura de risco de taxa de juro fixa

Não aplicável na Soflusa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

18.13. Cobertura do risco de taxa de juro variável

Não aplicável na Soflusa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

18.14. Instrumentos de capital próprio

Não aplicável na Soflusa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

18.15. Ações representativas do capital

Em 31 de Dezembro de 2021, o Capital Social da Soflusa, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 11.900.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

O detalhe do capital social em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

2021		2020	
Número de acções	Capital Social	Número de acções	Capital Social
11 900 000	59 500 000	11 900 000	59 500 000

A Soflusa não possui quaisquer ações próprias em carteira à data de 31 de dezembro de 2021 e 2020.

18.16. Reconciliação do número de ações em circulação

Não aplicável na Soflusa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

18.17. Aumentos de capital realizados no período

Não se verificaram aumentos de capital no período findo a 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021 o Capital Próprio (Património Líquido) encontrava-se inferior a metade do Capital Social da Empresa, pelo que nos termos do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006 de 29 de março, o Conselho de Administração, na Assembleia Geral que irá ser convocada para a aprovação das contas do período, alertará o Acionista para que sejam tomadas as medidas julgadas convenientes, propondo a inclusão na ordem de trabalhos de um ponto sobre a matéria.

18.18. Outros instrumentos de capital próprio emitidos

Outras componentes do capital próprio referem-se às Prestações Suplementares e Resultados Transitados:

	Prestações Suplementares	Resultados Transitados	Total
1 de janeiro 2020	**3 720 000,00**	**(57 307 219,50)**	**(53 587 219,50)**
Aplicação do Resultado de 2019	-	(1 659 356,71)	(1 659 356,71)
31 de dezembro de 2020	**3 720 000,00**	**(58 966 576,21)**	**(55 246 576,21)**
Aplicação resultado de 2020	-	866 181,49	866 181,49
31 de dezembro de 2021	**3 720 000,00**	**(58 100 394,72)**	**(54 380 394,72)**

Prestações suplementares

As prestações suplementares, no montante de 3.720.000€, não vencem juros nem têm prazo de reembolso definido. De acordo com a legislação vigente as prestações suplementares só podem ser restituídas aos acionistas desde que o capital próprio, após a sua restituição, não fique inferior a soma do Capital Social e das reservas não distribuíveis.

Resultados transitados

Por deliberação da Assembleia Geral, realizada em 05 de julho de 2022, os prejuízos do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram transferidos integralmente para resultados transitados.

No final do de julho de 2021, foi dado a conhecer ao Conselho de Administração o Despacho n.º 650/2021 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro de 21-07-2021, homologando o relatório n.º 62/2021 da IGF referente à auditoria de seguimento ao Grupo Transtejo, sobre o cumprimento das recomendações formuladas no relatório n. º1786/2016. Este Despacho foi dirigido ao Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática e ao Senhor Secretário de Estado da Mobilidade.

A auditoria em apreço incidiu sobre a verificação do cumprimento pela Transtejo e Soflusa, do contrato de prestação de serviço público, celebrado com o Estado Português, vigente entre 2012 e 2014. Recomenda a IGF, que seja promovida a articulação entre o Grupo Transtejo e o Acionista, no sentido da adoção do mecanismo que se mostre mais adequado, atendendo às dificuldades financeiras das empresas, para a resolução de alegada pendência relativa à regularização de compensações financeiras recebidas em excesso, no montante de 730.331,36 € (acrescido de IVA). Do montante de 730.331,36€ (acrescido de IVA), imputado ao Grupo Transtejo, corresponde à Soflusa apenas o montante de 104.797,01€ (acrescido de IVA).

O montante supra referido, correspondente à Soflusa, foi contabilizado na rubrica "outros credores" em 2020 e no final de 2021 permanece por regularizar, tendo já sido estabelecidos contactos com a DGTF solicitando a apreciação deste assunto.

18.19. Riscos relativos a instrumentos financeiros

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

18.20. Outras situações

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

18.21. Participações de capital em entidades que sejam subsidiárias, associadas ou entidades conjuntamente controladas

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

18.22. Investimentos financeiros inscritos por uma quantia acima do seu justo valor

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

19. Benefícios dos empregados

Norma não aplicável.

20. Divulgações de partes relacionadas

20.1. Divulgação de controlo

Empresa-mãe: Transtejo - Transportes Tejo, S.A.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Soflusa não exercia controlo sobre qualquer entidade.

20.2. Transações entre partes relacionadas

a) Natureza do relacionamento entre partes relacionadas

Partes relacionadas	Sede	Percentagem de Participação	
		31.12.2021	31.12.2020
Empresa-mãe:			
Transtejo - Transportes Tejo, S.A.	Terminal Fluvial do Cais do Sodré Rua Cintura do Porto de Lisboa 1249-249 Lisboa	100%	100%
Entidades conjuntamente controladas:			
Subsidiárias:			
Associadas:			
Outras entidades:			

b) Transações que ocorreram entre partes relacionadas

Transações	31 de dezembro de 2021				31 de dezembro de 2020			
	Compra ou venda de ativos	Compra ou venda de bens	Prestação de serviços	Outras	Compra ou venda de ativos	Compra ou venda de bens	Prestação de serviços	Outras
Empresa-mãe								
Transtejo - Transportes Tejo, S.A.	-	-	2 887 000,00	624 280,30	-	-	310 028,42	653 520,65
Outras partes relacionadas								
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	-	-	10 664,81	249,63	-	-	43 683,18	707,46
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	-	-	65 169,43	149 835,03	-	-	60 129,48	158 332,97
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	-	-	-	-	-	-	-	-
Otlis, A.C.E.	-	-	353 347,44	4 317,70	-	-	2 717 374,71	72 827,35
	-	-	**3 316 181,68**	**778 682,66**	-	-	**3 131 215,79**	**885 388,43**

c) Quantias ou proporções de itens em saldo

Saldos	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Saldos Ativos	Saldos Passivos	Saldos Ativos	Saldos Passivos
Empresa-mãe				
Transtejo - Transportes Tejo, S.A.	-	7 202 369,35	-	7 163 897,11
Entidades com controlo conjunto				
Subsídiárias				
Associadas				
Interesses em emprrendimentos conj.				
Pessoal chave de gestão				
Outras Partes relacionadas				
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	9 372,20	2 197,61	-	-
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	23 892,61	-	58 444,41	-
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	-	-	-	-
Otlis, A.C.E.	-	566,29	3 752,32	702,07

21. Relato por segmentos

A Soflusa detém apenas um segmento operacional, o que consiste na exploração da travessia fluvial de passageiros entre Lisboa e o Barreiro. A Soflusa não prepara informação financeira específica para reporte e relato por segmentos.

22. Interesses em outras entidades

Norma não aplicável.

23. Outras divulgações

23.1. Informação sobre o regime da prestação do serviço público

a. Regime de concessão

A Empresa foi constituída em 1992 pela C.P. - Caminhos-de-Ferro Portugueses, E.P., ao abrigo das disposições dos seus Estatutos - que incluíam a concessão da ligação Lisboa - Barreiro para articulação da rede ferroviária a norte e a sul do Tejo - com o objetivo de explorar aquela ligação.

Em dezembro de 2001 a Empresa foi integralmente adquirida pela Transtejo - Transportes Tejo, S.A.

Em dezembro de 2009, com a publicação dos novos estatutos da C.P. - Comboios de Portugal, E.P.E., foi extinta a base legal na qual lhe era concedida a concessão da exploração da ligação Lisboa - Barreiro, não tendo até ao momento sido, a mesma, formalmente atribuída à Transtejo.

b. Contrato de serviço público (CSP)

Em setembro de 2012, foi celebrado entre o Estado Português e a Empresa um Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros, que vigorou pelo período de 3 anos (2012-2014), através do qual foram definidas as condições de prestação por parte da Soflusa, do serviço público de transporte fluvial de passageiros, entre as duas margens do rio Tejo, na ligação Lisboa - Barreiro.

Em 07 de outubro de 2020 foi celebrado um novo Contrato de Serviço Público entre a Transtejo e o Estado (tendo obtido visto prévio do Tribunal de Contas em 24 de fevereiro de 2021), no qual foi contemplada a possibilidade de subcontratação, pela Transtejo à Soflusa, da exploração da ligação Lisboa - Barreiro.

Nessa sequência, em 14 de julho de 2021, foi assinado, entre a Transtejo e a Soflusa, um sub-contrato de serviço público referente à concessão da exploração da referida ligação fluvial, tendo obtido visto prévio do Tribunal de Contas a 20 de agosto de 2021.

Destacam-se, nas obrigações do serviço público subjacentes ao CSP (subcontrato):

- Assegurar a oferta do número de circulações anuais, de acordo com a especificação definida o no contrato;
- Praticar, nos termos da legislação em vigor, preços de transporte controlados administrativamente, nos termos da legislação em vigor;
- Assegurar o transporte das pessoas e entidades com direito de transporte gratuito ou a preços bonificados, nos termos da legislação em vigor.

Contempla ainda a determinação do montante das compensações financeiras a atribuir pelo cumprimento das obrigações de serviço público (OSP) e pela disponibilização de infraestruturas em condições de segurança e qualidade e operacionalidade estabelecidas (DI).

Os efeitos financeiros deste contrato, reportados a 01 de janeiro de 2021, apresentam-se detalhadamente em ponto específico deste anexo (nota 14.1).

23.2. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos, referente aos exercícios de 2021 e 2020, é como segue:

		2021	2020
Conservação e reparação	i)	3 386 510,61	2 214 190,45
Seguros	ii)	326 938,45	351 352,19
Vigilância e segurança	iii)	337 006,81	315 892,03
Trabalhos especializados	iv)	490 698,16	327 753,07
Limpeza, higiene e conforto	v)	206 963,04	239 045,31
Eletricidade	vi)	55 146,01	66 591,15
Rendas e alugueres	vii)	150 785,40	154 785,40
Outros		156 334,70	151 280,79
Fornecimentos e serviços externos		**5 110 383,18**	**3 820 890,39**

i) Conservação e reparação: os gastos desta natureza resultam de intervenções correntes efetuadas na frota, englobando diversas ações de manutenção de carácter preventivo e corretivo, executadas em estaleiros e em oficinas especializadas. Inclui ainda, o Serviço de Gestão Técnica da frota, subcontratado à entidade SCMA - Sociedade de Consultores marítimos Lda. O valor registado em 2021, reflete o esforço de recuperação das intervenções na frota, que em 2020 foram condicionadas por insuficiência de recursos financeiros, materiais e humanos, em consequência da situação de pandemia que afetou o normal funcionamento dos serviços e cadeia económica

ii) Seguros: esta rubrica inclui prémios de seguro para diversas coberturas de risco sendo o mais significativo, relacionado com o ramo marítimo-cascos (riscos de navegação) referente às 11 embarcações que compõem a frota da Empresa;

iii) Vigilância e segurança: encargos suportados com os serviços de segurança e vigilância humana prestados por entidades externas, nos terminais do Barreiro e Terreiro do Paço;

iv) Trabalhos especializados: serviço de natureza diversa, dos quais se destaca o recurso a mão-de-obra externa para fazer face a necessidades temporárias de recursos humanos (com maior relevância para as áreas operacionais) e ainda encargos com as inspeções e vistorias de certificação e classificação estatutária de classe das embarcações. O valor elevado registado em 2021 reflete um gasto com despesas estatutárias, sociedades classificadoras e fiscalização do contrato de manutenção;

v) Limpeza, Higiene e conforto: gastos do período associados aos serviços de higiene e limpeza das instalações e embarcações, prestados por uma entidade externa;

vi) Eletricidade: gastos de consumo de eletricidade do terminal do Terreiro do Paço e do Barreiro;

vii) Rendas e alugueres: gastos de arrendamento pela concessão do uso das instalações do Terminal Fluvial do Barreiro, incluindo taxas referentes ao uso de bens domínio publico.

23.3. Gastos com o pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2021 e 2020, foram como segue:

	2021	2020
Remunerações		
Orgãos sociais	-	648,44
Pessoal	3 122 012,99	3 087 661,30
Sub-total	**3 122 012,99**	**3 088 309,74**
Indemnizações	256 077,48	306,09
Encargos sobre remunerações	742 601,10	696 877,43
Seguros acidentes de trabalho	86 706,87	88 934,82
Gastos acção social		-
Outros gastos com pessoal	93 540,35	113 747,03
Sub-total	**1 178 925,80**	**899 865,37**
Total de gastos com o pessoal	**4 300 938,79**	**3 988 175,11**

O número de efetivos em 31 dezembro de 2021 foi de 138 (em 31 dezembro de 2020: 135), assinalando-se um aumento de 3 trabalhadores, refletindo-se esse impacto no ligeiro acréscimo de gastos com remunerações

23.4. Outros gastos operacionais

O detalhe da rubrica de "Outros Gastos", referente aos exercícios de 2021 e 2020, é como segue:

Descrição	2021	2020
Outros Gastos		
Outros Gastos e Perdas	31 222,87	30 149,46
	31 222,87	**30 149,46**

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Outros gastos" compreende, essencialmente, taxas associadas aos consumos de água e de eletricidade, no montante global de (24.999,49€), imposto s/ transporte rodoviário no montante de (162,33€), quotizações no montante de (4.500,00€), multas não fiscais (938,00€) e de outras regularizações no montante global de (623,05€).

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva

Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Gonçalo Maria R. C. de Almeida e Vasconcelos



SOFLUSA - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.

Exercício de 2021 - Contas Individuais

Demonstrações Orçamentais & Anexo às Demonstrações Orçamentais

TTSL
TRANSTEJO SOFLUSA

Demonstração do Desempenho Orçamental

Rubrica	Recebimentos	Fontes de Financiamento (n)						n-1
		RP	RG	U E	EMPR	Fundos Alheios	Total	
	Saldo de gerência anterior							
	Operações orçamentais (1)	**6 365 690,07**	**30 383,67**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**6 396 073,74**	**5 017 533,50**
	Restituição do saldo por. Orçamentais							
	Operações de tesouraria (A)					6 529,28	6 529,28	-3 689,26
	Receita corrente	**16 473 466,40**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**16 473 466,40**	**10 458 054,16**
R1	**Receita Fiscal**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
R11	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistema de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5	**Transferências Correntes**	**3 339 807,80**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3 339 807,80**	**9 360,00**
R51	**Administrações Públicas**	**3 339 807,80**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3 339 807,80**	**9 360,00**
R511	Administração central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R512	Administração Central - Outras entidades	3 339 807,80	0,00	0,00	0,00	0,00	3 339 807,80	9 360,00
R513	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R514	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R515	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R52	Exterior - EU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R53	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	12 197 761,03	0,00	0,00	0,00	0,00	12 197 761,03	9 608 759,11
R7	Outras receitas correntes	935 897,57	0,00	0,00	0,00	0,00	935 897,57	839 935,05
	Receita de capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**636 310,98**
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	**Transferências de Capital**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**626 845,00**
R91	**Administrações Públicas**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**626 845,00**
R911	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R912	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	626 845,00
R913	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R914	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R915	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R92	Exterior - EU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R93	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9 465,98
	Receita efetiva (2)	**16 473 466,40**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**16 473 466,40**	**11 094 365,14**
	Receita não efetiva (3)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1 000 000,00**
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 000 000,00
	Soma (4)= (1)+(2)+(3)	**22 839 156,47**	**30 383,67**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**22 869 540,14**	**17 111 898,64**
	Operações de tesouraria (B)	0,00	0,00	0,00	0,00	22 673,05	22 673,05	53 419,47

O Conselho de Administração:

Dra Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva

Eng. Luis Filipe Dias Carvalho Maia

TTSL
TRANSTEJO SOFLUSA

Rubrica	Pagamentos	Fontes de Financiamento (n)						n-1
		RG	RP	U E	EMPR	Fundos Alheios	Total	
	Despesa corrente	**14 219 188,88**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**14 219 188,88**	**9 736 201,36**
D1	Despesas com o pessoal	**4 154 986,53**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4 154 986,53**	**2 854 395,46**
D11	Remunerações certas e permanentes	2 467 064,08	0,00	0,00	0,00	0,00	2 467 064,08	1 353 108,17
D12	Abonos variáveis ou eventuais	901 715,01	0,00	0,00	0,00	0,00	901 715,01	804 930,62
D13	Segurança Social	786 207,44	0,00	0,00	0,00	0,00	786 207,44	696 356,67
D2	Aquisição de bens e serviços	9 923 910,33	0,00	0,00	0,00	0,00	9 923 910,33	6 838 300,26
D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4	**Transferências correntes**	**3 201,19**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3 201,19**	**9 446,32**
D41	**Administrações Públicas**	**3 201,19**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3 201,19**	**9 446,32**
D4.1.1	**Administrações Públicas**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	3 201,19	0,00	0,00	0,00	0,00	3 201,19	9 446,32
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras Despesas Correntes	137 090,83	0,00	0,00	0,00	0,00	137 090,83	34 059,32
	Despesa de capital	**2 674 346,63**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2 674 346,63**	**1 395 534,17**
D6	Aquisição de bens de capital	**2 674 346,63**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2 674 346,63**	**1 395 534,17**
D7	**Transferência e subsídios de capital**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
D7.1	**Transferências de capital**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
D7.1.1	**Administrações Públicas**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesa efetiva (5)	**16 893 535,51**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**16 893 535,51**	**11 131 735,53**
	Despesa não efetiva (6)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Soma (7) = (5)+(6)	**16 893 535,51**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**16 893 535,51**	**11 131 735,53**
	Operações de tesouraria (C)	0,00	0,00	0,00	0,00	77 488,54	77 488,54	43 200,93
	Saldo para a gerência seguinte							
	Operações orçamentais (8)= (4)-(7)	5 945 620,96	30 383,67	0,00	0,00	0,00	5 976 004,63	5 980 163,11
	Operações de tesouraria (D)= (A)+(B)-(C)	0,00	0,00	0,00	0,00	-48 286,21	-48 286,21	6 529,28
	Saldo global (2)-(5)	**-420 069,11**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-420 069,11**	**-37 370,39**
	Despesa primária	16 893 535,51	0,00	0,00	0,00	0,00	16 893 535,51	11 131 735,53
	Saldo corrente	2 254 277,52	0,00	0,00	0,00	0,00	2 254 277,52	1 245 014,41
	Saldo de capital	-2 674 346,63	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 674 346,63	-866 474,17
	Saldo primário	-420 069,11	0,00	0,00	0,00	0,00	-420 069,11	-37 370,39
	Receita total (1)+(2)+(3)	**22 839 156,47**	**30 383,67**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**22 869 540,14**	**17 111 898,64**
	Despesa total (5)+(6)	**16 893 535,51**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**16 893 535,51**	**11 131 735,53**

O Conselho de Administração:

Dra Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva

Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Classificações orçamentais detalhadas	Previsões corrigidas	Previsões por liquidar	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Recebimentos diferidos	Receitas por cobrar no final do período
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		
Receita corrente	**18 987 894,00**	**0,00**	**3 669 155,31**	**14 569 512,44**	**1 475 566,48**	**16 547 410,55**	**73 944,15**	**73 944,15**	**107 082,32**	**16 366 384,08**	**16 473 466,40**	**0,00**	**289 634,87**
R1 Receita Fiscal	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
R1.1 Impostos diretos													
R1.2 Impostos indiretos													
R2 Contribuições para sistema de proteção social e subsistemas de saúde													
R3 Taxas, multas e outras penalidades													
R4 Rendimentos de Propriedade													
R5 Transferências correntes	**3 928 352,00**	**0,00**	**3 339 807,80**	**0,00**	**0,00**	**3 339 807,80**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3 339 807,80**	**3 339 807,80**	**0,00**	**0,00**
R5.1 Administrações Públicas	**3 928 352,00**	**0,00**	**3 339 807,80**	**0,00**	**0,00**	**3 339 807,80**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3 339 807,80**	**3 339 807,80**	**0,00**	**0,00**
R5.1.1 Administração Central - Estado													0,00
R5.1.2 Administração Central - Outras entidades	3 928 352,00		3 339 807,80	0,00	0,00	3 339 807,80	0,00	0,00	0,00	3 339 807,80	3 339 807,80	0,00	0,00
R5.1.3 Segurança Social													
R5.1.4 Administração Regional													
R5.1.5 Administração Local													
R5.2 Exterior - EU													
R5.3 Outras													
R6 Venda de bens e serviços	13 659 542,00		135 321,79	13 612 370,34	1 475 334,53	12 271 705,18	73 944,15	73 944,15	106 949,57	12 090 811,46	12 197 761,03		74 596,57
R7 Outras receitas correntes	1 400 000,00		194 025,72	957 142,10	231,95	935 897,57	0,00	0,00	132,75	935 764,82	935 897,57		215 038,30
Receita de capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
R8 Venda de bens de investimento													
R9 Transferências de capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
R9.1 Administrações Públicas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
R9.1.1 Administração Central - Estado													
R9.1.2 Administração Central - Outras entidades													
R9.1.3 Segurança Social													
R9.1.4 Administração Regional													
R9.1.5 Administração Local													
R9.2 Exterior - EU													
R9.3 Outras													
R10 Outras receitas de capital													
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	303,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Receita efetiva (2)	**18 987 894,00**	**0,00**	**3 669 155,31**	**14 569 512,44**	**1 475 566,48**	**16 547 410,55**	**73 944,15**	**73 944,15**	**107 082,32**	**16 366 384,08**	**16 473 466,40**	**0,00**	**289 634,87**
Receita não efetiva (3)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
R12 Receita com ativos financeiros													
R13 Receita com passivos financeiros													
Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	6 396 075,00		0,00	6 396 073,74	0,00	6 396 073,74	0,00	0,00	0,00	6 396 073,74	6 396 073,74		300,00
Total	**25 384 272,00**	**0,00**	**3 669 155,31**	**20 965 586,18**	**1 475 566,48**	**22 943 484,29**	**73 944,15**	**73 944,15**	**107 082,32**	**22 762 457,82**	**22 869 540,14**	**0,00**	**289 934,87**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva

Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Classificações orçamentais detalhadas	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos	Descativos	Dotações Disponíveis	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas brutas	Reposições abatidas ao pagamentos		Despesas Pagas Líquidas			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar
										Emitidas	Recebidas	Períodos anteriores	Período corrente	Total		
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)=(12)+(13)	(15)=(7)-(8)	(16)=(8)-(14)
Despesa Corrente	**168 230,19**	**15 572 326,00**	**2 013 282,00**	**2 013 282,00**	**233 422,29**	**15 338 903,71**	**15 338 903,71**	**14 398 428,38**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**138 922,26**	**14 080 266,62**	**14 219 188,88**	**940 475,33**	**179 239,50**
D1 Despesas com o pessoal	**115 218,55**	**4 496 726,00**	**0,00**	**0,00**	**182 940,45**	**4 313 785,55**	**4 313 785,55**	**4 313 785,55**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**115 217,63**	**4 039 768,90**	**4 154 986,53**	**0,00**	**158 799,02**
D1.1 Remunerações certas e permanentes	62 265,08	2 720 885,00	0,00	0,00	177 973,53	2 542 911,47	2 542 911,47	2 542 911,47				62 264,23	2 404 799,85	2 467 064,08	0,00	75 847,39
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais		919 836,00	0,00	0,00	1,93	919 834,07	919 834,07	919 834,07				0,00	901 715,01	901 715,01	0,00	18 119,06
D1.3 Segurança Social	52 953,47	856 005,00	0,00	0,00	4 964,99	851 040,01	851 040,01	851 040,01				52 953,40	733 254,04	786 207,44	0,00	64 832,57
D2 Aquisição de bens e serviços	52 881,64	10 924 424,00	1 648 235,00	1 648 235,00	50 476,80	10 873 947,20	10 873 947,20	9 943 494,53				23 574,63	9 900 335,70	9 923 910,33	930 452,67	19 584,20
D3 Juros e outros encargos																
D4 Transferências correntes	**0,00**	**3 202,00**	**0,00**	**0,00**	**0,81**	**3 201,19**	**3 201,19**	**3 201,19**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3 201,19**	**3 201,19**	**0,00**	**0,00**
D4.1 Administrações Públicas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
D4.1.1 Administração Central - Estado																
D4.1.2 Administração Central - Outras entidades																
D4.1.3 Segurança Social																
D4.1.4 Administração Regional																
D4.1.5 Administração Local																
D4.2 Instituições sem fins lucrativos																
D4.3 Famílias	0,00	3 202,00	0,00	0,00	0,81	3 201,19	3 201,19	3 201,19				0,00	3 201,19	3 201,19	0,00	0,00
D4.4 Outras																
D5 Subsídios																
D6 Outras despesas correntes	130,00	147 974,00	365 047,00	365 047,00	4,23	147 969,77	147 969,77	137 947,11				130,00	136 960,83	137 090,83	10 022,66	856,28
Despesa de Capital	**0,00**	**3 528 047,00**	**0,00**	**0,00**	**447 966,57**	**3 080 080,43**	**3 080 080,43**	**2 685 599,43**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2 674 346,63**	**2 674 346,63**	**394 481,00**	**11 252,80**
D7 Investimento	0,00	3 528 047,00	0,00	0,00	447 966,57	3 080 080,43	3 080 080,43	2 685 599,43				0,00	2 674 346,63	2 674 346,63	394 481,00	11 252,80
D8 Transferências de capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
D8.1 Administrações Públicas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
D8.1.1 Administração Central - Estado																
D8.1.2 Administração Central - Outras entidades																
D8.1.3 Segurança Social																
D8.1.4 Administração Regional																
D8.1.5 Administração Local																
D8.2 Instituições sem fins lucrativos																
D8.3 Famílias																
D8.4 Outras																
D9 Outras despesas de capital																
Despesa efetiva (5)	**168 230,19**	**19 100 373,00**	**2 013 282,00**	**2 013 282,00**	**681 388,86**	**18 418 984,14**	**18 418 984,14**	**17 084 027,81**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**138 922,26**	**16 754 613,25**	**16 893 535,51**	**1 334 956,33**	**190 492,30**
Despesa não efetiva (6)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
D10 Despesa com ativos financeiros																
D11 Despesa com passivos financeiros																
Total	**168 230,19**	**19 100 373,00**	**2 013 282,00**	**2 013 282,00**	**681 388,86**	**18 418 984,14**	**18 418 984,14**	**17 084 027,81**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**138 922,26**	**16 754 613,25**	**16 893 535,51**	**1 334 956,33**	**190 492,30**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva

Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia

TTSL
TRANSTEJO SOFLUSA

Demonstração da Execução dos Encargos Plurianuais de Investimento e Funcionamento

Encargos plurianuais de investimento

Objetivo (1)	Número do Projeto (2)	Portaria Extensão Encargos (3)	Designação do Projeto (4)	Económica (5)	Datas			Valor Contrato c/ IVA (9)	Anos Anteriores (10)	Ano t		Escalonamento				Modificação (+/-) (17)=(12)-(11)
					F.F. (6)	Início (7)	Fim (8)			Ano t (Dotação anual) (11)	Despesa do Ano (12)	Ano t+1 (13)	Ano t+2 (14)	Ano t+3 (15)	Anos seguintes (16)	
Funcionamento e Investimento	Cnt. n.º 20	n.º 745/2019	Prestação de serviços de manutenção global de navios	020203MF.00 e 0701180.00	513 e 541	21/06/2021	31/12/2022	6 481 379,22 €	0,00 €	1 573 206,90 €	1 255 601,47 €	4 908 172,32 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-317 605,43 €

Encargos plurianuais de funcionamento

Objetivo (1)	Número do Projeto (2)	Portaria Extensão Encargos (3)	Designação do Projeto (4)	Económica (5)		Datas		Valor Contrato c/ IVA (9)	Anos Anteriores (10)	Ano t		Escalonamento				Modificação (+/-) (17)=(12)-(11)
					F.F. (6)	Início (7)	Fim (8)			Ano t (Dotação anual) (11)	Despesa do Ano (12)	Ano t+1 (13)	Ano t+2 (14)	Ano t+3 (15)	Anos seguintes (16)	
Funcionamento	Funcionamento															
Funcionamento	Cnt. n.º 4	n.a.	Serviços de Medicina no Trabalho para a Soflusa, S.A	020222H0.00	513	01/01/2021	31/12/2024	27 809,00 €	0,00 €	9 269,76 €	9 269,76 €	9 269,76 €	9 269,48 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Funcionamento	Cnt. n.º 6	n.a.	Aquisição de serviços de reparação e docagem do catamaran "Antero de Quental"	020203MF.00	513	02/03/2021	18/03/2022	191 791,44 €	0,00 €	95 895,72 €	95 895,72 €	95 895,72 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Funcionamento	Cnt. n.º 8	n.a.	Aquisição de Serviços de Logística de Tratamento e Transporte de Valores	020218VS.00	513	01/03/2021	28/02/2022	63 345,00 €	0,00 €	52 787,50 €	23 857,07 €	10 557,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-28 930,43 €
Funcionamento	Cnt. n.º 10	n.a.	Contrato de Aquisição de serviços de telecomunicações móveis, fixas e acesso à internet	020209F0.00	513	02/03/2021	02/03/2023	4 628,44 €	0,00 €	4 628,44 €	497,62 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-4 130,82 €
Funcionamento	Cnt. n.º 14	n.a.	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de equipamentos, para sistemas automáticos de Deteção de Intrusão (SADIR) e sistema automáticos de deteção (SADI	020218VS.00	513	01/02/2021	31/01/2024	3 687,34 €	0,00 €	1 229,11 €	1 062,54 €	1 229,11 €	1 229,12 €	0,00 €	0,00 €	-166,57 €
Funcionamento	Cnt. n.º 15	n.a.	Aquisição de serviços jurídicos e consultoria em matéria de contratação pública para a Soflusa	020214B0.00	513	01/04/2021	31/03/2022	18 450,00 €	0,00 €	13 837,50 €	13 837,50 €	4 612,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Funcionamento	Cnt. n.º 19	n.a.	Prestação de serviços de extinção e controlo de pragas para as instalações e frota de navios da Soflusa	020220E0.00	513	23/04/2021	30/04/2024	6 760,08 €	0,00 €	2 312,40 €	1 301,34 €	2 312,40 €	2 135,28 €	0,00 €	0,00 €	-1 011,06 €
Funcionamento	Cnt. n.º 21	n.a.	Serviços de Contabilista Certificado para a Soflusa	020220E0.00	513	01/05/2021	31/05/2023	15 221,25 €	0,00 €	4 439,54 €	4 261,95 €	7 610,62 €	3 171,09 €	0,00 €	0,00 €	-177,59 €
Funcionamento	Cnt. n.º 23	n.a.	Prestação Serviços de Manutenção de Meios de 1ª e 2.ª Intervenção das embarcações e pontões para a Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	020220E0.00	513	25/05/2021	24/05/2024	22 398,48 €	0,00 €	8 780,20 €	4 950,78 €	6 809,14 €	6 809,14 €	0,00 €	0,00 €	-3 829,42 €
Funcionamento	Cnt. n.º 24	n.a.	Prestação Serviços de Manutenção de Meios de 1ª Intervenção para a Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	020220E0.00	513	25/05/2021	24/05/2024	9 693,72 €	0,00 €	3 231,24 €	1 120,66 €	3 231,24 €	3 231,24 €	0,00 €	0,00 €	-2 110,58 €
Funcionamento	Cnt. n.º 25	n.a.	Aquisição de serviços de limpeza e fornecimento de produtos de higiene, de maio 2021 a abril 2022, para a Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	020202LH.00 e 020104LH.00	513	01/05/2021	30/04/2022	258 297,54 €	0,00 €	203 946,25 €	164 454,17 €	54 351,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-39 492,08 €
Funcionamento	Cnt. n.º 27	n.a.	Aquisição de serviços jurídicos e de contencioso, para a Soflusa, Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	020214B0.00	513	28/06/2021	28/05/2024	24 600,00 €	0,00 €	23 931,75 €	15 168,75 €	668,25 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-8 763,00 €
Funcionamento	Cnt. n.º 30	n.a.	Aquisição de serviços de telecomunicações para disponibilização de dados de wi-fi nos terminais e frota de navios da Soflusa	020209F0.00	513	29/08/2021	29/08/2023	4 533,09 €	0,00 €	1 133,27 €	899,39 €	2 266,55 €	1 133,27 €	0,00 €	0,00 €	-233,88 €
Funcionamento	Cnt. n.º 47	n.a.	Prestação de serviços para Manutenção Preventiva e Corretiva de Sistemas Automáticos de Deteção Incêndio (SADI) do terminal fluvial do Terreiro do Paço	020219C0.00	513	01/10/2021	30/09/2024	15 678,33 €	0,00 €	5 226,11 €	0,00 €	5 226,11 €	5 226,11 €	0,00 €	0,00 €	-5 226,11 €
Funcionamento	Cnt. n.º 48	n.a.	Prestação de serviços para acompanhamento e fiscalização do contrato de manutenção global da frota de navios da Soflusa	020220E0.00	513	01/10/2021	31/12/2022	124 414,50 €	0,00 €	36 592,50 €	36 592,50 €	87 822,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Funcionamento	Cnt. n.º 52	n.a.	Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana, para 4 meses com inicio a 1 de outubro de 2021, para a Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	020218VS.00	513	01/10/2021	31/01/2022	111 410,60 €	0,00 €	83 557,95 €	55 705,30 €	27 852,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-27 852,65 €

Síntese do Desempenho Orçamental - Notas Explicativas

Execução Orçamental da RECEITA

- Conforme apresentado na Demonstração Orçamental da Receita, a Receita Liquidada em 2021 ascendeu ao montante global de 20.965.586,18€, representando um grau de execução de 82,59% relativamente ao montante do orçamento, que apresentava uma previsão de 25.384.272€.

- A **Receita Cobrada Líquida** ascendeu a 22.869.540,14€, tendo transitado por cobrar, no final do período, o montante de 289.634,87€.

- Conforme detalhe apresentado na Demonstração do Desempenho Orçamental, a **Receita Cobrada Líquida** teve proveniência das seguintes Fontes de Financiamento:

  a) **Saldo de Gerência transitado = 6.396.073,74€**
  b) **Receita efetiva = 16.473.466,40€**
     - RP - Receita Própria corrente = 16.473.466,40€ - Receitas da prestação de serviços de transporte, receitas de atividades acessórias e reembolsos de impostos.
  c) **Receita não efetiva = 0 €**

Execução Orçamental da DESPESA

- Conforme apresentado na Demonstração Orçamental da Despesa, a **Despesa Líquida** de 2021 ascendeu ao montante global de 16.893.535,51€, representando um grau de execução de 88,45% relativamente ao orçamento aprovado, que apresentava uma dotação de 19.100.373€.

- Os **Compromissos** assumidos ascenderam a 18.418.984,14€, tendo transitado por pagar, no final do período, o montante de 1.334.956,33€.

Saldo Global

A execução orçamental da Soflusa apresenta uma despesa efetiva de 16.893.535,51€ e receita efetiva de 16.473.466,40€, pelo que o Saldo Global (Receita Efetiva - Despesa Efetiva) se apresenta negativo, no montante de 420.069,11€.

Anexo às Demonstrações Orçamentais

I. Alterações orçamentais da receita

Rubricas	Tipo	Receita					Observações
		Previsões iniciais	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas	
			Inscrições/ reforços	Diminuições/ anulações	Créditos especiais		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(+)-(5)+(6)	(8)
Receita corrente		**14 601 862,00**	**9 007 597,00**	**4 621 565,00**	**0,00**	**18 987 894,00**	
R4 Rendimentos de Propriedade						0,00	
R5 Transferências e Subsídios Correntes		**0,00**	**8 513 408,00**	**4 585 056,00**	**0,00**	**3 928 352,00**	
R5.1 Transferências Correntes		**0,00**	**8 513 408,00**	**4 585 056,00**	**0,00**	3 928 352,00	
R5.1.1 Administrações Públicas	P	0,00	8 513 408,00	4 585 056,00	0,00	3 928 352,00	
R6 Venda de bens e serviços		13 201 862,00	494 189,00	36 509,00	0,00	13 659 542,00	
R7 Outras receitas correntes		1 400 000,00	0,00	0,00	0,00	1 400 000,00	
R15 Reposições não abatidas		0,00	0,00		0,00	0,00	
Receita de capital		**3 600 000,00**	**0,00**	**3 600 000,00**	**0,00**	**0,00**	
R9 Transferências de capital		**3 600 000,00**	**0,00**	**3 600 000,00**	**0,00**	**0,00**	
R9.1 Administrações Públicas	P	**3 600 000,00**	**0,00**	**3 600 000,00**	**0,00**	0,00	
R9.1.1 Administração Central - Estado		3 600 000,00	0,00	3 600 000,00	0,00	0,00	
R13 Receita com passivos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras receitas		**0,00**	**12 762 068,00**	**6 365 690,00**	**0,00**	**6 396 378,00**	
Saldo da gerência anterior - operações orçamentais		0,00	12 762 068,00	6 365 690,00	0,00	6 396 378,00	
Total		**18 201 862,00**	**21 769 665,00**	**14 587 255,00**	**0,00**	**25 384 272,00**	

II. Alterações orçamentais da despesa

Rubricas	Tipo	Despesa					Observações
		Dotações iniciais	Alterações orçamentais			Dotações corrigidas	
			Inscrições/ reforços	Diminuições/ anulações	Créditos especiais		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(+)-(5)+(6)	(8)
Despesa Corrente		**14 935 799,00**	**16 384 179,40**	**15 747 652,40**	**0,00**	**15 572 326,00**	
D1 Despesas com o pessoal		**4 062 677,00**	**3 026 118,00**	**2 592 069,00**	**0,00**	**4 496 726,00**	
D1.1 Remunerações certas e permanentes		2 179 761,00	1 768 382,00	1 227 258,00	0,00	2 720 885,00	
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais		774 122,00	845 919,00	700 205,00	0,00	919 836,00	
D1.3 Segurança Social	P	1 108 794,00	411 817,00	664 606,00	0,00	856 005,00	
D2 Aquisição de bens e serviços		10 462 419,00	13 216 976,00	12 754 971,00	0,00	10 924 424,00	
D3 Juros e outros encargos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4 Transferências correntes		9 150,00	0,00	5 948,00	0,00	3 202,00	
D6 Outras despesas correntes		401 553,00	141 085,40	394 664,40	0,00	147 974,00	
Despesa de Capital		**3 266 063,00**	**2 427 244,58**	**2 165 260,58**	**0,00**	**3 528 047,00**	
D7 Investimento	P	3 266 063,00	2 427 244,58	2 165 260,58	0,00	3 528 047,00	
Total		**18 201 862,00**	**18 811 423,98**	**17 912 912,98**	**0,00**	**19 100 373,00**	

III. Operações de tesouraria

Código das Contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final
07	**Operações de Tesouraria**				
071	**Recebimentos por operações de tesouraria**	**100 344,75**	**22 673,05**	**0,00**	**123 017,80**
0711	Intermediação de fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
0712	Cobrança de receita por conta de outrem	0,00	0,00	0,00	0,00
07122	Receita não Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00
0713	Constituição e reforço de cauções e garantias	31 504,19	8 578,71	0,00	40 082,90
0714	Cobrança de recursos próprios comunitários	0,00	0,00	0,00	0,00
0716	Retenções - Transição para o SNC-AP	0,00	0,00	0,00	0,00
0719	Outras Receitas de operações tesouraria	68 840,56	14 094,34	0,00	82 934,90
072	**Pagamentos por operações de tesouraria**	**93 815,47**	**0,00**	**77 488,54**	**16 326,93**
0721	Intermediação de fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
0722	Entrega de receita por conta de outrem	0,00	0,00	0,00	0,00
07222	Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00
0723	Devolução de cauções e garantias	31 504,19	0,00	8 578,71	22 925,48
0724	Entrega de recursos próprios comunitários	0,00	0,00	0,00	0,00
0726	Retenções - Transição para o SNC-AP	0,00	0,00	0,00	0,00
0729	Outras despesas de operações de tesouraria	62 311,28	0,00	68 909,83	-6 598,55
	Total	**6 529,28**	**22 673,05**	**77 488,54**	**-48 286,21**

As operações de tesouraria correspondem a fluxos financeiros associados a pagamentos e recebimentos relacionados com operações extraorçamentais, destacando-se recebimentos de cauções e garantias bancárias e pagamentos de prémios de seguro de saúde referentes à inclusão de familiares de trabalhadores no contrato do Grupo de Empresas.

IV. Contratação administrativa

Situação dos contratos

Entidade	Contrato				Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento (7)	Pagamentos no periodo					Pagamentos acumulados					Observações (19)
	Objeto (1)	Data (2)	Valor do Contrato (3)- s/IVA	Preço Contratual (4) - c/ IVA	Número do Registo (5)	Data (6)		Trabalhos normais (8)	Revisão de preços (9)	Trabalhos a mais (10)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (11)	Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos (12)	Trabalhos normais (14)	Revisão de preços (15)	Trabalho a mais (16)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (17)	Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos (18)	
Navaltagus - Reparação e Construção Naval, S.A.	Serviços de reparação geral de jatos, motores diesel dos grupos auxiliares, e reparação geral de alternadores do N/M "Fernando Pessoa"	28/12/2021	20 404,10	25 097,04	n.a.	n.a.	30/12/2021	25 097,04	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
IBERLIM HIGIENE E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, S.A.	Serviços de amarração de navios e apoio ao embarque de passageiros para a Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	19/03/2021	28 845,96	35 480,53	n.a.	n.a.	14/07/2021	35 466,95	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Nova Gente Empreitadas, S.A.	Empreitada de renovação das instalações do Terminal Fluvial do Barreiro	05/01/2021	1 068 253,24	1 068 253,30	n.a.	n.a.	18/02/2021	1 018 786,43	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Induma - Máquinas Industriais, Lda.	Fornecimento de peças sobressalentes para Motores Diesel Propulsores 16V4000 do NM "DAMIÃO DE GOES"	13/01/2021	68 644,16	84 432,32	n.a.	n.a.	03/03/2021	84 432,32	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Operandus, Limpeza Profissional, S.A.	Aquisição de serviços de limpeza e fornecimento de produtos de higiene" para 3 (três) meses com inicio a 1 (um) de janeiro de 2021	12/02/2021	47 952,93	58 982,11	n.a.	n.a.	03/03/2021	49 806,21	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Ecosaúde - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.	Serviços de Medicina no Trabalho para a Soflusa, S.A	12/02/2021	27 809,00	27 809,00	n.a.	n.a.	16/03/2021	9 269,76	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Powerserv, Lda.	Aquisição de sobressalentes para revisão geral de jatos de água propulsores Hamilton HM811 do NM "Damião de Goes"	23/02/2021	171 574,12	211 036,17	n.a.	n.a.	07/07/2021	211 036,17	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Cecílio & Carlos Sanfins, Lda.	Aquisição de serviços de reparação e docagem do catamaran "Antero de Quental"	23/02/2021	155 928,00	191 791,44	n.a.	n.a.	30/03/2021	95 895,72	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Solutadvisors, Lda.	Prestação de serviços para acompanhamento e fiscalização do contrato de manutenção global da frota de navios da Soflusa	23/02/2021	42 000,00	51 660,00	n.a.	n.a.	21/04/2021	51 660,00	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Prosegur - Logística e Tratamento de Valores Portugal, S.A.	Aquisição de Serviços de Logística de Tratamento e Transporte de Valores	05/03/2021	51 500,00	63 345,00	n.a.	n.a.	21/04/2021	23 857,07	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Cridespassos Unipessoal, Lda.	Aquisição de Serviços de Fiscalização da Empreitada de Renovação das Instalações do Terminal Fluvial do Barreiro	26/02/2021	48 000,00	59 040,00	n.a.	n.a.	15/04/2021	59 040,00	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A.	Contrato de Aquisição de serviços de telecomunicações móveis, fixas e acesso à internet	03/03/2021	3 762,96	4 628,44	n.a.	n.a.	29/10/2021	497,62	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Quadricard	Aquisição de Serviços para fornecimento e montagem de equipamento de controlo de acesso ao parque de estacionamento do Barreiro	17/03/2021	11 200,00	13 776,00	n.a.	n.a.	08/10/2021	13 776,00	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Powerserv, Lda.	Revisão Geral dos dois (2) Jatos de Água Propulsores Hamilton HM811 do NM "Antero de Quental"	18/03/2021	54 875,00	67 496,25	n.a.	n.a.	21/04/2021	33 748,13	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Powerserv, Lda.	Aquisição de bens e serviços para revisão geral dos dois motores diesel dos grupos auxiliares Cummins - modelo: 6BT5.9D (M), incluindo fornecimento de sobressalentes do N/M "Antero de Quental"	18/03/2021	49 062,46	60 346,83	n.a.	n.a.	21/04/2021	42 242,78	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Prosegur - Logística e Tratamento de Valores Portugal, S.A.	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de equipamentos, para sistemas automáticos de Deteção de Intrusão (SADIR) e sistema automáticos de deteção (SADI)	25/03/2021	2 997,84	3 687,34	n.a.	n.a.	21/10/2021	1 062,54	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pais de Vasconcelos & Associados, Sociedade de Advogados, SP, RL	Aquisição de serviços jurídicos e consultoria em matéria de contratação pública para a Soflusa – Proc.º Nº 004/2021-DJC/TT/SL	26/03/2021	15 000,00	18 450,00	n.a.	n.a.	24/06/2021	13 837,50	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Citeve - Centro Tecnológico das Industrias Têxtil e do Vestuário de Portugal	Prestação de serviços de consultoria para elaboração de caderno de encargos e especificações técnicas, incluindo as fichas técnicas das peças de vestuário que compõem o fardamento por categoria profissional para a Transtejo	08/04/2021	10 000,00	12 300,00	n.a.	n.a.	01/09/2021	12 300,00	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Navaltagus - Reparação e Construção Naval, S.A.	Prestação de serviços para alteração dos berços de jangadas para os catamarans "Miguel Torga" e "Antero de Quental"	16/04/2021	14 000,00	17 220,00	n.a.	n.a.	24/06/2021	17 220,00	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Entidade	Contrato				Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento (7)	Pagamentos no periodo					Pagamentos acumulados					Observações (19)
	Objeto (1)	Data (2)	Valor do Contrato (3)- s/IVA	Preço Contratual (4) - c/ IVA	Número do Registo (5)	Data (6)		Trabalhos normais (8)	Revisão de preços (9)	Trabalhos a mais (10)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (11)	Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos (12)	Trabalhos normais (14)	Revisão de preços (15)	Trabalho a mais (16)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (17)	Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos (18)	
Operandus, Limpeza Profissional, S.A.	Aquisição de serviços de limpeza e fornecimento de produtos de higiene" para o mes de abril de 2021, para a Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	16/04/2021	18 990,00	23 357,70	n.a.	n.a.	12/05/2021	21 588,54	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Tnolen - Estudos e serviços de proteção ambiental, Lda.	Prestação de serviços de extinção e controlo de pragas para as instalações e frota de navios da Soflusa	23/04/2021	5 496,00	6 760,08	n.a.	n.a.	07/05/2021	1 301,34	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
S&C-Gestão de Navios e Tripulações, Lda. e Navaltagus - Reparação e Construção Naval, S.A.	Prestação de serviços de manutenção global de navios	26/04/2021	5 269 414,00	6 481 379,22	912/2021	18/06/2021	03/08/2021	1 255 601,47	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Best Ability - Financial Consulting, Lda.	Serviços de Contabilista Certificado para a Soflusa	11/05/2021	12 375,00	15 221,25	n.a.	n.a.	07/07/2021	4 261,95	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Mundimat, S.A.	Empreitada para a construção da nova bilheteira do Terminal do Terreiro do Paço"	20/05/2021	43 715,74	53 770,36	n.a.	n.a.	26/08/2021	43 715,74	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Previnave - Prevenção e Segurança no Trabalho, Lda.	Prestação Serviços de Manutenção de Meios de 1ª e 2.ª Intervenção das embarcações e pontões para a Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	25/05/2021	18 210,15	22 398,48	n.a.	n.a.	14/07/2021	4 950,78	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Previnave - Prevenção e Segurança no Trabalho, Lda.	Prestação Serviços de Manutenção de Meios de 1ª Intervenção para a Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	25/05/2021	7 881,07	9 693,72	n.a.	n.a.	14/12/2021	1 120,66	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Operandus, Limpeza Profissional, S.A.	Aquisição de serviços de limpeza e fornecimento de produtos de higiene" para a Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	31/05/2021	209 998,00	258 297,54	n.a.	n.a.	24/06/2021	164 454,17	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Tnolen - Estudos e serviços de proteção ambiental, Lda.	aquisição de serviços para aplicação de desinfetante (Zoono Microbe Shield Z-71 ®) nas Instalações e Navios para a Soflusa	24/06/2021	9 420,00	11 586,60	n.a.	n.a.	14/09/2021	7 355,40	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Sociedade Rebelo de Sousa & Advogados Associados, sp, rl	Aquisição de serviços jurídicos e de contencioso, para a Soflusa, Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	28/06/2021	20 000,00	24 600,00	n.a.	n.a.	12/08/2021	14 483,69	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Induma - Máquinas Industriais, Lda.	aquisição de bens e serviços para a revisão geral das duas caixas redutoras Reintjes WVS931, incluindo fornecimento de sobressalentes do N/M "Fernando Pessoa"	28/06/2021	133 537,51	164 251,14	n.a.	n.a.	14/07/2021	164 251,14	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
PSG - Segurança Privada, S.A.	Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana" para o mês de julho de 2021, para a Soflusa, Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	20/07/2021	23 108,33	28 423,25	n.a.	n.a.	12/08/2021	28 423,25	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	Aquisição de serviços de telecomunicações para disponibilização de dados de wi-fi nos terminais e frota de navios da Soflusa - Proc. n.º 049/2021– DJC/SL	20/07/2021	3 685,44	4 533,09	n.a.	n.a.	06/10/2021	899,39	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Betsil, Lda.	Aquisição serviços de substituição dos motores das portas de embarque e de desembarque do Terminal Fluvial do Barreir	24/08/2021	18 000,00	22 140,00	n.a.	n.a.	29/10/2021	22 140,00	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Primavera, Business Software Solutions, S.A.	prestação de serviços de consultoriapara processamento de salários na ERP Primavera, para a Transtejo – Transportes Tejo, S.A.	30/08/2021	11 777,60	14 486,45	n.a.	n.a.	27/12/2021	7 243,22	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Naferval - Indústria de Reparação Naval, Unipessoal, Lda.	aquisição de serviços de reposicionamento e instalação de assentos em três Catamarans Classe Damen, fornecimento e instalação de calhas, acessórios de fixação e suportes nos pisos para a sua instalação para a	26/08/2021	58 400,00	71 832,00	n.a.	n.a.	29/10/2021	71 832,00	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Rolls-Royce Solutions Ibérica, S.L.U.	aquisição de serviços de reparação dos motores MTU-QL4, com os números de série 526101361 e 526101362	25/08/2021	220 303,27	220 303,27	n.a.	n.a.	01/10/2021	220 303,36	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Powerserv, Lda.	Aquisição de bens, para o fornecimento de peças sobressalentes adicionais para reparação de jatos do NM "Antero de Quental"	25/08/2021	11 122,03	13 680,10	n.a.	n.a.	13/10/2021	13 680,10	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Induma - Máquinas Industriais, Lda.	Aquisição de peças adicionais para conclusão de trabalhos de revisão geral de 2 caixas redutoras do N/M "Antero de Quental", para a Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes S.A.	04/10/2021	10 040,13	12 349,36	n.a.	n.a.	29/10/2021	12 349,36	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Induma - Máquinas Industriais, Lda.	Aquisição de peças adicionais para conclusão de trabalhos de revisão geral de 2 caixas redutoras do N/M "Fernando Pessoa", para a Soflusa	26/08/2021	11 387,65	14 006,81	n.a.	n.a.	22/09/2021	14 006,81	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
PSG - Segurança Privada, S.A.	Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana" para o mes de agosto de 2021, para a Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A,	28/08/2021	23 108,33	28 423,25	n.a.	n.a.	22/09/2021	28 423,25	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

TTSL
TRANSTEJO SOFLUSA

Entidade	Contrato				Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento (7)	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações (19)
	Objeto (1)	Data (2)	Valor do Contrato (3)- s/IVA	Preço Contratual (4) - c/ IVA	Número do Registo (5)	Data (6)		Trabalhos normais (8)	Revisão de preços (9)	Trabalhos a mais (10)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (11)	Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos (12)	Trabalhos normais (14)	Revisão de preços (15)	Trabalho a mais (16)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (17)	Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos (18)	
AXIANSEU II Digital Consulting, S.A.	Upgrade das Máquinas Automáticas de Venda de Títulos (MAVT),	26/08/2021	60 588,00	74 523,24	n.a.	n.a.	n.d.	0,00	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Navaltagus - Reparação e Construção Naval, S.A.	Prestação de serviços para alteração dos berços de jangadas para os catamarans "Jorge de Sena", Almeida Garrett" e "Gil Vicente"	30/08/2021	21 000,00	25 830,00	n.a.	n.a.	20/04/2022	0,00	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Navaltagus - Reparação e Construção Naval, S.A.	Prestação de serviços para alteração dos berços de jangadas para os catamarans "Fernando Namora" e "Damião de Goes" – Proc. n.º85/2021-DJC/SL	05/08/2021	14 000,00	17 220,00	n.a.	n.a.	07/06/2022	0,00	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Tecniprisma - Engenharia, Lda.	Fornecimento e instalação de UPS no Terminal Fluvial do Barreiro, para a Soflusa, S.A	31/08/2021	22 988,00	28 275,24	n.a.	n.a.	22/11/2021	28 275,24	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Carmo, Estruturas em Madeira, SA	Empreitada para construção de vedação do parque de combustíveis do Terminal do Barreiro"	31/08/2021	15 334,87	18 861,89	n.a.	n.a.	30/12/2021	8 386,45	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Carmo, Estruturas em Madeira, SA	Empreitada para construção de vedação do parque de combustíveis do Terminal do Barreiro"	08/11/2021	1 428,66	1 757,25	n.a.	n.a.	08/02/2022	0,00	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Mundimat, S.A.	Construção da sala de controlo do Terreiro do Paço	20/09/2021	49 588,27	60 993,57	n.a.	n.a.	21/10/2021	4 668,49	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Biciway - Soluções de mobilidade em Bicicleta Unipessoal, Lda.	Aquisição de 2 (dois) hangares para estacionamento de bicicletas para os Terminais Fluviais do Barreiro e Terreiro do Paço.	28/09/2021	8 570,00	10 541,10	n.a.	n.a.	30/12/2021	10 541,10	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Naferval - Indústria de Reparação Naval, Unipessoal, Lda.	Contrato de aquisição de reposicionamento e instalação de assentos em 3 catamarans	28/09/2021	87 600,00	107 748,00	n.a.	n.a.	08/10/2021	53 874,00	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Longo Plano Segurança Integrada e Gestão de Edifícios S.A.	Prestação de serviços para Manutenção Preventiva e Corretiva de Sistemas Automáticos de Deteção Incêndio (SADI) do terminal fluvial do Terreiro do Paço	29/09/2021	12 746,61	15 678,33	n.a.	n.a.	23/02/2022	0,00	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Solutadvisors, Lda.	Prestação de serviços para acompanhamento e fiscalização do contrato de manutenção global da frota de navios da Soflusa	29/09/2021	101 150,00	124 414,50	n.a.	n.a.	13/10/2021	36 592,50	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Frente Eloquente, Unipessoal, Lda.	Serviços de inventariação de bens patrimoniais, etiquetagem e reconciliação de ativos para a Soflusa	19/10/2021	2 098,00	2 580,54	n.a.	n.a.	29/10/2021	2 580,54	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Frente Eloquente, Unipessoal, Lda.	Serviços de inventariação de bens patrimoniais, etiquetagem e reconciliação de ativos para a Soflusa	04/01/2022	209,80	258,05	n.a.	n.a.	31/12/2021	258,05	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
PSG - Segurança Privada, S.A.	Prestação de serviços de vigilância e segurança humana para o mes de setembro de 2021, para a Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	16/11/2021	23 108,33	28 423,25	n.a.	n.a.	29/10/2021	28 423,25	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Mundimat, S.A.	Empreitada para a remodelação da bilheteira do Terminal do Barreiro"	08/11/2021	47 412,83	58 317,78	n.a.	n.a.	27/12/2021	25 078,74	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
PSG - Segurança Privada, S.A.	Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana" para 4 (quatro) meses com inicio a 1 de outubro de 2021, para a Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	15/11/2021	90 577,72	111 410,60	n.a.	n.a.	09/12/2021	55 705,30	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Prosegur - Companhia de Segurança, Lda.	Aquisição/instalação de UPS, para o sistema de CCTV dos Terminais/Barreiro e Terreiro do Paço	17/12/2021	16 890,06	20 774,77	n.a.	n.a.	06/07/2022	0,00	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
EDP Comercial, S.A.	Contrato Aquisição de eletricidade ao abrigo do lote 6 do acordo quadro de fornecimento de energia elétrica em regime de mercado livre para Portugal Continental	31/12/2020	140 000,00	82 141,80	n.a.	n.a.	03/03/2021	59 031,63	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

TTSL
TRANSFETO SOFLUSA

Adjudicações por tipo de procedimento

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento														Total	
	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação (2)		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste direto		Consulta Prévia		Contratação Excluida			
	Número dos contratos (1)	Preço contratual (2)	Número dos contratos (3)	Preço contratual (4)	Número dos contratos (5)	Preço contratual (6)	Número dos contratos (7)	Preço contratual (8)	Número dos contratos (9)	Preço contratual (10)	Número dos contratos (11)	Preço contratual (12)	Número dos contratos (13)	Preço contratual (14)	Número dos contratos (15)	Valor (16)
Empreitada de obras públicas	1	1 068 253,24 €	0	- €					0	- €	2	16 763,53 €	2	93 304,01 €	5	1 178 320,78 €
Aquisição de serviços	4	5 353 445,40 €	1	140 000,00 €					2	31 777,60 €	7	128 858,59 €	32	1 610 342,71 €	46	7 264 424,30 €
Locação ou aquisição de bens móveis	0	- €	0	- €					0	- €	0	- €	7	304 326,09 €	7	304 326,09 €
Concessão de obras públicas																
Concessão de serviços públicos																
Sociedade																
Outros																

V. Transferências e subsídios

Transferências e subsídios - Despesa

Nada a reportar referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Transferências e subsídios – Receita

Tipo de receita	Disposições legais (1)	Finalidade (2)	Entidade Financiadora (3)	Receita Prevista (4)	Receita Recebida (5)	Receita Prevista e não recebida (6)=(4)-(5)	Devolução de transferências/ subsídios ocorrida no exercício (7)	Observações (8)
Transferências Correntes								
0603070178 Fundo Ambiental	Protocolo	PEES - Promoção da Mobilidade Sustentável	Fundo Ambiental	3 600 000,00	3 011 456,00	588 544,00		
0603070178 Fundo Ambiental	RCM 109/2021, de 09 de agosto de 2021	Compensações tarifárias	Secretaria Geral do Ambiente	328 352,00	328 351,80	0,20		
Total Transferências correntes				**3 928 352,00**	**3 339 807,80**	**588 544,20**		
Transferências de Capital								
Total Transferências capital				**0,00**	**0,00**	**0,00**		
Total				**3 928 352,00**	**3 339 807,80**	**588 544,20**		

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva

Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia